

Ano VII, n.º 1, Junho de 2012

CADERNOS DE HISTÓRIA

ISSN: 1980 - 0339

*Publicação do corpo docente
do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto*

**HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE:
PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS**

CADERNOS DE HISTÓRIA

ISSN: 1980 - 0339

Contatos

Revista Eletrônica Cadernos de História
www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria
cadernosdehistoria.ichs@gmail.com
Rua do Seminário, s./n.o - Mariana - Minas Gerais
cep: 35420-000

Conselho Editorial

*Fabrcio Luiz Pereira
Helena Azevedo Paulo de Almeida
Lucas de Melo Andrade
Rodrigo Machado da Silva*

Equipe de Revisores

*REVER - Empresa Jnior de Reviso e Traduo de Textos
ejrever@gmail.com*

Organizador convidado deste volume

João Fáblio Bertonha (UEM)

Conselho Consultivo

*Álvaro Antunes, UFOP
Andréa Lisly Gonçalves, UFOP
Ângelo Alves Carrara, UFJF
António Manuel Hespanha, Universidade Nova de Lisboa
Cláudia Maria das Graças Chaves, UFOP
Christian Edward Cyril Lynch, IESP-UERJ
Cristina Meneguello, UNICAMP
Fáblio Duarte Joly, UFOP
Fáblio Favversani, UFOP
Fernando Felizardo Nicolazzi, UFRGS
Helena Miranda Mollo, UFOP
Íris Kantor, USP
Jonas Marçal de Queiroz, UFV
João César de Castro Rocha, UERJ
João Fáblio Bertonha, UEM
João Paulo Garrido Pimenta, USP
José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima, UFOP
Marco Antônio Silveira, UFOP
Moema Vergara, MAST
Pedro Spinola Pereira Caldas, UNIRIO
Renato Pinto Venâncio, UFMG
Ronaldo Pereira de Jesus, UFOP
Sérgio Ricardo da Mata, UFOP
Sidney Chalhoub, UNICAMP
Valdei Lopes de Araujo, UFOP
Virgínia Albuquerque de Castro Buarque, UFOP
Wlamir José da Silva, UFSJ*

Financiamento deste número

Projeto Cantaria - Escola de Minas/Universidade Federal de Ouro Preto

Sumário

Apresentação

- 8 *Apresentação ao dossiê: Problemas e questões da história do tempo presente*
João Fábio Bertonha

Dossiê Temático

*História do Tempo Presente:
perspectivas historiográficas*

Artigos.....

- 15 *Cibercultura e Historiografia: Formas de ler e escrever no tempo presente*
Pedro Eurico Rodrigues
- 36 *Contrapesos do presente, entretempos da redemocratização: desafios de uma História do Tempo Presente através da imprensa escrita*
Anelise Rodrigues Machado de Araujo
Tâmyta Rosa Fávero
- 51 *História do tempo presente e a experiência ditatorial no Brasil: uma análise a partir do trauma e do esquecimento*
Walkiria Oliveira Silva
- 64 *“Moradas Provisórias”: A História do Tempo Presente entre o objeto e a periodização*
Riler Barbosa Scarpati

Seção Livre

Artigos Livres.....

76

Destinos incertos: Um olhar sobre a exposição e a mortalidade infantil em Porto Alegre (1772-1810)

Jonathan Fachini da Silva

94

Cultura e Tradição na Historiografia do Movimento Farroupilha.

Nayara Emerick Lamb

113

A maternidade: um desejo ou um propósito? Reflexões a partir do papel maternal das mulheres durante o período colonial

Denize Terezinha Leal Freitas

125

O Porfiriato e a Revolução de 1910 sob a ótica de Octavio Paz: História e Política em algumas produções do poeta e ensaísta mexicano.

Fábio Eduardo de Araujo Baião

Fernanda Bastos Barbosa

APRESENTAÇÃO.....

Apresentação ao dossiê: Problemas e questões da história do tempo presente.

Autor convidado
Enviado em
31/01/2013

João Fábio Bertonha

Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá
fabiobertonha@hotmail.com

8

A partir, grosso modo, do século XIX, com a estruturação da história universitária, foi estabelecida, como uma das regras centrais da profissão, que os historiadores profissionais não deveriam investigar os acontecimentos mais próximos do seu tempo. Para que o trabalho do historiador se desse, era fundamental que os testemunhos materiais de um dado período já tivessem sido catalogados e postos à disposição para pesquisa; que o historiador tivesse a visão retrospectiva sobre esse período e, igualmente, que ele estivesse distante o bastante do passado para não ser influenciado por suas próprias simpatias e subjetividades.

Essa regra nunca foi totalmente respeitada, mas serviu de baliza para muitos estudiosos da História, que hesitavam em se aventurar além de um determinado período de tempo. Recentemente, esses limites foram questionados e os historiadores começaram a avançar, com seus instrumentos e visão próprias, na análise de acontecimentos contemporâneos ou de um passado mais próximo. Surgiu, assim, a “História do Tempo presente” ou “História imediata”.

Definir, contudo, os limites e os parâmetros dessa especialidade não é tarefa fácil. Para alguns autores (ver: LACOUTURE: 1990: 215-240)¹, o que define esta especialidade são, basicamente, a temporalidade próxima dos temas tratados e a proximidade material do autor com relação a elas. Para outros (FRANK, 1993:

¹ Parece evidente que, em termos teóricos, essa especialidade tem relação com a recuperação do acontecimento e da história política na historiografia contemporânea. Ver, a este respeito (CARDOSO; VAINFAS: 1997; REMOND, 1996).

16), por outro lado, o que define esse campo da história e o separa do jornalismo é a análise do acontecimento de forma a aproximá-lo dos seus fundamentos e das determinações mais profundas que o conduzem. A meu ver, ambas as interpretações estão corretas e o que torna a “História do tempo presente” interessante é justamente isso, ou seja, a possibilidade de acompanhar a História como acontecimento vivo, como história que se constrói no momento, mas analisando-a com o feeling do historiador, ainda que com fontes específicas e uma metodologia toda particular.

Eric Hobsbawm, em vários textos de interesse (HOBSBAWM, 1998: 36-48; 48-67; 243-255), tem abordado esses pontos. Para ele, seria seguramente errôneo imaginar que a experiência das sociedades do passado possa fornecer valores morais ou uma sabedoria eterna que nos guiasse na nossa vida atual. Com certeza, certas situações, dentro da experiência humana, são recorrentes e a experiência acumulada pode sempre ser útil, mas não no sentido de busca de valores eternos. O que a História pode fazer é examinar o passado e criar esquemas e mecanismos de compreensão das sociedades humanas e de como e porquê elas se transformaram e se transformam.

A partir disso, sempre é possível estabelecer como se chegou a uma dada situação e quais as tendências mais prováveis a partir de então. O historiador, como guardião do passado e da experiência de uma sociedade, tem por tarefa dar a ela esta perspectiva histórica e dizer certas coisas de que ela pode se beneficiar, ainda que muitas vezes ela hesite em aprender. Previsões seguras do que vai ocorrer é um sonho absurdo, mas o historiador tem como avaliar probabilidades e possibilidades e indicar tendências (que podem ou não se concretizar) e só isto já representa um grande ganho para a análise da sociedade. Nesse sentido, todo trabalho de historiador é um contínuo vai e vem entre o presente, de onde ele escreve; o passado, que ele analisa, e o futuro, que ele tenta projetar.

Não obstante, quando falamos da história do tempo presente, este quadro fica ainda mais manifesto, já que ela trabalha essencialmente com temas imediatos, o que levanta problemas bastante particulares, como as fontes disponíveis, a subjetividade do historiador em abordar o seu próprio tempo e, especialmente, a provável mudança de perspectiva que o passar dos anos, e o olhar retrospectivo, nos dá.

Acredito que tais problemas são superáveis. As fontes para o momento presente não incluem arquivos fechados ou muita informação que estará disponível apenas em alguns anos, mas o imediatismo permite recuperar outras, como a imprensa,

a mídia geral e a própria vivência do período². Já a subjetividade do analista me parece não apenas aceitável, como até desejável, desde que não o impeça de pensar o processo de uma forma honesta, sem deturpar os fatos (HOBSBAWM, 1998: 138-154). Sobre o problema do olhar retrospectivo, não resta dúvida que ele existe, mas talvez seja superável pela própria consciência do problema.

Os textos presentes nesse dossiê indicam justamente essas questões e tensões, os problemas e as vantagens da “história do tempo presente”. Em primeiro lugar, não espanta que boa parte das fontes utilizadas nos artigos seja jornalísticas ou oriundas da internet. Com certeza, o velho clichê de que o jornal de hoje é a história de amanhã não é verdadeiro e a utilização da fonte impressa, seja para pesquisa de história imediata seja para períodos anteriores no tempo, demanda cuidados metodológicos especiais (DE LUCA, 2005: 111-153). A mídia impressa e a internet, contudo, são fontes fundamentais para uma história do imediato e a reflexão teórica sobre como analisar essas fontes ainda está no início (CALDEIRA NETO, 2009: 1-10), pelo que os artigos de Pedro Rodrigues e o de Analise Araújo e Tamyta Fávero são especialmente bem vindos.

10 Também não espanta que dois dos artigos se refiram à ditadura militar e a sua memória, ou seja, os de Anelise Araújo e Tamyta Fávero sobre a memória da Campanha das Diretas de 1984 e o de Walquíria Silva relativa às violações dos direitos humanos durante o regime de 1964. O regime ditatorial que terminou em 1985 é o nosso “passado que não passa” e é natural que boa parte da produção dos historiadores do tempo presente brasileiros trabalhe com esse tema.

Isso indica, aliás, como a cronologia não é um guia preciso para compreender qual é o “passado que não passa” de uma dada sociedade. Claro que acontecimentos mais recentes têm mais chances de terem impacto social imediato em uma dada sociedade do que outros mais remotos. No entanto, não há nenhuma regra estabelecida que fatos e fenômenos de, digamos, vinte anos atrás sejam obrigatoriamente mais relevantes para uma dada sociedade do que outros que se deram há cinquenta ou cem anos. Aquela regra não escrita que existia antigamente – a de que as coisas só se tornavam objeto válido para os historiadores trinta anos depois de terem acontecido – com certeza não funciona bem.

No Brasil, na Argentina ou no Chile, é a memória das ditaduras militares que ainda é um objeto de disputas e de acalorados debates. Na Espanha, são a Guerra

2 Para reflexões sobre o problema das fontes dentro da história imediata, ver Bebian, Rui. “Temas e problemas da história do presente” in www.uc.pt/pessoal/rbebian/doc/estudos/hrecente.pdf. Acessado em 23/1/2013.

Civil de 1936-1939 e o regime franquista que parecem não ter terminado, enquanto em Portugal a figura de Salazar ainda parece onipresente. Nos Estados Unidos, o fantasma da Guerra Civil (quando “americanos mataram americanos”) ainda é um trauma não fechado na história nacional, enquanto, em Assunção, a Guerra do Paraguai é assunto do dia a dia. Já na Itália ou na Alemanha, os espectros do fascismo e do nazismo ainda estão presentes, para o bem ou para o mal, no debate social e político. Esses são “passados que não terminaram” e que ainda precisam ser absorvidos pelas suas sociedades para, finalmente, se tornarem apenas isso, passado e recordação.

Nesse sentido, o artigo de Riler Scarpati historicizando o conceito de “História do tempo presente” e discutindo as próprias ideias de passado e presente é extremamente útil para adentrar a complexidade do tema. O mesmo pode ser dito do de Walkíria Silva, que nos ajuda a entender, a partir de um viés próximo da psicanálise, os complexos mecanismos do luto/trauma/esquecimento. É útil recordar realmente como, tanto na vida individual como na das sociedades, o esquecimento imposto não é natural e nem permite reconciliação, perdão ou superação e que só o debate franco, o reconhecimento das culpas e dos erros é que leva a tanto.

11

Penso, inclusive, que essas reflexões são extremamente válidas para as Forças Armadas brasileiras. Ao manterem, em alguns nichos de suas instituições, uma versão própria de 1964 e se recusarem a realmente abrir seus arquivos, reconhecer seus erros e culpas e a punir os culpáveis, os militares acabam por dar um tiro nos próprios pés. Num momento em que as Forças Armadas estão claramente inseridas no Estado democrático de direito e procuram se profissionalizar para se tornarem instrumentos da política externa brasileira e de defesa desse próprio Estado, assumir como seus os erros de outra geração é contraproducente. Reconhecer os erros cometidos é o primeiro passo para que as Forças Armadas, enquanto instituições, possam se reconciliar de uma vez com o seu passado e com a sociedade e para que esse passado seja finalmente uma página virada.

O mesmo, diria eu, serve para alguns agentes do período que estiveram no campo oposto. Nada justifica as torturas e os crimes cometidos pelo Estado militar, ainda mais quando esse Estado não tinha legitimidade democrática e nem a do Direito. Não obstante, erros também foram cometidos pela esquerda e incomoda ver alguns (nem todos, saliente-se) agentes do período que pouco se preocupavam com a democracia naqueles anos se apresentando, hoje, como defensores incondicionais da mesma. As pessoas e as instituições mudam, mas reconhecer um passado que

hoje não representa o presente é também uma forma justa de se reconciliar com ambos.

Nos textos do dossiê também fica clara a razão pela qual os praticantes da “História do tempo presente” também costumam sofrer mais embates pessoais do que os que trabalham com períodos anteriores. De um lado, pelo óbvio, ou seja, que muitos personagens ainda estão vivos e dispostos a defenderem a sua visão do acontecido. Mas também porque trabalhamos com memórias ainda vivas, que não se tornaram passado, e com traumas e questões abertas. O debate com os agentes vivos da memória consolidada é, para os historiadores, nada agradável e, na maior parte do tempo, inútil (BERTONHA: 2004: 155-166), mas é um “dano colateral” inevitável para os que se arriscam a trabalhar com a História ainda viva, queimando nas mãos.

Referências Bibliográficas

12

BEBIANO, Rui. “Temas e problemas da história do presente” in www.uc.pt/pessoal/rbebianos/docs/estudos/hrecente.pdf. Acessado em 23/1/2013.

BERTONHA, João Fábio. “Integralistas e pesquisadores do Integralismo: o embate entre História e Memória” in Dotta, Renato Alencar et al. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004, 155-166.

CALDEIRANETO, Odilon. “Breves reflexões sobre o uso da Internet em pesquisas historiográficas”. *Boletim tempo presente (UFRJ)*, v. 20, p. 01-10, 2009.

CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DE LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: Pinsky, Carla Bassanesi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo; Contexto, 2005.

FRANK, Robert. *Écrire l’histoire du temps présent*, Paris: Institut d’Histoire du Temps Présent, 1993.

HOBSBAWM, Eric. “O que a História tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?” in *Sobre História – Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 36-48.

LACOUTURE, Jean. “A História imediata” in Le Goff, Jacques. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 215-240.

REMOND, Renè. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996.

DOSSIÊ



Cibercultura e Historiografia: Formas de ler e escrever no tempo presente.

Enviado em:
21/10/2012

Aprovado em:
14/11/2012

Pedro Eurico Rodrigues¹

Mestre em História pela UDESC
pedro.eurico.rodrigues@gmail.com

Resumo

Pretende-se investigar as novas formas de ler e escrever criadas a partir da Internet na primeira década do século XXI. Dessa forma, a Internet será utilizada como fonte, analisada dentro da perspectiva da História do Tempo Presente. A escrita da Internet aparece nas comunidades e perfis da rede social Orkut, de blogues, fotologs e uma infinidade de sites nos quais se pode verificar uma forma de ler e escrever da contemporaneidade, por meio do hipertexto. A rede social Orkut passa então a ser um objeto valioso para a História do Tempo Presente, e nela se notam os retornos dos testemunhos: para além da visão, do estar lá, agora se verifica a produção de uma nova escrita, sociabilidades e memórias com o intuito de serem uma salvaguarda do tempo e do espaço, o momento do passado que se pretende lembrar no presente. Caracterizando um tempo passado cada vez mais próximo, devido à aceleração do tempo (NORA, 1993). Outra fonte que será utilizada para perceber esse momento no Brasil serão as matérias da revista Veja, periódico de informação semanal de variedades, no qual será verificado o aparecimento da rede social bem como o da Internet. Com este artigo almeja-se abrir diálogos entre a História e a Internet, notadamente a partir dos aportes teóricos da História do Tempo Presente.

15

Palavras-Chave

História do Tempo Presente. Internet. História da Cultura Escrita e da Leitura.

Abstract

It is intended to investigate new ways of reading and writing created from the Internet in the first decade of this century. Thus, the Internet is used as a source, analyzed from the perspective of the History of the Present Time. The writing of the Internet, appears communities and Orkut social network profiles, blogs,

¹ Este artigo é resultado da dissertação intitulada “Do on-line para off-line: Sociabilidades e Cultura Escrita proporcionadas pela Internet no Brasil do Século XXI (2001-2010)” projeto que contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES)

photoblogs and a plethora of sites where you can figure out a way to read and write contemporary, through hypertext. The social network Orkut passes then be a valuable object for the History of the Present Time. Where notice returns the testimonies: in addition to sight, to be there, now there is a new production written, sociability, and memories in order to save time and space, past the time that you want to remember at present. Featuring a past time ever closer, due to acceleration time (NORA, 1993). Another source that will be used to realize this moment in Brazil, will be the subjects of *Veja* magazine, the weekly journal of information varieties, where it will be seen the emergence of social networking and the Internet. With this article aims to open dialogue for the story and the Internet, especially from the theoretical contributions of the history of the Present Time.

Key-Words

History of Present Time. Internet, History of Culture Writing and Reading.

Mas, hey mãe, alguma coisa ficou pra trás/
Antigamente eu sabia exatamente o que
fazer/ (...) / Que agora, lá fora, o mundo todo
é uma ilha/ A milhas e milhas de qualquer
lugar/ (...) Mega, Ultra, Hiper, micro, baixas
calorias, Kilowatts, Gigabytes/ E eu? o que
faço com esses números?/ Eu? o que faço
com esses números? (GESSINGER 2004)

Nesta última década do século XXI houve um bombardeio de todos “esses números” de que fala a música do grupo Engenheiros do Hawaii. O domínio deles proporcionou uma nova experimentação nas formas de sentir, de comunicar e de se relacionar com o tempo. Por ora, esse tempo acelerado (NORA, 1993) dos fins do século XX e do início do XXI provocou angústias, pois há uma multiplicidade de acontecimentos, de “agoras” (BENJAMIN, 1987, p. 222-233). Pessoas estão conectando-se para além do olhar, da fala, do gesto: a conexão desse presente dá-se “a milhas e milhas de qualquer lugar”. Os números que são constituídos apenas de 0 e 1, os números binários, possuem sequências que correspondem ao vazio e ao cheio, ao verdadeiro e ao falso, ao aceso e ao apagado, ao negativo e ao positivo. Não há possibilidades para além destes algoritmos. Porém, somente com a conquista deste sistema binário, mundos virtuais foram criados e toda a explosão de informações, fotos, palavras, e relações fez-se possível no on-line. Não vou aqui me ater aos números, só faz-se importante salientar que o domínio deste sistema possibilitou a construção dos computadores que conhecemos. O que se pretende é historicizar estes computadores relacionados aos seus usos e práticas; não as sequências de números, teoremas, todos os circuitos e as placas de silício, mas sim as linguagens produzidas por homens e mulheres nesse novo “lugar praticado” (CERTEAU, 2008), conhecido por teóricos como Ciberespaço

(LEVY, 1999; LOBO, 2007; SIBILIA, 2008; RIFIOTIS, 2010).

Este espaço acelerado, onde a história transita a passos lentos e cautelosos, faz com que se experimente o tempo de outra forma, quando a história muitas vezes afasta-se por não conseguir acompanhá-lo. A História do Tempo Presente vem no intuito de ajudar a compreender e acompanhar esses movimentos da contemporaneidade. A emergência de fazermos uma história da Internet (Ciberespaço) vai ao encontro de toda sua efemeridade e volatilidade, pois onde no hoje se encontram os rastros e os testemunhos, no amanhã já não se sabe. Assim, encontra-se um desafio: entender a Internet como fonte para a História do Tempo Presente em interface com as diversas formas de ler e escrever que, através dos rastros e testemunhos deixados na rede mundial de computadores, servem de amparo às discussões da História da Cultura Escrita e da Leitura. Aqui, as imagens, os vídeos e outros rastros em diferentes suportes não serão analisados, mas somente o escrito e ao que a ele se refere. Este recorte faz-se necessário, pois não é intuito deste trabalho fazer uma história total da Internet. A História, enquanto disciplina, como nos lembra Michel De Certeau (1982, p. 86), sofreu muitas mudanças, como a ideia de que, na figura do historiador havia apenas um detentor do saber histórico, ideia essa que se confronta com a de muitos especialistas sem destino:

O historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as Marcas das grandes regiões exploradas. 'Faz um desvio' para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc., todas elas zonas silenciosas.

17

O historiador do presente, pensado a partir da assertiva de Michel De Certeau, pode aventurar-se e “fazer um outro desvio” em zonas mais barulhentas e superpovoadas, como as mídias (BRIGGS; BURKE, 2006), e entre elas a Internet. Nessa perspectiva, pretende-se verificar as práticas de escrita e leitura da rede, entre os anos de 2001 e 2010, pensando nas suas mudanças. A temporalidade na rede é um emaranhado no qual o passado, o presente e o futuro estão cada vez mais porosos, mais fluidos: produtos do regime de historicidade presentista. François Hartog dá indícios de que ao tratar do presentismo, regime de historicidade que temporalmente corresponde de 1989 aos nossos dias:

Não irei considerar todas as formas de tempo ou experiência temporal, mas apenas aquelas que pertencem à tradição do saber: mais precisamente, os modos por que conectam presente, futuro e passado na escrita da história. Estas configurações intelectuais compõem apenas uma camada das relações complexas e intrincadas para o tempo mantidas por toda sociedade a cada momento, uma trama percorrendo a tapeçaria. (HARTOG, 1996)

Como uma tapeçaria, a Internet é um meio em que convergem várias temporalidades. Uma tapeçaria que vem se construindo há pouco mais de uma década no Brasil e hoje por milhões de tecelões, cada qual com um fio que tece esse mosaico? (Tecer um mosaico? A metáfora estava legal até agora!) de sentidos. Cabe ao historiador do tempo presente tornar este espaço um tapete macio a pisar, ao olhar para esses fios como rastros deixados em um passado.

Assim, tenta-se aqui dar sentidos às formas de ler e escrever dos primeiros sites, a essa “nova domesticação” a que muitos brasileiros e muitas brasileiras foram submetidos. Das telas das novas urnas eletrônicas, quando pela primeira vez sujeitos tiveram que se deparar com uma tela, sequenciar números e confirmar seu voto ao ver a foto de seus candidatos. Ou ainda as telas de caixas eletrônicas em que se consegue verificar saldos, extratos e executar transferências, até a tela de um computador doméstico, em que é possível escrever textos, fazer planilhas, desenhar, acessar e copiar conteúdos, dependendo do poder aquisitivo.

Pautadas pela tecnocracia, todas essas práticas presentes foram e estão sendo inseridas no cotidiano de milhões de brasileiros(as): do celular de ponta à *lan house*, do laboratório de informática em escolas às bibliotecas, todos agora têm essa necessidade de acessar, o que passa a revelar ares de uma nova modernidade, em que os velhos se perplexificam com a facilidade dos mais novos. A frase “é fácil, tio” está cada vez mais presente na fala das gerações que cresceram envoltas às tecnologias. Pode-se pensar nisso a partir do excerto do escritor de ficção científica Douglas Adams:

18

Tudo o que já existia no mundo antes de nascermos é absolutamente natural; as novidades que aparecem enquanto somos jovens são uma grande oportunidade e, com alguma sorte, podem até ser uma carreira a seguir; mas tudo que aparece depois dos trinta é anormal, um fim do mundo que conhecemos, até que tenhamos convivido com a coisa por uns dez ou quinze anos, quando começa a parecer normal. (ADAMS apud MEIRA, 2009, p. 81)

A frase de Douglas Adams dá indícios dos conflitos dessas gerações acerca da tecnologia posta pelo presente. O historiador Pierre Nora ajuda a pensar sobre tais valorizações do novo e do velho:

É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade de uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. (NORA, 1993, p. 13)

Ambos, historiador e escritor, mostram que nossa sociedade vive a busca incessante por novidades e inovações que se tornam o cerne destas novas gerações,

quando o presente é constantemente alargado. A Internet passa a ser uma constante neste processo de presentificação entre os jovens e também entre os adultos: o passado passa a ser manifestado através de fotos, vídeos e textos escritos, e ao alcance de poucos cliques pode ser revisitado. O futuro é cada vez menos visado, o horizonte de expectativa pintado pelas mídias assemelha-se aos cenários dos filmes *Blade Runner* (SCOTT, 1982) e *Mad Max* (MILLER, 1979), nos quais o planeta está devastado e consumido por um individualismo pautado em tecnologias precárias.

Neste presente por onde se pretende trilhar (2001-2010) há um crescente de números, nomes, letras e signos através das várias faces da mídia: das revistas ao rádio, da televisão aos jornais. O Brasil e o mundo começam a respirar de forma voluntária e involuntária essas novas escritas com estas nomenclaturas da “Era Numérica” (CHARTIER, 2009), em que ouvimos/lemos o arroba (@), o “http//:”, o “www”, exemplos de novas escritas com que a sociedade do presente tem de lidar. Observando os discursos midiáticos, é encontrada uma série de resistências ao novo hábito de ficar em frente ao computador. Um exemplo é a nota publicada na revista *Veja* de 8 de junho de 2001:

Seu filho está indo mal na escola? Que tal checar os hábitos dele na Internet? Pesquisa conduzida na Universidade Estadual de Nova Jersey, EUA, aponta o que pode estar por trás do fraco desempenho de muitos universitários: descontrole e excesso de tempo na rede. Estudantes que relataram ter problemas nas atividades acadêmicas gastavam cinco vezes mais horas conectados do que a turma sem notas vermelhas. Muitos ficavam acordados até altas horas da noite, dormiam menos e faltavam às aulas. Tudo para trocar mensagens instantâneas e participar de salas de bate-papo (*Revista Veja* 6 de junho de 2001, p. 147.).

19

São os velhos problemas geracionais entre pais e filhos e entre tecnologia e os seus malefícios. Só da segunda metade do século XX até o presente, pode-se listar vários debates em torno destas disputas que foram travadas entre pais e filhos. Em termos brevemente comparativos, é possível perceber similitudes desse debate durante o pós-guerra, em que é possível ver inúmeros especialistas apontando para os malefícios das histórias em quadrinhos e os “perigos” em torno da leitura dessas histórias (DE LUCA, 2010, p. 128). Outro exemplo são os videogames, card games² e RPG³ da década de oitenta ao presente, que também sofreram questionamentos quanto às suas práticas e usos. Com a Internet não tem

2 Card Games são jogos de cartas com regras específicas para cada tipo de jogo e podem ser relacionados a desenhos animados, filmes ou ter um cenário próprio. Pokémon, Senhor dos Anéis, Magic The Guentheri, são exemplos de alguns *card games*.

3 Do inglês Role Play Game (ou Jogo de Interpretação de Papéis), onde jogadores imbuídos de fichas, dados e regras próprias de cada sistema interpretam papéis em mundos ficcionais em variados cenários, tais como fantasia medieval, cenário cyber punk, um mundo com vampiros e lobisomens, etc.

sido diferente, como podemos verificar a partir do discurso da Revista Veja em 2001, a qual coloca a rede como uma vilã que deve ser policiada, pois desvia os alunos dos estudos (BRIGGS; BURKE 2006, p. 303).

O texto eletrônico foi um novo suporte de leitura experimentado nestas últimas décadas (1990-2010), que possibilitou ao leitor “navegar” em várias páginas ao mesmo tempo. Roger Chartier (2002) percebe a mudança do texto eletrônico a partir de três pontos: sendo o primeiro deles relativo à escrita do texto, o segundo referente à escrita diretamente na biblioteca e o terceiro referente à construção de uma biblioteca universal:

Tal vinculação está arraigada a uma história de longa duração da cultura escrita e provém da sedimentação de três inovações fundamentais: em primeiro lugar, entre os séculos II e IV, a difusão de um novo tipo de livro, que ainda é o nosso, isto é, o livro composto de folhas e páginas reunidas dentro de uma mesma encadernação que chamamos códex e que substituiu os rolos da Antiguidade grega e romana; em segundo, no final da Idade Média, nos séculos XIV e XV, o aparecimento do “livro unitário”, ou seja, a presença, dentro de um mesmo manuscrito, de obras compostas (Petrarca, Boccaccio, Christine de Pisan), enquanto antes essa lista caracterizava apenas as autoridades canônicas no século XV, a invenção da imprensa, que continua sendo até agora a técnica mais utilizada para a reprodução do escrito e a produção de livros. Somos herdeiros do livro, isto é, ao mesmo tempo um objeto material e uma obra intelectual ou estética identificada pelo nome de seu autor, como para percepção das culturas imediatamente visíveis entre os objetos (cartas, documentos, diários, livros etc.) [...] que se transforma profundamente com a textualidade eletrônica. (CHARTIER, 2002, p. 22)

20

O escrever e o ler no virtual são entendidos por Chartier (2002) como a possibilidade de modificar, editar, cortar, copiar; ou seja, usar os novos mecanismos que foram incorporados à escrita e à leitura frente à tela. No livro impresso, salienta o autor, a única forma de subverter o texto dá-se através de escritas nas marginais e grifos que insinuam, mas não modificam o texto. No momento em que escrevemos na própria tela, o texto poderá ser alterado e reescrito pelo leitor. Outra prática bastante corriqueira a partir da difusão da rede é a assinatura de textos por parte de autores bastante conhecidos, mesmo o texto não sendo de sua autoria. Tais textos, chamados de apócrifos, circulam através de e-mails e redes sociais⁴.

Sobre o segundo ponto, “escrever diretamente na biblioteca”, o autor propõe que a Internet, na sua parte escrita, é como uma grande biblioteca, e pode-se concordar aqui com essa assertiva entendendo biblioteca como um conjunto de textos. Ao comparar a produção de um livro (que demanda tempo e as várias partes envolvidas, do autor ao leitor) à escrita do texto eletrônico (em

4 Exemplos sobre isso no Brasil são os textos recebidos/enviados por e-mail assinados por Luís Fernando Veríssimo, Arnaldo Jabor e Jorge Luiz Borges e que não são reconhecidos como de autoria própria.

que a simultaneidade e o imediatismo imperam, sem intermediários) o autor está, portanto, cara a cara com o leitor. A única premissa é que ambos estejam on-line.

Já o terceiro ponto abordado pelo autor é a construção de uma biblioteca universal a partir da crescente transformação do texto escrito em papel ao texto eletrônico, quando o documento passa do suporte físico ao suporte virtual, permitindo, portanto, um não-lugar para o documento, podendo ser acessado de onde for possível, formando, por conseguinte, um patrimônio universal.

Essa nova abordagem do escrito revela uma nova postura: a de estar sentado frente à tela, ao contrário das práticas de leituras anteriores:

Sabemos que a leitura do rolo da Antiguidade era uma leitura contínua, que mobilizava o corpo inteiro, que não permitia ao leitor escrever enquanto lia. Sabemos que o códex, manuscrito ou impresso, permitiu gestos inéditos (folhear o livro, citar trechos com precisão, estabelecer índices) e favoreceu uma leitura fragmentada mas que sempre percebia a totalidade da obra identificada por sua própria materialidade. (CHARTIER, 2002, p. 30)

Já o texto eletrônico permite modificações conforme as atualizações em sites vão sendo executadas. Outra possibilidade de tais modificações são os caminhos que os internautas percorrem através dos sites, a partir dos links nele dispostos. Cabe aqui explicar o que é um site e mostrar os seus diferentes tipos para podermos entender o que Chartier chama de texto eletrônico. Sites são o conjunto de páginas ou textos eletrônicos e cada um é identificado com um endereço eletrônico, que no presente se inicia com “http://” e/ou “www”, e termina com: ponto “com”, ponto “gov” ou ponto “br”. Através da criação da aplicação de informação “www” (*World Wide Web*) foi possível que a Internet saísse das universidades e centros militares para galgar passos a uma escala global. Essa aplicação foi criada por Tim Berners-Lee em 1990 no CERN, Laboratório Europeu de Física de Partículas em Genebra (CASTELLS, 2003, p. 17). Peter Burke e Asa Briggs (2006, p. 302) colocam que:

Tim Berners-Lee imaginou o que chamou de ‘World Wide Web’ em 1989. ‘Suponha que eu tenha a possibilidade de programar meu computador para criar um espaço em que tudo possa ser ligado a tudo’, especulava ele. “Suponha que toda informação arquivada nos computadores de todos os lugares estivesse interligada”.

O indivíduo agora posto nesta “globalização imaginada” (GARCÍA CANCLINI, 2007) está para além das transações na bolsa de valores e viagens/migrações internacionais. Podendo agora experimentar um outro tipo de viagem através da tela do seu computador pessoal, sem sair de casa, podendo ler e escrever, além de interagir com outras pessoas do seu país e mesmo do mundo. Este indivíduo que ficou conhecido como internauta - ou o navegador desse “infomar”, - multiplicou-se muito rápido, paralelamente ao crescimento da teia (a web). É sobre esses desbravadores/as e os seus rastros, nos muitos mares cibernéticos, que

trata esse trabalho. Como todo desbravador/a de um novo mundo, encontram-se percalços dos mais infundáveis.

No momento em que a Internet como a conhecemos surgiu, no ano de 1996, ela era um lugar (pouco) praticado, restrito a poucas pessoas. Algumas instituições públicas e privadas estavam implementando o seu acesso e, no âmbito do privado, ter um computador com acesso à rede era considerado artigo do luxo. Além dos altos custos dos microcomputadores, os provedores de Internet eram restritos e com um custo considerado alto para os poucos benefícios que proporcionavam (geralmente uma conta de e-mail e acesso ao conteúdo de jornais), mas já anunciavam um devir. Podemos perceber isto a partir da coluna Hipertexto (Revista Veja de 8 de janeiro de 1997) : “Hoje, pagam-se em média 40 reais por mês para se ligar à rede”. Já uma propaganda da mesma revista em dezembro de 1996 dá indícios do preço de um computador doméstico, na “Promoção especial de Natal” (Revista Veja 25 de Dezembro 1996 p. 190.) da Itautec: o preço à vista era de R\$ 3.180,00 ou 18 vezes de R\$ 231,03 sem entrada, totalizando R\$ 4.158,54. Tendo em vista que o salário mínimo do ano de 1997 era de R\$ 120,00⁵, podemos inferir que a compra de um computador naquele preço, mesmo parcelada, era restrita a uma parcela pequena da população brasileira.

A passos lentos, a Internet no Brasil da segunda metade da década de 1990 estava atrelada a sites de grandes empresas e portais de notícias, sites de compra e venda, e as novidades do momento eram o correio eletrônico – e-mail – e as salas de bate-papo, além dos sites voltados para o público “adulto” com conteúdos pornográficos. Esse formato estende-se até o ano de 2004, quando a Internet passa a se modificar devido à criação da Web 2.0. Desde então o internauta deixa de ser mero “leitor” e “espectador” passivo e passa a construir os seus próprios conteúdos, além de comentar e interagir muito mais rapidamente com outros internautas, colunistas, jornais, revistas e companhias de televisão. Paula Sibília explora as características desse novo momento em seu livro *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo*, e explica o conceito Web 2.0:

Trata-se, em suma, de um verdadeiro caldeirão de novidades que ganhou o pomposo nome de “revolução Web 2.0” e acabou nos convertendo nas personalidades do momento. Essa expressão foi cunhada em 2004, em um debate do qual participavam vários representantes da cibercultura, executivos e empresários do Vale do Silício. A intenção era batizar uma nova etapa de desenvolvimento da Internet, após a decepção gerada pelo fracasso das companhias pontocom: enquanto a primeira geração de empresas on-line procurava “vender coisas”, a Web 2.0 “confia nos usuários como co-desenvolvedores”. Agora a meta é “ajudar as pessoas a criarem e compartilharem ideias e informação”, segundo reza uma das tantas definições oficiais, “equilibrando a grande demanda com o auto serviço” [sic]. Essa peculiar combinação do velho slogan faça você mesmo com o novo mandato mostre-se como for, porém, vem transbordando as fronteiras da Internet. A tendência tem contagiado

5 Dado retirado do site do Ministério do Trabalho e Emprego no link: http://www.mte.gov.br/sal_min/EVOLEISM.pdf, acessado em 13/05/11

outros meios de comunicação mais tradicionais, enchendo páginas e mais páginas de revistas, jornais e livros, além de invadir as telas do cinema e da televisão. (SIBÍLIA, 2008, p. 14)

Tim Berners-Lee não foi solitário ao buscar a interligação total através do computador, ele só conseguiu materializar um sonho idealizado há menos de meio século antes da sua invenção, o “www”. Castells sintetiza as ideias e projetos científicos anteriores aos de Berners-Lee que visavam a computação interativa:

Vanneva Bush propôs seu sistema Mimex em 1945. Douglas Englebart projetou o seu On-line System, a que não faltava interface gráfica e mouse, trabalhando a partir do seu Augmentation Research Center na área da Baía de São Francisco, e demonstrou-o pela primeira vez em 1968. Ted Nelson, pensador independente, radical, anteviu um hipertexto de informação interligada em seu manifesto de 1963, *Computer Lib*, e trabalhou muitos anos na criação de um sistema utópico, *Xanadu*: um hipertexto aberto, auto-evolutivo, destinado a vincular toda informação passada, presente e futuro do planeta. Bill Atkinson, o autor da interface gráfica do Macintosh, desenvolveu um sistema *HyperCard* de interligação de informação quando trabalhava na Apple Computadores na década de 1980 [sic]. (CASTELLS, 2003, p. 17-18)

Assim, o criador do “www” fez com que a Internet passasse a se transformar no que conhecemos hoje, e através do programa (software) *Enquire* possibilitou computadores a trocar informações por meio dos protocolos de comunicação HTTP⁶ e URL⁷. A partir deles as empresas passaram a criar seus navegadores⁸, como o Netscape, em 1994, o *Internet Explorer* da *Microsoft*, criado em 1995, o *Mozilla Firefox*, em 2002 e o mais recente, *Google Chrome*, de 2008.

A partir desse mundo virtual crescente, surgiu uma gama de sites, cada qual com as suas especificidades, tais como: sites institucionais, que são sites de empresas, de governos (Governo Federal e Estadual, por exemplo) e de bancos; sites de notícias, que são Home Page de agências de notícias, revistas e jornais e alguns sites no formato de blogues; sites de aplicações, que englobam e-mails e ferramentas que permitem fazer on-line o que seria feito no computador, como por exemplo, os sites que possibilitam a produção de planilhas, textos e apresentações. Além desses há também os sites de Armazenagem de Informação, que são os sites de busca, podendo ser no formato wiki, de bancos de dados, de vídeos e de mercadoria; sites comunitários, que são as redes sociais, como chats, fóruns e sites de jogos; e os sites de Portal, que convergem vários tipos de sites em um só, geralmente de alguma empresa ou grupo ligado às comunicações (BRESCIANO,

6 Protocolo de Transferência do Hipertexto do inglês *Hypertext Transfer Protocol*.

7 Localizador Padrão de Recursos do inglês *Uniform Resource Locator*, que é a uma extensão total do endereço de um recurso (site, impressora, etc).

8 Navegadores aqui são os programas que possibilitam acesso à Internet.

2010).

Cada site permite uma leitura diferenciada e cada um possui um protocolo próprio de linguagem, como afirma Chartier:

É agora um único aparelho, o computador, que faz surgir diante do leitor os diversos tipos de textos tradicionalmente distribuídos entre objetos diferentes. Todos os textos, sejam eles de qualquer gênero, são lidos em um mesmo suporte (a tela do computador) e nas mesmas formas (geralmente as que são dedicadas pelo leitor). Surge disso uma primeira inquietação ou confusão dos leitores, que devem enfrentar o desaparecimento dos critérios imediatos, visíveis, materiais que lhes permitem distinguir, classificar e hierarquizar. (CHARTIER, 2002, p. 23)

Anteriormente ao surgimento da web 2.0, as páginas que permitiam interação escrita entre leitor e autor eram o www.blogger.com, criado em 1999⁹ (Figura 1), e o www.fotolog.com, de 2002¹⁰ (Figura 2)¹¹. Tal interação dava-se através dos comentários que os leitores deixavam registrados no próprio site, nos textos e imagens do primeiro e nas fotos próprias do segundo. O comentário é uma função desses sites que pode ou não ser ativada e permite discutir o assunto publicado. Esses são exemplos de sites de informação e comunitários, ambos derivados da palavra *weblog* (*web* mais *log*), que em uma tradução literal significa memória (*log*) da teia/rede (*web*). Outra forma de verificar os leitores é através dos contadores (outra função que depende de ativação), que mostram o número geral de acessos. Tanto a prática dos comentários como a dos contadores foi aderida por outros tipos de sites, como os institucionais e de informação.

24

9 Informação retirada do site www.blogger.com (1999-2011) acessado em 20 de junho de 2011.

10 O site do fotolog tem o primeiro domínio registrado em 2002 como fotolog.net e a partir de 2005 como www.fotolog.com (2002-2011) acessado em 20 de junho de 2011.

11 A metodologia usada para acessar as versões antigas dos sites foi através do site <http://wayback.archive.org>, desenvolvido por <http://www.archive.org/>, conhecido com Arquivo da Internet. Uma instituição norte-americana sem fins lucrativos.

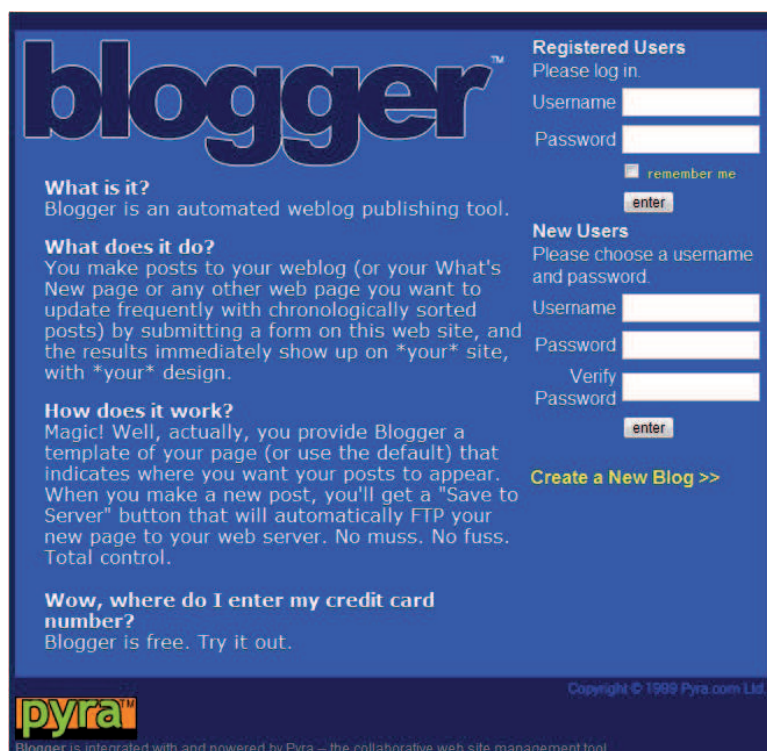


FIGURA 1 - Imagem do Blogger em 12 de outubro de 1999.

25



FIGURA 2 – Imagem do site Fotolog.net em 18 de junho de 2002.

Por meio dessas imagens, podem-se verificar as mudanças ocorridas nas formas de ler dos sites que eram frequentados por internautas no início do século XXI. É perceptível a escrita majoritariamente em inglês. Chartier (2002) afirma que essa universalidade do inglês no mundo digital torna a língua mais artificial do que elevada, como foi antes o latim:

De uma forma mais encoberta do que no caso das línguas inventadas no século XIX, o inglês, transformando em ‘língua franca’ eletrônica, é uma espécie de língua nova que reduz o léxico, simplifica a gramática, inventa palavras e multiplica abreviaturas do tipo (I ♥ you). Essa ambiguidade própria de uma língua universal que, por sua vez, tem como matriz uma língua já existente e impõe convenções originais possui três consequências. (CHARTIER, 2002, p. 17)

Chartier alerta para três consequências de tais convenções, sendo a primeira delas a hegemonia da língua inglesa que, para o autor, inutiliza a aprendizagem de outras línguas. A segunda consequência é a exclusão do conhecimento da língua inglesa a partir do conhecimento do inglês praticado na rede, pois, como coloca o autor, “o inglês que encontramos na rede é mais difícil, em certo sentido, do que aquele que é exigido para fazer comunicações formais” (NUNBERG apud CHARTIER, 2002, p. 18). O último dos resultados seria “o imperialismo ortográfico do inglês, que desconhece os acentos ou o til, impõe sua supressão às outras línguas quando são escritas ou lidas na tela do computador” (CHARTIER, 2002, p. 18).

Em questão de anos o inglês passa a dividir espaço com outras línguas, como o português - já que o público lusófono passa a participar com frequência desses sites - fazendo com que as empresas traduzissem suas páginas para o português. O Blogger é trazido ao Brasil em 2002 pela www.globo.com no endereço www.blogger.globo.com, como podemos ver na descrição de 19 de agosto de 2002 publicada por Editor Blogger:

26

Se Deus é brasileiro, por que diabos o Blogger tinha que ser americano? Problema resolvido: a Globo.com trouxe para a brazucolândia a ferramenta mais porreta da Internet. Comece já a desfrutar das vantagens de blogar em português com o Blogger.com.br!¹²

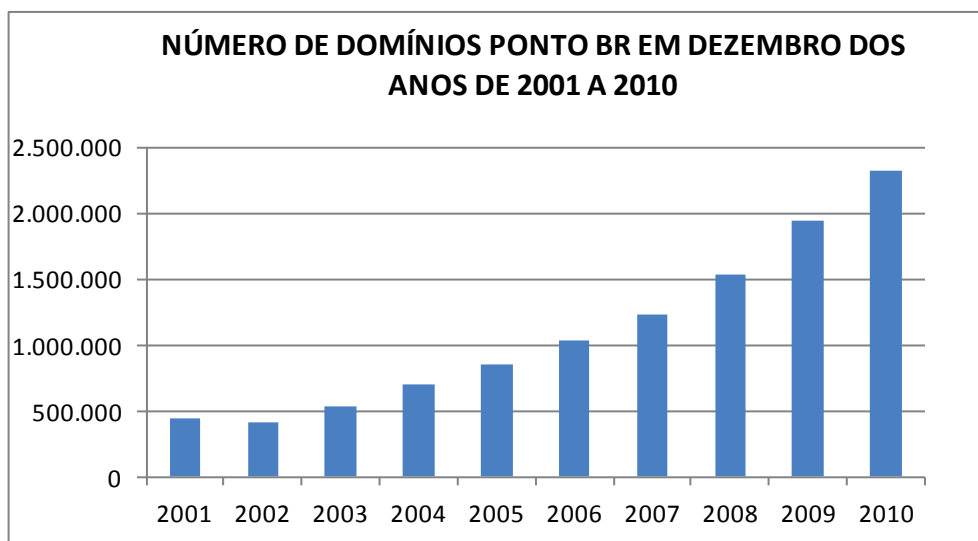
O público brasileiro passa a acessar cada vez mais espaços como blogs, portais de notícias, sites de bancos, sites de busca, sites oficiais, enfim, uma infinidade de escritas no português. Há um site chamado www.registro.br que se dedica a fazer todos os registros de domínios de sites com “ponto com ponto br” ou “ponto br”¹³, ou seja, para que um site brasileiro esteja funcionando por meio desses domínios é obrigatório que ele esteja registrado e cadastrado naquele site. A partir dos dados do site www.registro.br o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (www.cetic.br) desenvolveu uma tabela como os números de registros feitos no Brasil de 1996 a 2011, entre os meses de Janeiro e Dezembro¹⁴. Com base nesses números pode ser verificado o crescimento dos registros entre os

12 Retirado de <http://web.archive.org/web/20020822194007/http://blogger.globo.com/index.jsp> acesso em 25 de junho de 2011.

13 Conferir as listagens dos outros tipos de domínios em <https://registro.br/dominio/dpn.html> acesso em 21 de agosto de 2011.

14 Conferir o gráfico com o número dos registro em <http://www.cetic.br/dominios/index.htm>, acesso em 21 de agosto de 2011.

anos de 2001 e 2010 no mês de Dezembro de cada ano¹⁵ como aponta o Gráfico da Figura 3. O que se pode ver no gráfico é que, somente no Brasil, os sites registrados com o domínio “ponto br” chegam a quase dois milhões e meio de páginas, desconsiderando-se aí as redes sociais, blogues e outros domínios que não são registrados pelo site www.registro.br. Através disso é possível perceber esse crescente investimento na Internet como meio de comunicação entre o público e seus leitores.



27

FIGURA 3 Número de domínios “ponto BR” em dezembro dos anos de 2001 a 2010¹⁶.

O crescimento dos sites em domínio “ponto br” está atrelado ao aumento do número de usuários com acesso à Internet, devido aos programas de banda larga implantados no país, bem como a facilitação da compra dos microcomputadores. Outro fator importante é o crescimento de serviços on-line que possibilitam, para além do entretenimento, o consumo, as pesquisas escolares, a declaração do imposto de renda, entre outros serviços.

Essas páginas muitas vezes não dispõem de arquivos, ou seja, a cada conteúdo novo que é colocado na página o antigo é apagado, mostrando a volatilidade da Internet. Para conseguir o acesso às páginas desse passado-presente, pode-se utilizar o site www.archive.org, que detém um acervo de sites que permaneceram na rede até hoje, incluindo aí sites que não existem mais. O site é norte-americano e tem como proposta arquivar vários objetos virtuais que já não têm mais uso ou versões antigas do que ainda vem sendo usado. O archive.org apoia-se em cinco principais coleções (conferir Tabela 1): a web, que será mais explorada nesse trabalho; a

15 O mês de dezembro foi escolhido por ser o último mês, tendo em vista que o número mensal de registros é crescente, sendo o mês de dezembro sempre com o maior número de registros.

16 Este gráfico foi construído por Pedro Eurico Rodrigues através dos dados referentes aos números de sites registrados pelo www.registro.br.

*Moving Images*¹⁷ ou as imagens em movimento, onde encontramos quinze sub-coleções que vão desde imagens de vídeo games até programas de televisão; outra coleção é destinada a textos, encontrando-se aí, oito sub-coleções; uma coleção de áudio com doze sub-coleções; e uma de software com três sub-coleções.

Através da sub-coleção www.wayback.archive.org mostra-se a importância de estudar os protocolos de escrita e as possíveis leituras da Rede Social Orkut (www.orkut.com). Este pode ser problematizado a partir de suas primeiras páginas ao longo dos anos (partindo de 2004, ano de sua criação, até 2010) e suas formas de acesso.

TABELA 1 - Coleções e Sub-coleções do archive.org.

Archive.org	
Coleções	Sub-coleções
Web	<ul style="list-style-type: none"> A. <i>Wayback Machine</i> (destaque do autor) B. Archive-It C. Blog D. Heritrix
Imagens em Movimento	<ul style="list-style-type: none"> A. Animação & Cartoons B. Artes & Música C. Vídeos comunitários D. Computadores e Tecnologia E. Filmes Culturais e Acadêmicos F. Filmes Efêmeros G. Filmes H. Notícias & Assuntos Públicos I. Arquivo Prelinger J. Espiritualidade e Religião K. Vídeos de Esporte L. Televisão M. Vídeos de Videogame N. Entretenimento O. Mídia Jovem

17 A partir daqui as palavras em inglês que dão nome às coleções e sub-coleções serão traduzidas automaticamente pelo autor para o português.

Textos	<ul style="list-style-type: none"> A. Biblioteca Estadounidense (<i>American Library</i>) B. Bibliotecas do Canadá C. Biblioteca Universal D. Textos Comunitários E. Projeto Gutenberg F. Biblioteca para Crianças G. Biblioteca do Patrimônio Natural H. Coleções Adicionais
Áudio	<ul style="list-style-type: none"> A. Áudios-Livro & Poesia B. Áudios Comunitários C. Computadores e Tecnologia D. O Grateful Dead E. Arquivo de Música Ao Vivo F. Musica & Arte G. Netlabels H. Notícias e Assuntos Públicos I. Áudios não Anglófonos J. Podcasts K. Programas de Rádio L. Religião e Espiritualidade
Software	<ul style="list-style-type: none"> A. Museu do Computador DigiBarn B. Arquivo de Bulletin Board Software (BBS) C. Biblioteca de Software Tucows

O site www.orkut.com foi lançado em 2004 com a seguinte pergunta: “Quem você conhece?” e em seguida uma descrição da rede social (Figura 4):



FIGURA 4 - Página Inicial do Orkut de 2004

Para entrar no Orkut era necessário ter um convite através do e-mail de alguém que já estivesse na rede. Idealizada por Orkut Buyukkokten¹⁸, que dá o nome à rede, quando cursava a Universidade de Stanford (EUA), a rede social tinha pretensões de se conectar apenas aos seus amigos, mas acabou tomando proporções mundiais. Em 2005 o Brasil já participava com mais de 70 por cento dos usuários. (DAVILA, 2005).

No ano de 2007 a empresa *Google* compra os direitos da rede social e a incorpora em seus serviços. Uma das práticas da empresa é construir um canal de comunicação com o internauta através do blogue www.blog.orkut.com. Na publicação do dia 25 de junho de 2007 vemos o próprio criador do Orkut conversando com os internautas:

O Orkut foi lançado há mais de três anos, mas só agora estamos publicando o nosso blog – antes tarde do que nunca, certo? Esperamos que ele se torne um ótimo meio para você descobrir as novidades do site e conhecer nosso time. Aqui você vai ler sobre novas ferramentas, receber dicas de como usar as que já existem e ouvir histórias sobre nosso trabalho, além de ficar sabendo quem somos nós¹⁹.

A rede social passou, desde então, a ter o acesso liberado a qualquer um que se cadastrasse no site, e o foco da página principal mudou para atrair todos os públicos, como podemos observar na seguinte imagem do site, no dia 24 de dezembro de 2010:

18 Atualmente o criador do Orkut.com é funcionário da empresa *Google*, onde atua como desenhista de interface com o usuário.

19 Cf. no link blog.orkut.com/2007_06_01_archive.html acessado em 20 de setembro de 2011.



FIGURA 5 - Página do Orkut de 24 de dezembro de 2010.

Ao simular o real, a rede social na Internet passou a ser um espaço praticado (CERTEAU, 2008), em que foi possível o início de namoros, amizades, embates políticos, discussões de livros e filmes. A partir do estudo dessas páginas é possível verificar a relação do historiador com o vivido, como coloca Certeau: “como tarefa do historiador a possibilidade de fazer reviver ou de ‘ressuscitar’ um passado. Ela quer restaurar um esquecimento e encontrar os homens através dos traços que eles deixaram” (CERTEAU, 1982, p. 45).

A rede mundial de computadores está passando por um processo de democratização, que é vinculado às facilidades em adquirir computadores domésticos nos últimos anos, possibilitando a milhões de pessoas o contato com o mundo virtual. Aqui, as transitoriedades de informações tornam-se cada vez maiores. Todavia, só tem acesso quem tem senha (como pode-se observar no site abordado), e os que não têm, vivem à margem. Paula Síbilia define então o conceito de “tecnó-apartheid”, que seria “como um arquipélago de cidades e regiões muito ricas, com forte desenvolvimento tecnológico e financeiro, em meio ao oceano de uma população mundial cada vez mais pobre” (SIBILIA, 2008, p. 24). O Brasil enfrenta esse dilema: por mais que existam programas de incentivos à inclusão digital, esse problema não será sanado enquanto a população não tiver a senha de acesso à alimentação, às escolas e aos hospitais: a Internet no Brasil é tão desigual quanto a sua sociedade.

Mesmo assim, é um fato que a sociedade brasileira de hoje não vive mais sem conexões com a Internet, pois ela é um meio de comunicação que atingiu aproximadamente 64,8 milhões de brasileiros no ano de 2009, e na última década propiciou sociabilidades nunca antes experimentadas (Folha Online, São Paulo. 20 de ago, 2009). Entretanto, os que ficam de fora são indiretamente influenciados pela Internet. Se tomarmos como exemplo indivíduos que recebem ajuda do governo federal desde 2003 pelo Programa Bolsa Família, nota-se que estes podem não ter acesso doméstico, mas recebem seus benefícios em bancos que estão equipados com a Internet, e usam dela para fazer suas transições.

Com a inserção da Internet nestas transações bancárias, as senhas tornaram-

se cada vez mais comuns entre as classes mais abastadas e as menos favorecidas: observa-se assim um cotidiano de lembrar (e esquecer) números e letras em nome da segurança das finanças. As senhas compõem também uma prática do cotidiano daqueles que estão digitalmente inclusos. Além de senhas de bancos, deve haver preocupação com senhas de e-mail, de blogues e redes sociais. Para cada senha, um cadastro em um banco de dados da empresa que fornece os acessos. Para a construção desses cadastros, são fornecidos dados pessoais que ficam à disposição das empresas que fornecem tais serviços, podendo utilizá-los da maneira que julgarem necessário. Uma prática comum nesta primeira década do século XXI é receber telefonemas de empresas de que jamais ouvimos falar tentando divulgar ou vender um produto ou serviço. Quando isso acontece, geralmente há um questionamento sobre como conseguiram esses números de telefone. Tais empresas que fornecem os serviços on-line vendem os dados para outras empresas interessadas em consumidores. Estas transações da sociedade em rede agora visam o mercado e não mais a produção. Deleuze é categórico ao afirmar que:

As conquistas de mercado se fazem por tomada de controle e não mais do que por formação da disciplina, por fixação de cotações mais do que por redução de custos, por transformação do produto mais do que por especialização da produção. A corrupção ganha aí uma nova potência. O serviço de vendas tornou-se o centro ou a alma da empresa. Informamo-nos que as empresas têm alma, o que é efetivamente a notícia mais terrificante do mundo. O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. (DELEUZE, 1992: 224)

32

Essa primeira década do século XXI controlou as pessoas de variadas formas, e ao longo dela deixam-se mais rastros e sinais de nossa existência do que anteriormente. A frase “Eu vivo preso à sua senha, sou enganado”, da música o “Patrão nosso de cada dia” do grupo Secos e Molhados, no presente pode ter outra interpretação, na qual trocamos os padrões por grandes corporações. Corporações essas que têm o intuito de encontrar toda informação em segundos, com pretensões de digitalizar livros e apagar as marcas deixadas²⁰ neles, para que o leitor tenha uma leitura limpa do que foi digitalizado (CHARTIER, 2001), agregando assim cada vez mais informações. Segundo Pierre Levy:

A totalidade com pretensões universais afoga tudo aquilo que não pode reter. É desta forma que as civilizações são fundadas, que o universal imperial se instaura. [...] Talvez a primeira de todas essas tentativas de aniquilação tenha sido a do império mais antigo, na Mesopotâmia, de onde nos vêm tanto a versão oral como a escrita do dilúvio, muito antes da Bíblia. Pois foi Sargão de Agadé, rei dos quatro países, primeiro imperador da história, que mandou jogar no Eufrates milhares de tábuas de argila, nas quais estavam gravadas lendas

20 Como, por exemplo, excluindo as marginálias e os grifos dos leitores de obras, impossibilitando assim o estudo das peregrinações do leitor (CERTEAU, 2008) a partir destes rastros deixados, agora apagados em prol da digitalização e disponibilização de tais textos.

de tempos imemoriais, preceitos de sabedoria, manuais de magia, secretados por várias gerações de escribas. Os signos permanecem legíveis por alguns instantes sob a água corrente, depois se apagam. Levadas pelos turbilhões, polidas pela correnteza, as tábuas amolecem aos poucos, voltam a ser seixos de argila lisa que em pouco tempo se fundem com o lado do rio e vão se acrescentar ao lado das inundações. Muitas vozes foram caladas para sempre. Não suscitarão mais nenhum eco, nenhuma resposta. (LEVY, 2010, p. 16)

A citação de Pierre Levy demonstra a ideia de totalidade proposta por Chartier (2001), a qual vai questionar a universalização dos textos, pois ao digitalizar-se o texto/documento, mesmo que a parte escrita não se altere, produz-se outro sentido para ele, pois ele estará em outro suporte. Assim, Chartier discute que não é contra a digitalização dos textos, mas sim contra o esquecimento que essa prática pode ocasionar, deixando o mundo do livro no ostracismo.

Chartier analisa como a sociedade está estabelecida no livro impresso e, por isso, passa-se a impor essas mesmas normas ao texto eletrônico: “vemos uma domesticação por meio das categorias e critérios que ainda são os do livro impresso” (CHARTIER, 2001, p. 149). Logo o texto na tela não faz a mediação entre o suporte de papel, mudando profundamente a postura deste leitor. Mudando também a própria escrita, pois esta não condiciona a mão ao pegar um objeto que escreva no papel com um traçado próprio, mas sim a junção das duas mãos ao teclado escrevendo na própria tela, algo de que só a máquina de escrever se aproximou. Aqui o autor aborda os medos que o mundo do livro tem devido à essa aceleração provocada pelo texto eletrônico e as possíveis mudanças que essa ferramenta traz para a escrita e para leitura. Outra entrada do autor nas maneiras de escrever e ler frente à tela se dá a partir de questionamentos quanto às formas de escrever um e-mail: devem ser seguidas as regras epistolares então vigentes, ou simplesmente uma nota sem correção ortográfica? O autor conclui que tais tensões se apresentam somente naqueles que possuem uma memória epistolar, ou seja, aqueles que tiveram como prática escrever uma carta. E os que já nasceram no mundo do texto eletrônico? O autor lembra que “no mundo contemporâneo, faz-se muito claro que tudo o que pensamos como estável, invariável, ou universal se fragmenta em uma descontinuidade ou em uma série de particularidades” (CHARTIER, 2001: 152).

A história, entre outras disciplinas, só tem a ganhar, pois abrimos um leque de novas evidências e fontes nesse mundo de transformações onde existem mudanças que, mesmo não compreendendo ainda, achamos importantes. O novo leitor do mundo está navegando entre os “arquipélagos textuais” ao navegar na Internet com uma velocidade que somente o texto eletrônico pode proporcionar, de uma ilha para outra, onde um texto puxa o outro, através deste novo suporte.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Vol.1 Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRESCIANO, Juan Andrés. *La Historiografía en el amanecer de la cultura digital*. Uruguay: Ediciones Cruz del Sur. 2010.

BRIGGS, Asa, e Peter BURKE. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CERTEAU, Michel De. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História ou a Leitura do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *A revolução do texto eletrônico*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.

DAVILA, Sergio. Orkut não entende seu sucesso no Brasil. Folha.com, mercado. 3 de julho de 2005. Acesso em 30 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u97858.shtml>

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezin (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. P. 111-153.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

Folha Online, São Paulo. 20 de ago, 2009. Internet chega a 64,8 milhões de brasileiros em julho. Informática. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u612411.shtml> Acesso em: 27 set. de 2009.

GARCIA CANCLINI, Néstor. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

GESSINGER, Humberto. Engenheiros do Hawaii. Terra de Gigantes/Números. In: Acústico MTV. São Paulo: Universal Music Group, 2004. 1 CD faixa 13.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MEIRA, Sílvio. A consagração do dedão...: Ou como os celulares serão a “coisa” do futuro. In: FERNANDES, Manoel (Org). *Do Broadcast ao Socialcast: Como as redes sociais estão transformando o mundo dos negócios*. São Paulo: W3 Geoinformação Editora. 2009. P. 81-83.

MILLER, George. *Mad Max*. Produção: Byron Kennedy. Austrália: Warner, 1979. Cor, 92 min. DVD 1 disco Edição Especial de Colecionador, 2005.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos Lugares.” *Projeto História*, n. nº 10 (Dezembro 1993): 7-28.

Revista Veja. 6 de junho de 2001 p.147. NOITE EM CLARO, BOLETIM VERMELHO, Para Usar.

Revista Veja. 8 de janeiro de 1997 p.17. IMPOSTO. Hipertexto.

Revista Veja 25 de Dezembro 1996 p. 190. PAPAÍ Noel chegou na Itaotec Shop.

RIFIOTIS, Theophilos. *Antropologia no Ciberespaço*. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

SCOTT, Ridley. *Blade Runner: O caçador de Andróides*.. Produção: Michael Deeley. EUA: Warner, 1982. Cor. 118 min. DVD 3 discos Edição Especial. 2007.

SIBILIA, Paula. *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Contrapesos do presente, entretempos da redemocratização: desafios de uma História do Tempo Presente através da imprensa escrita.

Enviado em:
21/10/2012

Aprovado em:
20/11/2012

Anelise Rodrigues Machado de Araujo¹

Mestranda em História pela UDESC
anelise.hst@gmail.com

Tâmyta Rosa Fávero²

Mestranda em História pela UDESC
tamyfaveroyahoo.com.br

Resumo

Em 25 de abril de 1984, em meio à mobilização pelas eleições Diretas Já para o cargo de Presidente da República, a Emenda constitucional proposta pelo Deputado Dante de Oliveira foi rejeitada pelo Congresso Nacional. Concomitantemente, a imprensa periódica denunciava em seus escritos os indícios de que havia uma empreitada do governo federal para assegurar quem comandaria o processo de transição da abertura política. Desse modo, no presente artigo o jornal Folha de São Paulo e a revista Veja são tomados na condição de fontes documentais que registraram e participaram ativamente daquele momento histórico, anunciando-o como tal e produzindo memória histórica em torno da midiaticização do acontecimento. Foram analisados os editoriais veiculados pelo jornal no dia da votação e por toda semana seguinte, bem como a edição lançada pela revista Veja no dia da votação e na semana posterior, com o objetivo de analisar as problemáticas de uma História do tempo presente através da desmontagem das experiências e das expectativas que inseriram novos elementos na cultura política do país.

36

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, com ênfase em História do Tempo Presente, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Integrante da Linha de Pesquisa “Culturas Políticas e Sociabilidades” e orientada pela Prof^a PhD. Sílvia Maria Fávero Arend. O projeto de pesquisa intitulado “Desvendando um olhar sobre a infância: a revista *Veja* nos tempos da redemocratização (1979-1990)” conta com apoio financeiro da CAPES.

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, com ênfase em História do Tempo Presente, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Integrante da Linha de Pesquisa “Culturas Políticas e Sociabilidades” e orientada pelo Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn. O projeto de pesquisa intitulado “Elos e ecos de uma cidade transmutada: práticas participativas e relações de classe sob os ares da abertura política (Lages, SC, 1972-1988)” conta com apoio financeiro da CAPES.

Palavras-chave

Redemocratização. Mídia. Tempo Presente.

Abstract

On April 25, 1984, in the midst of mobilization for elections “Diretas Já” (Direct Elections Now) for the post of President of the Republic, the Constitutional amendment proposed by Congressman Dante de Oliveira was rejected by the National Congress. Concomitantly, the periodical press denounced in its writings evidences that there was an attempt from the federal government to ensure that it would command the transitional process towards political opening. Thus, in this paper, the newspaper Folha de São Paulo and Veja magazine are taken in the condition of documental sources which registered and actively participated in that historic moment, announcing it as such and producing historical memory around the mediatization of the event. Were analyzed the editorials conveyed on voting day and during the same week, as well the edition published by the Veja magazine in the voting day and in the following week, in order to analyze the problematics of a history of the present time through the dismantling of the experiences and expectations that inserted new elements in the political culture of the country.

Keywords

Redemocratization. Media. Present Time.

Este trabalho pretende alinhar um conjunto de possibilidades de análises historiográficas na abordagem da produção de marcos históricos guarnecida pela imprensa, visto que tais questões construídas como “acontecimentos” no decorrer das décadas de 1970 e 1980 fazem parte também de um conjunto de sequelas patentes na sociedade brasileira pós-ditadura. Marcos, eventos e fatos que foram conservados como acontecimentos-símbolo da luta pela redemocratização brasileira e, dessa forma, repousam manentes no âmbito da memória histórica das produções jornalísticas e nas produções da própria historiografia. É uma contribuição para a, ainda limitada, produção historiográfica sobre a redemocratização a partir da perspectiva da Nova História Política, uma narrativa histórica do Tempo Presente, preocupada com as conjunturas que envolveram, em 25 de abril de 1984, a votação da Emenda constitucional (PEC nº5/1983) proposta pelo Deputado Dante de Oliveira (PMDB). Tal Emenda objetivava a restituição das eleições diretas para o cargo de Presidente da República do Brasil nas eleições subsequentes, buscando finalizar o ciclo de gerais no cargo executivo federal iniciado em 1964. Tal anseio, intensificado em 1983, mobilizava a sociedade civil e entidades diversas, além dos partidos e líderes das oposições ao regime militar, em campanhas que pipocavam por todo o país. Mantinha-se engendrado, então, o movimento político e social Diretas-Já, movimento emblemático da contemporaneidade na História do Brasil. Tais conjunturas transmutariam as significações dadas à democracia, aos processos eleitorais e às mobilizações sociais e civis dentro das culturas políticas brasileiras. Proponhamos então, a partir da análise de um evento narrado pela imprensa como

histórico, romper o liame entre a condição do historiador e o tempo presente.

Os processos políticos ainda são abalados por feridas abertas de “passados que não passam” devido a um extenso presente. Esse, por sua vez, fruto da amarração de um tempo histórico que tem como entrelaço espaços de experiência e horizontes de expectativa (KOSELLECK, 2006). Contudo, toda produção historiográfica é evocada por questões relativas ao presente no qual se encontra quem a empreende. Admite-se isso quando nota-se que historiadores e historiadoras são sujeitos inseridos em seus próprios tempos históricos e que, tal como a narrativa que elaboram, estão submetidos às representações sociais que perpassam suas subjetividades e visões de mundo. Fazendo parte, então, de um dos atributos da imersão na historiografia do Tempo Presente, levam-se em conta os estudos das representações e identificações dos sujeitos históricos que dividem o vivido com quem os narra. É o eco sobre “um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas” (RIOUX, 1999, p. 50). Ao historiador preocupado com processos, eventos e testemunhos do extenso presente no qual também está inserido, dá-se a prédica de desnaturalizar sua nascente – a chaga aberta a qual denominamos fonte. Desnaturaliza-se, sobretudo, os meios de comunicação, ônus e bônus da História do Tempo Presente, dado o volume dos acervos documentais disponíveis à pesquisa, os quais fornecem inúmeras contribuições às produções de teias entre narrativas que, à primeira vista, podem parecer esparsas, mas fornecem também inúmeras interrogações, ambiguidades de tempos fulgurantes, notícias do imediato, mas também de narrativas dotadas de intenções e esperanças futuras, ou reminiscências de um passado mobilizado politicamente. Além disso, outro desafio desse campo é a não existência de um desenlace do processo sobre o qual se debruça. Porém, como afirma Tétart, enquanto contemporaneísta, o historiador do tempo presente sabe “reintegrar o tempo próximo numa temporalidade mais longa” (2000, p. 137), mesmo que não possa dar um desfecho ao seu “conjunto de peças”. Escrever história do seu próprio tempo é expor aos olhos os laços indissolúveis entre o passado e o futuro presentes. O olhar interpretativo-narrativo do historiador é relativo a muitos sentidos em que espaço, tempo e indivíduo são parte fundamental para a construção historiográfica. Quanto à intervenção historiográfica no documento, Koselleck destaca que “a tensão a qual o historiador deve se submeter é aquela entre teoria de uma história e a realidade das fontes (...). O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes”. Para o historiador, “uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda a fonte que jorra cristalina seria já a própria história” (2006, p. 186).

Orquestrado pelas inquietações da História do Tempo Presente, este trabalho volta-nos o olhar para um acontecimento-símbolo dotado de expectativas que colocaria “pedras” em um passado e abriria “janelas” a um futuro desejado que deveria ser acelerado, o qual fora narrado pela imprensa brasileira como um “entretempo” do processo de redemocratização. Acontecimento ocorrido há menos de 30 anos e cujas memórias ainda nos são salutares: memórias do historiador, memórias recompostas pelo tempo em movimento, memórias da sobreposição de gerações, que dividem afinidades sutis, pela coexistência em um tempo comum – um passado lembrado, um presente vivido, um futuro antecipado.

A ação de rememorar faz parte desse presente historicizado. O passado

é musicalizado nas memórias que nos são narradas pelos jornais que evocam, pelas personagens que subiram em palanques e que votaram a Emenda em 25 de abril de 1984, pela sociedade civil que compôs o acontecimento naquele entretempo e pela História que conta e reinventa. No entanto, esse prognóstico ainda é frágil demais para tal assertiva, já que a mesura cronológica do tempo não constitui um sistema objetivo, tampouco irrefutável. Datas são índices que permitem a localização de fatos e processos de modo inteligível, não sendo, pois, plausíveis de serem consideradas rupturas abruptas entre uma realidade social e outra. Observar que muitas testemunhas daqueles tempos ainda estão vivas e compõem a sociedade de nosso tempo, entretanto, revela um indício do principal motivo pelo qual afirmamos que este trabalho se insere na perspectiva da História do Tempo Presente. O testemunho, por si só, ainda não é capaz de caracterizá-la, pois se assim o fosse, Tucídides teria sido seu precursor, ainda na Antiguidade. O campo de estudos que tem se firmado desde meados do século XX em torno da História do Tempo Presente está envolto por concepções de um tempo histórico que tem sofrido os resvalos em um mundo onde, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, fala-se em aceleração do tempo e do medo de uma “era sem memória”, digital e vulnerável ao esquecimento. As turbulências do século XX já sinalizavam que algumas mudanças estavam ocorrendo, e “toda essa intensificação dos ritmos da história nas últimas décadas, trazida pelas grandes guerras e pela eclosão da Revolução Soviética, estimulou o desenvolvimento do estudo do tempo presente” (FERREIRA, 2000, p. 8). Segundo François Hartog (2006), acontecimentos que instauram rupturas significativas alteram as bases dos regimes de historicidade que estruturam o pensamento histórico e os modos pelos quais os sujeitos atribuem sentido a suas experiências. Assim, na perspectiva do autor, a queda do Muro de Berlim, em 1989, teria instaurado um novo regime de historicidade, o presentismo.

O presentismo e o medo do esquecimento, associados a uma ruptura com a concepção linear do tempo, operam em favor de uma historiografia descontinuista e plural. A profissionalização da História, ocorrida durante o século XIX, lidou com tempo linear e pregou a objetivação do campo através do afastamento entre historiadores e fontes documentais, compreendendo como inaceitáveis as construções narrativas que tratassem de espaços temporais próximos, com vistas a alcançar um resgate do passado puro, verdadeiro, tal como foi. Entretanto, no século XX apreendeu-se que a reconstrução do passado sempre está limitada por suas fontes documentais e pelos demais recortes, de temáticos a cronológicos, feitos pelos historiadores. A partir de então, admite-se que, na escrita da História, quando aqueles tempos e nosso tempo confundem-se e designam um processo de dissolução das experiências e das expectativas em voga até então, tem-se aí, explicitamente, um extenso presente, o embaralhamento das categorias de análise do tempo histórico. Assim, constata-se uma abreviatura dos limites entre passado, presente e futuro. A votação ocorrida no Congresso Nacional em 25 de abril de 1984 esteve inserida num processo de desmontagem do espaço de experiência e, principalmente, do horizonte de expectativas que estavam em vigor no Brasil desde 1964.

Redemocratização e Emenda Dante de Oliveira: a midiaticização do acontecimento

Para a História do Tempo Presente, a mídia jornalística, quando tomada na condição de fonte documental de investigação, torna-se também objeto de pesquisa. Isso porque cada um de seus veículos imbuí-se de um conjunto próprio de práticas e representações sociais, o qual interfere no projeto editorial, na definição das pautas e dos matizes dos conteúdos que compõem suas páginas. Observar essas características impõe aos historiadores que compreendam os meios de comunicação como inseridos em seus devidos tempos, fazendo com que a produção historiográfica torne-se centrada nos limites de sua fonte documental e crítica a ela. Esse enfrentamento metodológico não livra os historiadores das subjetividades às quais está suscetível, entretanto é imprescindível para que a análise histórica não incorpore as concepções expressas nos textos jornalísticos. Afinal, a imprensa escrita opera captando informações, reorganizando os fatos, narrando e atribuindo significados específicos. “Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias ‘têm uma opinião’, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258). E com isso, ao passo que seleciona o que será midiaticizado, escolhe também o que será esquecido.

40

Assim, midiaticizar um acontecimento equivale a não deixá-lo cair no esquecimento. De certo modo, segundo Pierre Nora (1988), estar no passado constitui o acontecimento, mas no tempo presente, é através das mídias que o acontecimento torna-se conhecido e, portanto, histórico. É por meio da midiaticização que o acontecimento integra-se ao escopo da História e, por isso, o que é veiculado pela imprensa escrita não é mero conjunto de informações. Trata-se, pois, daquilo que se quis tornar notícia, acontecimento, e sobre o que se atribuíram diversos sentidos, tanto no momento da escrita quanto nas leituras. Por isso, as edições do jornal Folha de São Paulo e da revista Veja que envolvem a semana do dia 25 de abril de 1984 são documentos valiosos para observar não apenas a expectativa que gravitava em torno da votação da Emenda Dante de Oliveira, mas a própria historicização do acontecimento pela imprensa. Houve, por parte da pauta jornalística desses veículos, a intenção de tornar a votação feita pelo Congresso Nacional um marco histórico, dedicando a isso muitas de suas páginas. Assim também ocorreu durante a semana posterior à rejeição da Emenda, quando o jornal diário continuou cedendo espaço para o assunto.

O trepidante ano de 1984 realçou, então, as inquietações de um país que passava por uma crise política e econômica. Deflagrada em 1983, e intensificada em 1984, uma série de comícios por todo o país a favor do reestabelecimento de eleições diretas para o cargo executivo federal. Índice do descontentamento generalizado da população com relação à crise econômica e ao regime ditatorial e seus cerceamentos, a campanha ficou conhecida por Diretas Já e desaguou em pressão da opinião pública com relação às bases de sustentação do Estado. Situada destacadamente no âmbito partidário por ações de personagens públicos ligados principalmente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao

Partido dos Trabalhadores (PT), e atingindo mobilizações de grupos sociais que vinham se tornando mais autônomos frente ao controle estatal, encontramos uma convergência de trajetórias provenientes de outro momento de ressignificação do valor eleitoral. Esse momento iniciou-se em 1974, com as vitórias estridentes do MDB nas eleições legislativas daquele ano, casadas ainda com o projeto de “distensão lenta, gradual e segura” discursada pelo então Presidente da República Ernesto Geisel.

Nesse sentido, a partir de 1974 a narrativa da redemocratização ganhou um constante delinear através da incorporação de novas dimensões e segmentos da sociedade. Em meio à valorização do voto e, logo, de valores democráticos, a mobilização em prol de eleições diretas se tornou uma aliada de uma emergente noção de cidadania e esses aspectos foram responsáveis pela introdução de novos elementos na cultura política brasileira. O alargamento do campo político, não mais restrito às questões do Estado e passando a ser compreendido como produzido pelas múltiplas interações sociais, as sociabilidades, é um dos subsídios que compõem a História do Tempo Presente. Assim, a análise histórica de processos políticos inseridos num “passado presente”, quando feita através do viés da cultura política, deve levar em conta as relações de poder que os envolvem. De acordo com Serge Bernstein, “a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (1998, p. 352).

Ainda na segunda metade da década de 1970, mesmo com o ambíguo “afrouxamento de cordas”, os recuos autoritários se manifestavam sempre que necessário. A repressão, a censura e a própria ação da polícia política continuavam atuantes. A midiaticizada morte do jornalista Vladimir Herzog, divulgada pelo comando do II Exército como enforcamento ocorrido nas dependências do DOI-Codi de São Paulo, ainda em 1975 - que por sua mal explicada versão e pelas evidências de que tratava-se de um assassinato-, acarretou em mais um desgaste para a aceitação popular do regime militar. A imprensa, a partir das manifestações públicas de indignação de parte da sociedade civil, passou a ressignificar sua própria atuação diante desse acontecimento. O Ato Institucional Número 5 (AI-5), que impunha aos meios de comunicação uma censura prévia severa, saiu de cena em 1978. Até então, publicações como a revista *Veja*, que chegou a veicular em suas páginas desenhos de anjos e diabos, empenharam-se em denunciar a interferência do governo em suas redações. A censura prévia era um modo de o governo assegurar que os acontecimentos midiaticizados e que eram, portanto, levados ao conhecimento público, estivessem de acordo com as prerrogativas do regime militar. Entre essas prerrogativas estavam o combate ao modelo comunista, considerado, sobretudo, anticristão, e o silêncio em torno de práticas violentas, tais como a tortura, que vitimaram parte das dissidências ao regime naquele período. Silenciamentos apresentados não apenas por imputações forçadas, mas também pela autocensura que manteve a Folha de São Paulo sem censores em suas redações durante a ditadura, ao abrandar – ou não noticiar – as engrenagens da repressão, do arbítrio e dos *assuntos proibidos*. No caso do Grupo Folha, houve ainda a manutenção de um notório colaboracionismo, verificável principalmente através da Folha da Tarde, jornal do mesmo grupo empresarial, conhecido como

“diário oficial da Oban”, que a partir de julho de 1969, chefiado por Antônio Aggio, manteve uma linha editorial de apoio constante ao regime e corroborou com o ideário autoritário oficial. Não mais enquadrado na “nova ordem social”, o diário foi tirado de circulação em 1984 (KUSHNIR, p. 36).

Desde então, diversos setores da imprensa periódica passaram a se considerar fundamentais para a democracia brasileira. A ideia de que a mídia é uma espécie de “Quarto Poder”, vigilante do próprio governo em benefício da democracia do povo, é relativamente recente. Certamente, essa representação social da mídia perpassa os modos pelos quais os próprios veículos midiáticos colocam-se para o mundo. Afinal, “as representações possuem energia própria, e tentam convencer que o mundo, a sociedade ou o passado é exatamente o que elas dizem que é” (CHARTIER, 2011, p. 23). Por isso, deve-se perceber que tal representação social assegurou a legitimidade social da imprensa e, também, que a importância dos sistemas de comunicação para a prática dos direitos de cidadania é uma característica das democracias liberais. Isso explica, de certo modo, porque a grande imprensa periódica brasileira teve uma relação com o regime militar que oscilava entre convergência e divergência: no âmbito do liberalismo, concordavam de que o “perigo comunista” deveria ser afastado do Brasil, e também por isso houve a adesão ao golpe civil-militar de 1964, que depôs João Goulart da presidência; por outro lado, as práticas autoritárias do regime, entre elas a censura dos meios de comunicação e as práticas de tortura de civis, iam de encontro aos princípios democráticos almejados por esses grupos.

42

O ano de 1984 foi construído pelo notório destaque conquistado pela mobilização de amplos setores sociais em torno dos novos contornos democrático-eleitorais. Há uma série de elementos que tornaram o ano de 1984 em um ano-símbolo de participação da sociedade civil em prol de causas comuns, incitadas desde meados da década de 1970, unificadas em um discurso que envolvia o fim de um “tempo precedente” e o início de um “novo tempo”. A narrativa da mídia em torno dos valores democráticos atuou, desde então, como protagonista na abertura de caminhos que deságuam em mudanças nas relações políticas estabelecidas entre sociedade civil e poder público. Além, evidentemente, da atuação sublinhada da imprensa, a qual promoveu, sustentou e conservou as movimentações em favor das Diretas e acabou por ser legítima protagonista da campanha ao ampliar a atuação das atividades: entidades, personagens e instituições envolvidas, tomaram para si a função de interpretar o processo de transição que alentava o país desde meados da década de 1970.

O emaranhado de notícias, manchetes, reportagens e imagens produzidas pela imprensa são desenlaçadas ao imergir o acontecimento Diretas Já no processo histórico-político brasileiro. Nesta conjuntura de enlaces do efêmero com processos de longo alcance, que torna as culturas políticas inteligíveis para a escrita da História, a relação entre a imprensa e o processo de transição política brasileira foi extremamente íntima. Afinal, em sua narrativa própria, além de mobilizar e sensibilizar a sociedade civil a favor do movimento, a imprensa periódica apropriou um “passado presente” e um “presente futuro” baseados em um entendimento de estarem imersos num momento histórico que deveria alargar as bases democráticas através de processos eleitorais diretos para todos os cargos políticos.

Os editoriais do jornal Folha de São Paulo: o fim do dia da esperança

Durante a atuação da campanha pelas Diretas Já, o jornal Folha de São Paulo apresentou em seus editoriais indícios de que tomava para si uma das frentes na luta pela instituição das eleições diretas: aquela que dizia respeito ao respaldo social e à garantia de divulgação por parte dos meios de comunicação. Assumiu, ainda na década de 1980, a liderança na circulação diária de impressos, baseada na produção de “informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos”. Em 1984, o periódico implantou um Manual de Redação com normas de editoração, representando um marco na normatização da produção de notícias que iria influenciar na atuação de jornais de todo o país. Afinal, “o manual se inseria dentro do projeto maior do jornal, lançado de 1981, cujo objetivo era estruturar e sistematizar o trabalho na redação, além de fornecer os fundamentos conceituais para a produção das notícias e informações veiculadas pelo jornal”, o que, segundo Sônia Meneses da Silva, “foi de certa forma, aplicado ao grupo no decorrer dos anos 1990 e 2000” (SILVA, 2011, p. 20-21).

Desde 1975, as narrativas presentes no jornal Folha de São Paulo buscavam “afastar” da memória seus vínculos com o golpe civil-militar de 1964. No delinear da profissionalização do jornalismo, sublinhado pelas normas de editoração implantadas em 1984, as Diretas Já tiveram o periódico Folha de São Paulo como um dos seus principais arautos. Em contrapartida, a empresa-jornal materializou sua autoimagem de espaço democrático a partir da campanha, tentando desvincular qualquer passado que contradissesse essas bases. Contemporaneamente, – mas sob as conjecturas, não apenas sob singela coincidência – o novo projeto editorial da Folha de São Paulo e a sua intensa atuação narrativa em relação às movimentações pelas, para e por Diretas-Já, deram o ritmo àquele conglomerado empresarial, o qual ambicionava não só contar a história, mas ajudar a construí-la. Os editoriais da empresa-jornal, por sua vez, eram situados em coluna vertical na página dois, e algumas vezes rompiam na capa, de acordo com a “relevância” do assunto tratado. Não eram assinados, e com a frase bastante sugestiva “Folha de São Paulo: um jornal a serviço do Brasil” acima do título da “ordem do dia”, os editoriais não eram, exclusivamente, a “opinião do proprietário”. Sua confecção era produto de deliberações geridas pela diretoria, pelo corpo de articulistas e/ou colaboradores, e insinuavam um diálogo entre a empresa-jornal, a opinião pública e o próprio Estado.

No dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, a narrativa do editorial estampava a atuação constante do grupo empresarial que comandava o jornal em prol das Diretas Já e as articulações temporais daquele evento. O uso da História como campo legitimador dos acontecimentos que envolveram o movimento Diretas Já realça a articulação de temporalidades em um presente dotado de sentido histórico. O presente que haveria de encerrar um passado e dotar o futuro de expectativas positivas, legitimado principalmente pela unificação de um discurso entre imprensa, sociedade civil e uma oposição engajada nas movimentações

representadas principalmente pelo PMDB e pelo PT. Percebe-se, então, a tentativa de interpretação de um tempo que transcorria e um passado que, apesar de inundado por um regime autoritário, havia impactado a sociedade a ponto de mobilizar grande parte do povo brasileiro para encerrá-lo.

Tanto a avaliação do passado quanto a do presente eram então voltadas para legitimar a necessidade de consolidação democrática por via eleitoral, a qual permitiria que outras necessidades políticas e sociais se viabilizassem. Há em 1984, mesmo com as mudanças nas percepções sobre o tempo precedente, uma gama de acontecimentos e conjunturas, que permaneciam silenciados, relacionados tanto à atuação da sociedade civil quanto dos veículos de imprensa que se envolveram em colaboracionismos durante os anos do regime militar. Atribuindo os deméritos à instituição militar e aos seus representantes, há um caráter interpretativo expressado pelo jornal Folha de São Paulo limitado em memórias exorcizadas do momento em que ele está procedendo seu fim. No editorial da edição que foi às bancas no dia da votação da Emenda, o público leu que:

O Brasil chega finalmente à data histórica. Não há como obscurecer o sentido maior deste 25 de abril: a Nação inteira aguarda em vigília a decisão soberana do Congresso (...) Não cabe reproduzir aqui quase a exaustão, nos últimos meses, em nossos editoriais, a favor da aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira. O anseio de Diretas-Já é irredutível. Sintetiza de modo simples e exemplar a necessidade premente de mudança institucional, a recusa firme e serena da sociedade civil em continuar dominada por um poder autoritário, o não pacífico e resoluto da cidadania a qualquer forma – direta ou disfarçada – de continuísmo do atual regime. (Jornal Folha de São Paulo, 1984)

44

Tem-se a historicização da data, a importância atribuída a um acontecimento que, como já se imputava, seria edificado na memória histórica com um entretanto do autoritarismo e o horizonte democrático ansiado. No entanto, as pretensões que agitavam o país naquele ano e distanciavam os enlacs ditadura civil-militar, sociedade civil e imprensa, foram bloqueadas nas três sessões na Câmara que iniciaram no dia 25 de abril pela manhã e terminaram às duas horas da madrugada do dia seguinte. No editorial do dia seguinte à votação, narrou-se, em detalhes, o vinte e cinco de abril brasiliense. Desde o “escaldante sol da tarde que se abatia” em Brasília, até “as blusas, calças compridas, pulseiras, crisântemos, tudo amarelo”, que enfeitaram o dia. Era a mistura de tensão e expectativa em uma narrativa angustiada que terminou com “muito choro e raiva entre os deputados da oposição que engrossavam a galeria” (Jornal Folha de São Paulo, 1984).

Frustrou-se a esperança de milhões. (...) nunca a sociedade brasileira se ergueu com tal vulto, nunca um movimento se irradiou de modo tão amplo nem o curso da História se apresentou palpitante e inconfundível. Em poucos meses a campanha pelas diretas-já dissolveu fronteiras de todo tipo para imantar o espírito dos brasileiros numa torrente serena, profunda e irrefreável. (...) a tudo isso, congressistas cujos nomes publicamos nesta mesma página disseram não. Evitemos

insultar a memória do passado e as gerações do amanhã chamando-os congressistas: são representantes de si próprios, espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura. (...) mas não sabem que o Brasil – felizmente! – mudou. (Jornal Folha de São Paulo, 1984)

Todavia, em um apelo constante, a semana que procedeu a votação da Emenda foi de interpretações que envolviam esse “novo país”, inaugurado pelas movimentações pró-Diretas que entusiasmaram imensa parte da sociedade brasileira. Em editoriais, o jornal Folha de São Paulo permanecia vinculando sua estruturação e atuação aos anseios da sociedade civil, salientando que nos últimos meses não havia medido esforços para que “a campanha se transformasse nesse grande festival de civilização política que vimos presenciando e estimulando” (Jornal Folha de São Paulo, 1984). A semana que sucedeu a votação na Câmara foi de reflexão acerca daqueles idos de Diretas-Já em que se enraizaria o gesto que deveria se transformar em símbolo da atuação da sociedade perante os percalços institucionais. Tentava-se definir em linhas gerais quais seriam os jogos políticos a partir de então. Citando Francisco Weffort, naquele momento dirigente do Partido dos Trabalhadores, afirmava-se que os primeiros dias seriam de frustração acompanhada de “uma polarização entre os que querem negociar e os que querem insistir na luta pelas diretas”, sendo esta uma polarização “apenas aparente porque negociação e mobilização não se excluem”. E a passagem ainda acrescentava: “seja como for, o fato é que a campanha das diretas e o ziguezague ante a reação do governo, afrouxando aqui e apertando ali, acenando com a negociação e decretando as emergências, demonstrou que o ciclo militar inaugurado em 1964 está virtualmente encerrado” (Jornal Folha de São Paulo, 1984).

45

As narrativas encontradas no periódico Folha de São Paulo buscavam desvincular o notório colaboracionismo do Grupo Empresarial ao qual pertencia, do golpe civil-militar ocorrido em 1964 e do regime ditatorial. Colaboracionismo esse que permaneceu incontestado até meados da década de 1970. Beatriz Kushnir (1988, p. 36) pontua como as elites brasileiras não perderam o controle e reafirmaram, nesses episódios, e em muitos outros, a tradição da conciliação. Assim, a mobilização política ganhou contornos de campanha publicitária nas páginas do jornal *Folha de São Paulo*.

Expectativa e frustração nas páginas da revista Veja

Assim como o jornal Folha de São Paulo, durante o processo de redemocratização política, a revista Veja também tentou se desvincular das práticas colaboracionistas que exerceu para com a ditadura civil-militar. Lançada em 1968 pela família Civita, donos da Editora Abril, no decorrer de seus primeiros anos, a revista manteve uma postura crítica com relação ao governo, principalmente no que se referia à censura e às denúncias de tortura, mas também compartilhou de alguns interesses do regime. Entre esses interesses estava o forte posicionamento de combate à expansão comunista, em um momento em que a Guerra Fria, capitaneada por Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas,

estava em evidência nas principais manchetes mundiais. Inclusive, a primeira capa da revista *Veja*, de 11 de setembro de 1968, trouxe a imagem de uma foice e de um martelo, cruzados, o símbolo clássico do comunismo que representa o operariado agrícola e industrial. Na manchete da capa, o título “O grande duelo no mundo comunista” deixou explícito que o periódico dedicaria algumas de suas páginas (e, posteriormente, muitas de suas edições) a veicular a sua versão dos últimos acontecimentos do cenário mundial. A (re)leitura que a revista *Veja* fazia estava baseada em matérias repassadas por agências de notícias e revistas de países como Estados Unidos, França, Itália e Alemanha Ocidental.

Apesar desse alinhamento político, a revista *Veja* conviveu com a censura imposta pela ditadura civil-militar brasileira até meados de 1976 (ALMEIDA, 2008). A censura ocorria antes mesmo da finalização de cada edição, a chamada censura prévia. Contudo, entre 1968 e 1976 a revista chegou a ser retirada das bancas quando os censores observaram em edições já lançadas algumas mudanças não aprovadas por eles. De modo geral, os censores mantinham certa distância da redação da Editora Abril, uma vez que as práticas mais comuns, nesse caso, eram o envio de “bilhetinhos” e ligações telefônicas efetuadas diretamente para os editores do periódico, informando qual tratamento deveria ser dado, ou não, aos principais assuntos nacionais da semana. Nessa relação inconstante, não é possível afirmar que a revista *Veja* tenha sido uma plena colaboracionista do regime civil-militar, principalmente porque seu grupo de jornalistas considerava que o governo fazia uso de mecanismos que se opunham a princípios liberais defendidos por eles como a liberdade de imprensa. Assim, a revista *Veja* muitas vezes ousou ao publicar matérias sobre algumas táticas do regime para manter-se no poder, sendo que as mais repudiadas por suas matérias eram a tortura e a censura aos veículos da imprensa midiática.

Em 2004, numa edição especial da revista *Veja* intitulada “Memórias do regime militar: O Brasil de 1968 a 1985 nas páginas de VEJA” e lançada somente no formato virtual, a publicação buscou salientar que não esteve ao lado do governo civil-militar, conforme consta em sua apresentação:

Entre 1964 e 1985, o Brasil foi governado pelos militares. Durante esse período, as instituições democráticas sofreram restrições, as liberdades individuais foram limitadas e a imprensa foi censurada, mas a economia do país teve um crescimento inédito. Lançada em 1968, VEJA viveu e registrou durante dezessete anos o cotidiano brasileiro sob o comando dos generais. A seguir, as memórias do regime militar, contadas pelas páginas da revista.

No entanto, episódios como a saída do quadro de empregados de seu diretor de redação, Mino Carta, desde 1968 indicam aproximações de bastidores entre a cúpula da Editora Abril e o governo militar. Aproximações sobre as quais muito pouco se sabe. Afinal, a Editora havia solicitado um empréstimo à Caixa Econômica Federal, empresa pública desde 1969, de valores voluptuosos, o qual havia sido negado pelo então Ministro Armando Falcão, mediante alegação de que a revista *Veja* era uma publicação antigovernista. Após a demissão de Mino Carta,

o empréstimo foi concedido e o episódio segue como um dos grandes enigmas do jornalismo brasileiro, já que Mino Carta e a família Civita divergem em seus relatos sobre os acontecimentos daquele momento (ALMEIDA, 2008).

A edição nº 816 da revista *Veja* foi lançada com a data de 25 de abril de 1984, uma quarta-feira, dia anterior à votação da Emenda Dante de Oliveira. Contudo, seus textos costumavam ser finalizados ainda nos finais de semana para que houvesse tempo para as adequações finais de editoração, inclusão dos desenhos gráficos e, claro, reprodução das centenas de exemplares que posteriormente iriam às bancas de jornal ou diretamente às casas do público leitor através do sistema de assinaturas que vigorava desde 1972 (ALMEIDA, 2008). Desse modo, apesar de datada como sendo do dia anterior, o conteúdo dessa edição do periódico contemplava apenas as expectativas que ainda gravitavam em torno da votação da Emenda.

A capa da revista *Veja* em sua edição nº 816, apesar de anterior à votação, já prenunciava seu resultado. Na imagem que preencheu a capa, a placa “Devagar” pairava sobre a fotografia do Congresso Nacional. A manchete trazia um alerta ainda mais alarmante, “Diretas: o bloqueio do governo”, e listava: “A pressão das medidas de emergência”; “A censura ao rádio e TV”; “A ofensiva sobre o PDS”; “O PMDB e a negociação”. A capa de uma revista periódica tem uma função que se equipara à da embalagem de um produto, pois visa demonstrar ao consumidor que tipo de conteúdo aquele produto possui e, assim, estimulá-lo à aquisição. De certa forma, uma capa tão enigmática como essa traz à tona que a votação da Emenda Dante de Oliveira recebeu, em seu tempo, uma atenção considerável das discussões brasileiras.

Além disso, sabe-se que o tema esteve na ordem do dia no cotidiano brasileiro daquela época ao observar-se a quantidade de páginas da edição nº 816 dedicadas à votação da emenda que previa a eleição direta. Além da entrevista, que ocupou a tradicional seção “Páginas amarelas”, com o advogado Sobral Pinto que afirmava que o governo estava apenas fingindo atender ao clamor popular para permanecer no poder, a seção “Brasil” foi toda dedicada ao assunto. Da página 22 até a página 36, o periódico debruçou-se sobre a votação que ocorreria no dia seguinte a sua data de lançamento.

A imprensa periódica, em seu trabalho de leitura, releitura e reprodução dos acontecimentos, transmite ao público leitor a sensação de que sua interpretação é imparcial e adequada aos fatos “tal como foi” (CRUZ & PEIXOTO, 2007). Essa operação, longe de ser mera transmissora de enunciados e representações sociais – posto que é, sobretudo, produtora – é sempre perpassada por subjetividades. Apesar delas, no decorrer do século XX as mídias tornaram-se a principal referência daqueles que buscavam informar-se e, conseqüentemente, teve participação ativa na formação de memórias históricas. Nas matérias que compõem a seção “Brasil” da edição nº 816 da revista *Veja* esta empreitada enuncia-se já em sua primeira frase: “Nesta quarta-feira escreve-se em Brasília um dos momentos decisivos da maior campanha popular já vista na História do país”. Certamente imersa em sua própria realidade, a revista *Veja* captou, (re)produziu e disseminou uma noção sobre aquilo que era importante e que deveria ser tomado como um acontecimento histórico relevante.

Já a capa da edição posterior, elaborada após o resultado da votação, expõe a frustração em decorrência do insucesso da emenda. Estampada com a fotografia de Tancredo Neves cabisbaixo, com as mãos unidas junto à boca e com expressão de lamentação, a revista *Veja* anunciou em sua manchete que era “A hora de Tancredo” naquele momento em que “O Brasil após a queda das diretas” buscava restabelecer seu processo de redemocratização.

A entrevista das páginas amarelas da edição nº 817 trouxe um contraponto à sua capa, a entrevista com o Deputado Nelson Marchezan, líder do PDS da Câmara, que defendeu o governo das acusações de falta de diálogo ou mesmo de tentativa explícita de barrar o retorno dos processos democráticos no país. Segundo Marchezan, “evidente que, com a revogação do AI-5, a anistia e as eleições diretas para governadores, iniciou-se um novo processo político para o país. O poder está sendo transferido para a sociedade civil” (*Revista Veja*, 1984, p. 6). Essa transferência foi executada pelas mãos governistas, como bem frisou o Deputado. Na perspectiva de Marchezan, a Emenda Dante de Oliveira não poderia ter sido aprovada porque continha erros, os quais seriam corrigidos através de uma nova proposta a ser elaborada pelo governo.

Da mesma forma que na publicação que antecedeu à votação, na edição nº 817 também dedicou todas as páginas da seção “Brasil” ao acontecimento do dia 25 de abril daquele ano, os títulos “O país busca a luz” e “Um sonho adiado” explicitavam o descontentamento para com a rejeição da emenda. Além disso, o então governador mineiro pelo PMDB, Tancredo Neves, foi descrito naquele conjunto de reportagens da revista *Veja* como a chave principal para as negociações que vinham ocorrendo no jogo político da redemocratização. Eleito presidente em 1985, Tancredo Neves era considerado uma figura conciliadora e que transitava bem entre os diversos grupos políticos. Assim, a revista *Veja* veiculou a votação da emenda Dante de Oliveira como um dos marcantes acontecimentos que compuseram o processo de redemocratização política como um projeto fadado ao insucesso, ao mesmo tempo em que, diante da frustração da rejeição, apontava uma nova figura para encampar as negociações que levariam a mais uma conquista na trajetória da abertura política pós-1964.

Nesse sentido, salientam-se aqui as assertivas de Jörn Rüsen, para o qual “as mudanças no presente, experimentadas como carentes de interpretação, são de imediato interpretadas em articulação com os processos temporais rememorados do passado” sendo ainda que a “narrativa histórica torna presente um passado, de forma que o presente aparece como sua continuação no futuro” (2010, p. 64). Folha de São Paulo e *Veja* usam da memória histórica para interrogar sobre o presente e o futuro, buscando interpretar as mudanças que o país experimentava. Ao adentrar nas páginas dos impressos, é possível perceber o afervescer de emoções acerca do antes e do que pode vir depois de 1984 após uma série de movimentos populares e da entrada de novos atores em cena, mesmo com a recusa da emenda Dante Oliveira. É deste constante uso de um passado presente e de um futuro presente que se permite confirmar que mais largamente ainda, a história dos acontecimentos deve ser levada em conta de forma permanente (ROSAVALLON, 1995, p. 17). Ao construir o ano de 1984 como um ano simbólico, permite-se, através da imprensa, que as redes políticas, as coalizões partidárias, os usos políticos do passado, as mobilizações de

memórias de lideranças e o silenciamento de outras, sejam evidenciados. Além do mais, estratégias em torno de demandas específicas e aspectos das culturas políticas que se chocam e se ressignificam ganham contornos mais explícitos. Para tanto, a imprensa é um veículo privilegiado para o estudo desses movimentos políticos e da própria historicização do acontecimento oferecido pela *mass media*.

A reflexão acerca da veiculação de memórias a partir dos recursos midiáticos associados aos acontecimentos tem rendido bons frutos para a História do Tempo Presente. Abre-se espaço para a reflexão acerca da importância da imprensa relacionada com os pilares da historiografia do Tempo Presente ao pensar as mudanças políticas do país. As breves considerações empreendidas aqui puderam condicionar algumas reflexões diante da problemática que sustenta a relação imprensa e Tempo Presente. Porém, as lacunas nesse campo ainda são bastante visíveis e devem ser repensadas, visando ampliar as perspectivas históricas das culturas políticas presentes no Brasil contemporâneo a partir de suportes analíticos disponíveis.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *VEJA sob censura (1968-1976)*. São Paulo: Jaboticaba, 2008.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (Orgs) *Para uma História Cultural*. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Revista Fronteiras*. Dourados –MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul/dez. 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. *Projeto História*. - n. 35, p. 253-270, dez. 2007 - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6842/517.pdf?sequence=1>

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p.261-273. Dez. 2006

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Contraponto, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. *Pelo viés da colaboração: a imprensa no pós-1964 sob outro prisma*. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 27-38, dez. 2007. Disponível em: http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/brasil_kushnir.pdf

MATOS, Carolina. *Jornalismo e política democrática no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2008.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: NORA, Pierre & LE GOFF, Jacques (dir.). *História: novos problemas*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2010.

RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru: Edusc, 1999.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*. Revista Brasileira de História. São Paulo. V.15, n30, pp.9-22. 1995.

50

SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964*. 2011. 319f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

TÉTART, Philippe. *Pequena História dos historiadores*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

História do tempo presente e a experiência ditatorial no Brasil: uma análise a partir do trauma e do esquecimento.

Enviado em:
12/10/2012

Aprovado em:
21/11/2012

Walkiria Oliveira Silva¹

Mestranda em História pela Universidade de Brasília
walkiria.oliveiras@gmail.com

Resumo

Este artigo busca analisar as relações entre a escrita da história do tempo presente e os anos ditatoriais no Brasil. Assim, a partir das noções de luto, trauma e esquecimento, intenta-se compreender como a escrita da chamada história do tempo presente trata as questões acerca das memórias da ditadura militar brasileira a partir da dialética da lembrança e do esquecimento.

Palavras-chave

Ditadura militar. Esquecimento. Memória.

51

Abstract

This article analyzing the relationship between historiography of the present time and the military government in Brazil. Thus, from the concepts of trauma and oblivion, this article presents a discussion about the historiography of the present time and the memory about the military government, emphasizing the dialectic of remembering and forgetting.

Keywords

Military government. Oblivion, memory.

1 Agradeço ao professor Estevão Chaves de Rezende Martins pela leitura e pelas importantes sugestões. Uma primeira versão deste artigo foi apresentada como parte da avaliação final da disciplina Tópicos Especiais em História/Hermenêutica e Filosofia ministrada pelos professores Dr. Cristiano Paixão, do Programa de Pós-Graduação em Direito, e Dr. José Otávio Nogueira Guimarães, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

“Mas ainda não basta ter recordações. É preciso ser capaz de esquecer-las quando são muitas, é preciso ter a grande paciência de esperar que retomem. Quando elas se tornam sangue em nós, olhar e gesto, anônimas e indistinguíveis, só então poderá acontecer que numa hora muito rara se levante e saia do meio delas a primeira palavra de um verso.”

Rainer Maria Rilke²

A Lei de Anistia (Lei 6.683), promulgada pelo governo militar em 28 de agosto de 1979, na realidade, não contemplou em seu texto os torturadores. O que houve foi a difusão e a sedimentação de uma interpretação abrangente da Lei (e do artigo que menciona os “crimes conexos”). O perdão consentido pelo governo militar não permitiu que os agentes militares da repressão fossem julgados ou condenados³. Movimento político, acompanhado por uma eminente reivindicação popular, a Lei de Anistia constituiu um “marco legal fundante da transição política brasileira” (ABRÃO; TORELLY, 2011, p. 216).

Ao privilegiar o caráter conciliatório, a Lei de Anistia e o processo brasileiro de transição política evitaram um embate público entre os agentes repressores que haviam agido em nome do Estado e aqueles que haviam sido perseguidos pela repressão. A anistia recíproca significou não somente a volta dos exilados políticos e a restituição de seus direitos políticos, mas também a imposição do esquecimento que, ao transpor-se para a dimensão pública, “pode exprimir-se como um esquecimento ora decretado, ora proscrito. O esquecimento decretado, juridicamente, se traduz sobretudo pela anistia,[...] e neste contexto é comumente associado ao perdão (cristão)” (WEINRICH, 2001, p. 13). No entanto, o esquecimento quando imposto não permite que as cicatrizes sejam fechadas, gerando consequências tanto na esfera pública quanto individual.

O esquecimento constitui também parte do trabalho de memória. Lembrar significa, ao mesmo tempo, esquecer, pois a memória é sempre seletiva. Intentamos neste artigo, analisar como ocorreu o trabalho de memória referente aos anos ditatoriais no Brasil, tendo em mente, principalmente, a dimensão do trauma e do luto. Além disso, buscamos entender como a escrita da história, sobretudo na chamada história do tempo presente, aliada ao trabalho de memória, pode ocupar lugar importante a partir do qual é possível dar sentido às experiências traumáticas do passado cujas ressonâncias encontram-se ainda no presente.

A memória coletiva: entre o luto, a melancolia e o esquecimento

A construção da memória é fundamental para a conservação da identidade, tanto individual quanto coletiva. Guiado pelo princípio da continuidade e da

2 RILKE, Rainer Maria. *Os cadernos de Malte Laurids Brigge*. Porto Alegre: L&PM, 2009, p.20.

3 Para Francisco Carlos Teixeira da Silva, a Lei de Anistia foi resultado de um processo de abertura conduzido por Geisel e Golbery, entre 1974-1979. “Tratava-se, em verdade, de realizar a volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa.” (SILVA, 2003, p.246)

unidade, o exercício da memória é o meio pelo qual organizamos e refletimos as experiências vividas, nesse sentido, “a experiência refletida na memória doméstica, de certa forma, o tempo vivido e produzido pelo agir humano racional” (MARTINS, 2012, p.1).

A memória coletiva, conceito formulado por Maurice Halbwachs (1877-1945) constitui fator fundamental para a coesão social, ao representar correntes de pensamentos e de experiências. Para Halbwachs, a memória, essencialmente coletiva, é construída a partir de uma base comum de valores e sentimentos, compartilhada pelos diversos grupos que compõem a sociedade. Assim, essa memória é construída a partir de uma série de preocupações comuns ao meio social⁴ (HALBWACHS, 2006). O “sentimento de unidade” que é evidenciado no processo de construção da memória traz à tona a consciência de que temos de pertencer, simultaneamente, a diversos ambientes (Idem, 2006).

É a partir da marca temporal do presente e das preocupações e necessidades que o circunscrevem, que a memória seleciona os elementos que irão constituí-la. Portanto, a memória é sempre parcial (POMIAN, 2007, p. 177-178). A memória coletiva “é elaborada no interior e na conjunção de múltiplos agrupamentos que apenas retêm do passado o que convém à sua representação do presente.” (LEFORT, 1983, p.167-168) Lembrar significa por um lado selecionar e, por outro, esquecer. A memória, que num primeiro momento pode ser entendida como uma luta contra o esquecimento, só é possível por meio do mesmo. Logo, segundo Ricoeur, o esquecimento torna-se mesmo uma condição para a constituição da memória (RICOEUR, 2007). A partir dessas reflexões, tomamos ainda em consideração a conclusão de Guimarães, que afirma que a

memória, [...] como todo exercício de lembrança, procede a escolhas a partir de um jogo complexo em que o lembrar supõe necessariamente o esquecer. O esquecer entendido não como ato de “falta de lembrança” mas como procedimento que se inscreve em toda cultura histórica. (GUIMARÃES, 2003, p.10)

No entanto, a anistia, que tem por objetivo imediato a sobrevivência da nação, embora não garanta sua coexistência duradoura, contribuiu para o esquecimento e a normalização da vida política e social brasileira. A anistia⁵, compreendida como esquecimento institucional, e seu tom conciliatório que evitou discutir as questões relacionadas ao desaparecimento dos perseguidos políticos, contribuiu sobremaneira para a interdição do passado e para a diluição da memória coletiva.

4 Embora façamos uso do conceito de Halbwachs, não desconsideramos a crítica de Michael Pollak. Para este, Halbwachs desconsiderou o caráter opressor da memória coletiva que pode ser também imposta e desconsiderar assim as memórias dos excluídos e marginalizados. (POLLACK, 1989)

5 Glenda Mezarobba afirma que a anistia constituiu “uma tentativa de restabelecimento das relações entre os militares e opositores do regime que haviam sido cassados, banidos, estavam presos ou exilados. Seu sentido principal era de ‘conciliação pragmática, capaz de contribuir com a transição para o regime democrático’”. (MEZAROBBA, 2010, p. 110)

De um lado, a característica da longa transição concorre para o esquecimento ou diluição, na memória coletiva, do terror implantado pela ditadura militar e, de outro, a imposição do esquecimento, que toma forma no processo de anistia, interdita a investigação do passado e produz a necessidade do recalque da situação extrema da repressão. [...] É no quadro destas considerações que se pode propor uma interpretação do processo de “normalização” da sociedade e da política no Brasil, marcado pela interdição do passado, seja no aspecto da longa transição, onde o tempo parece adquirir uma dimensão inercial que em si mesma produziria o esquecimento, seja no aspecto da imposição mesma do esquecimento – a anistia – que provocaria o efeito de uma “neutralização moral” do passado. (CARDOSO, 2001, p. 59)

O esquecimento dos crimes cometidos pelo Estado autoritário foi, segundo Vladimir Safatle, um “preço doloroso” pago pela sociedade, o qual garantiu a estabilidade política do país (SAFATLE, 2010). Entretanto, a memória construída a partir do esquecimento das fraturas do passado pode trazer consequências cruéis para a sociedade. O não enfrentamento das rupturas vividas pelas sociedades no passado prejudica também a superação de seus processos traumáticos, como as ditaduras, pois inviabiliza o trabalho de luto no plano coletivo.

O trabalho de luto consiste, segundo Sigmund Freud⁶, em reconhecer e assimilar uma perda afetiva para que a vida possa continuar em seu ritmo normal. O trabalho de luto é finalizado quando o objeto que foi perdido for internalizado e significado no curso natural da vida (FREUD, 1996, p.262). Isso não significa que as perdas e os traumas foram apagados da memória. O luto consiste, portanto, em recompor as nossas lembranças, inclusive aquelas traumáticas, as mais dolorosas.

No entanto, quando o trabalho de luto não se realiza ou não se completa, surge a melancolia. O melancólico, que não conseguiu inserir o objeto perdido no curso da vida, não consegue significar as experiências traumáticas, tendendo assim a repeti-las, pois identifica-se diretamente com elas. O trauma, entendido como uma ferida que não foi cicatrizada, permanece e impede que o sujeito enfrente, tanto no plano prático quanto no simbólico, a experiência que lhe foi dolorosa. Frente à falta de representação dos traumas no plano simbólico resta o recalque, e o indivíduo, ao identificar-se com a experiência traumática, tende a repeti-la⁷ em forma de ação e não na forma da lembrança (RICOEUR, 2007, p. 84).

No plano coletivo, o trabalho de luto e a melancolia são dimensões importantes das sociedades que, tais como os indivíduos, atravessam períodos traumáticos que precisam ser realocados no curso da vida social. Os traumas

6 Utilizo aqui dois textos de Freud: “Luto e Melancolia” e “Recordar, Repetir e Elaborar”. In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: edição Standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XIV, pp.249-263, vol. XII, pp.163-171.

7 Segundo Maria Rita Kehl a violência e a tortura resistem como sintoma social do nosso não enfrentamento com o passado ditatorial. Neste sentido o passado não simbolizado toma seu lugar no presente. O silêncio sobre aqueles que foram torturados durante a ditadura acostumou a sociedade a silenciar-se sobre os mortos e torturados de hoje. (KEHL, 2010:185)

coletivos necessitam igualmente serem representados no plano simbólico, na memória coletiva, contribuindo assim para a continuidade da vida normal das sociedades. Paul Ricoeur, ao transpor das categorias patológicas freudianas acerca do luto e da melancolia para a dimensão coletiva, encontrou uma analogia entre o trabalho de rememoração e o trabalho de luto. O trabalho de memória coletiva, portanto, encontra em Ricoeur sua dimensão terapêutica, cujo objetivo final seria o perdão.

Paul Ricoeur, cujo livro *A memória, a história, o esquecimento* (2007) propõe construir uma fenomenologia da memória, afirmando ser totalmente plausível a existência de traumas coletivos, que constituem feridas abertas na memória coletiva. O objeto perdido freudiano assume neste sentido uma dimensão coletiva e histórica. Essa “memória ferida” constitui uma “memória impedida” que não permite o trabalho de luto. O trabalho de lembrar seria uma forma encontrada para que o trabalho de luto fosse realizado, evitando assim a compulsão melancólica da repetição (2007, p. 85). A rememoração assume, não somente no plano individual, um papel de cura terapêutica, pois no plano da memória coletiva “se armazenam [...] feridas simbólicas que pedem uma cura” (Ibidem: 92). Lembrar permite que essa memória impedida seja interiorizada no curso natural da vida coletiva, impedindo assim que essa memória ferida permaneça como uma sombra atormentadora no presente. Lembrar significa assim, a passagem da cena traumática para sua elaboração na cena simbólica, pressuposto fundamental para a identidade coletiva.

É a partir de todas essas considerações que podemos afirmar que o trabalho de memória, quando enfatiza o enfrentamento com o passado traumático, é fundamental para a construção das memórias acerca da ditadura militar brasileira. O silêncio imposto pela anistia, memórias tanto individual quanto pública (TELES, 2009). De acordo com Janaína de Almeida Teles, o não enfrentamento do passado traumático, sobretudo no que tange à questão dos desaparecidos, dificulta o trabalho de luto que deve ser feito acerca da ditadura militar no Brasil. Segundo a historiadora,

55

A imposição do esquecimento iniciou-se ainda em 1964, quando ocorreram os primeiros assassinatos mascarados pela versão de suicídio e, principalmente, a partir de 1973, por meio do desaparecimento sistemático de dissidentes políticos [...] essas pessoas perderam seus nomes, perderam a possibilidade de ligação com seu passado, dificultando a inscrição dessa experiência na memória e o trabalho de luto tão necessários ao prosseguimento da vida. (Ibidem, p. 154)

Para Teles, o trabalho de memória é parte indispensável para a superação dos traumas, sejam eles individuais ou coletivos. Ao contrário do produto do recalque, o passado que não se torna passado, que retorna de formas diversas e mesmo perversas, permanece no dia a dia das sociedades, impedindo assim a elaboração da experiência limite do trauma no plano simbólico. Neste sentido a não elaboração do trauma dificulta sobremaneira o trabalho de memória, o qual

[...] implica a transformação dos resíduos de memória, de modo que

sejam simbolizados e incorporados nos termos da vida presente, em consonância com as demandas do presente, não permitindo que as marcas mnêmicas se mantenham recalçadas, escondidas. É o trabalho de memória que permite expor aquilo que permanecia escondido, fazendo-o se manifestar na repetição, possibilitando o esquecimento – o desligamento das energias e investimentos fixados às representações do trauma (TELES, 2009, p. 158-159).

A memória desempenha, portanto, o papel terapêutico sugerido por Ricoeur. O esquecimento decorrente deste trabalho de memória, como sugere Teles, conduz assim à cicatrização da ferida aberta pela experiência traumática do passado. A tarefa do trabalho de memória aliado ao trabalho de luto pressupõe também a “capacidade de contar uma história sobre o passado” (AVELAR, 2003, p. 32). A narrativa da memória precisa alcançar um plano material, evidenciado sobretudo na historiografia. A escrita historiográfica objetiva a memória, ao desempenhar a “tarefa de gerir os componentes da experiência vivida transformada em memória” (MARTINS, 2012, p. 1). De acordo com Estevão Martins,

A Vergangenheitsbewältigung, a elaboração do passado, inclui o agir atual para reparar a omissão ou sofrimento do passado. Que o agir deva ser político ou judicial, não resta dúvida. Mas o agir inclui também a reflexão crítica das ciências sociais, em particular da história, uma das especialidades que lida com a institucionalização controlável da memória coletiva, vale dizer social. [...] Impedir o esquecimento, sobretudo o cúmplice e o omissor, é uma das missões mais sublimes da reflexão histórica, de modo a preservar a distância crítica e a pedagogia da humanidade como padrão máximo de justiça, sobrepondo valores transcendentais à trágica contingência do efêmero. (Ibidem: 14)

56

Neste sentido, cabe-nos refletir sobre o papel desempenhado pela escrita historiográfica quando contempla os processos sociais traumáticos. A escrita da história, no objetivo de dar sentido ao passado, trabalha com a memória e contribui significativamente para a continuidade identitária dos indivíduos e da sociedade. As experiências traumáticas compartilhadas pela sociedade poderiam alcançar um significado e serem reincorporadas no curso natural do tempo e da vida social por meio da escrita da história? Tal como o trabalho de rememoração, teria também a historiografia uma função terapêutica?

A história do tempo presente e a narrativa dos traumas coletivos

A memória coletiva é sempre construída a partir do presente. Nossas lembranças adaptam-se ao conjunto de valores e percepções que partilhamos no presente (POMIAN, 2007). Contrária à história enquanto disciplina que possui como base uma série de técnicas para analisar suas fontes, a memória coletiva é uma reconstrução que tem por apoio, muitas vezes, a subjetividade e a emoção. Se o conhecimento histórico pauta-se em abstrações que têm por meta possibilitar a imparcialidade do historiador, a memória é, portanto, concreta e localizável, não tendo por objetivo a universalidade (HALBWACHS, 2006).

De modo resumido, pode-se dizer que a memória apresenta o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios de uso prático, enquanto a consciência histórica representa o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição pra sua relevância no presente, enquanto que a consciência história é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência história mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro. (RÜSEN, 2009:166)

A memória está em relação direta com a história. Assim o testemunho é a ponte por meio da qual memória e história se encontram. Por isso, afirma Ricoeur, a operação historiográfica começa nos testemunhos e não nos arquivos (PEREIRA, 2009). A escrita da história, enquanto uma prática⁸ que tem por base uma reivindicação de verdade, assume assim, de certo modo, a tarefa de analisar e dar aos testemunhos que compõem a memória, um plano físico a partir da escrita.

A história do tempo presente liga-se diretamente aos dilemas da relação entre memória e história. É justamente a principal característica desse tipo de história, o menor distanciamento temporal em relação àquilo que analisa, que proporciona a aproximação entre memória e história. É a partir desses dois conceitos, e no limite entre eles, que a história do tempo presente se encontra. De maneira geral, a história do tempo presente ganhou visibilidade e interesse de parte da comunidade de historiadores, somente depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo na França no final dos anos 1970 (PEREIRA, 2011). Pomian destaca ainda que o afastamento temporal da experiência traumática da Segunda Guerra conduziu a um interesse maior pelas memórias coletivas, que reflete também uma preocupação na transmissão da memória e na recordação do mundo desaparecido⁹ (POMIAN,op.cit.)

Ricoeur afirma que a história do tempo presente situa-se em uma “outra fronteira, aquela onde esbarram uma na outra a palavra das testemunhas ainda vivas e a escrita em que já se recolheram os rastros documentários dos acontecimentos considerados” (RICOEUR,op.cit., p. 406). É a história do tempo presente que encontra-se vinculada diretamente à compreensão dos períodos traumáticos que são experienciados pelas sociedades, buscando assim dar sentido a eles. Dessa forma, a história do tempo presente trata também de questões que ainda continuam abertas na sociedade, e que são frutos dessas experiências históricas.

Tal como a memória, o conhecimento histórico é importante para a

8 Para Michel de Certeau a operação historiográfica consiste na combinação de três âmbitos fundamentais: um lugar social, um conjunto de práticas científicas e a escrita. (DE CERTEAU, 2010)

9 Junta-se ao distanciamento temporal do fim da experiência da guerra as transformações econômicas, sociais e das mentalidades. O fim dos regimes comunistas também proporcionou, segundo o autor, uma liberação da memória. O interesse pela memória coletiva é reflexo também do fim dos regimes totalitários e da guerra-fria. (POMIAN,op.cit.)

manutenção e continuidade identitária dos indivíduos e da sociedade. Dar sentido ao passado é fundamental para que os indivíduos e os grupos compreendam o que são. Se pensarmos, como afirma Rüsen (RÜSEN, 2001) que o conhecimento histórico é fundamental para a orientação do sujeito em sua realidade e que a representação daquilo que se é, tanto individual como socialmente, depende da relação estabelecida entre passado, presente e futuro, concluímos que a produção do conhecimento histórico é parte fundamental do processo de constituição identitária individual e coletiva. Assim, a escrita da história dá sentido ao passado e possibilita a perspectiva do futuro. Podemos afirmar, pois, que a história do tempo presente se esforça para dar sentido às experiências que ainda permanecem abertas, desordenadas, formando lacunas no curso da sociedade.

O historiador Dominik LaCapra defende uma história escrita sob a perspectiva do trauma, uma vez que esse constitui um problema fundamental para o pensamento moderno do pós-guerra e coloca problemas centrais para a compreensão da história (LACAPRA, 2005). A escrita da história poderia possibilitar a elaboração dos eventos traumáticos, evitando assim o círculo melancólico, ou seja, a repetição do passado traumático. Nesse sentido, o discurso historiográfico pode esforçar-se por narrar aquilo que, muitas vezes, é inenarrável, ou seja, o trauma, conduzindo, por conseguinte, a um processo de superação das experiências traumáticas coletivas. O passado histórico configura-se em “um cenário de perdas que se podem narrar, assim como de possibilidades específicas cuja reativação, reconfiguração e transformação no presente ou no futuro faz-se concebível” (Ibidem, p. 70). Os traumas, assim como outros eventos decisivos na vida das sociedades, compõem também a identidade coletiva e individual e por isso a necessidade de elaborá-los é fundamental.

58

Ao narrar as experiências traumáticas, não se deve retirar seu caráter de ruptura e exceção. A história não deve sustentar um discurso no qual as rupturas da constituição temporal estejam ausentes (RÜSEN, op.cit., p. 171). Como no plano individual, o trauma representa também para a sociedade um obstáculo para a vida prática, pois não é possível orientar-se frente às experiências traumáticas. É preciso, então, encontrar uma forma de superá-las, inserindo essas experiências em padrões de interpretação e compreensão. A linguagem é o meio pelo qual aqueles que passaram por eventos traumáticos podem compreendê-los, pois “sem palavras, um evento de qualidade perturbadora não pode ser mantido no horizonte da memória e da consciência identitária” (RÜSEN, 2009, p.195).

Para Rüsen a narrativa historiográfica acerca dos traumas não pode somente historicizá-los, encaixando-os na cadeia temporal dos eventos. Segundo o autor, o perigo desse tipo de abordagem reside na “destraumatização” das experiências, no fato de lhes retirar seu caráter traumático. Rüsen propõe, portanto, uma nova narrativa histórica, denominada pelo conceito de “traumatização secundária” (Ibidem, p. 199). A história continua a desempenhar um papel importante na assimilação dos períodos traumáticos. A escrita da história deve enfatizar que a própria ausência de sentido das experiências traumáticas seja, em si, um elemento constitutivo de sentido. A história deve deixar evidente o horror e o sofrimento das experiências traumáticas. A “traumatização secundária” seria, na verdade, uma forma de evitar, assim, a “destraumatização pela historicização”, pois

Os choros das vítimas, os risos dos perpetradores e o eloquente silêncio dos espectadores morrem quando o curso do tempo adquire sua forma histórica normal para orientar as pessoas dentro dele. A traumatização secundária é uma chance de dar voz a esse conjunto de desumanização. Ao lembrá-la deste jeito, o pensamento histórico abre a possibilidade de prevenir a desumanização e seguir adiante. (RÜSEN, 2009, p.200)

O trabalho de memória é também um trabalho de luto (RICOEUR: 2007). Entre a escrita da história e o trabalho de luto poderíamos dizer que, enquanto procedimentos que envolvem a memória, comprometem-se com a compreensão da perda e de sua superação. De acordo com Rüsen, o luto é elemento constituinte do pensamento histórico, pois trata de uma mesma dimensão, ou seja, do passado ausente que está presente na subjetividade humana (RÜSEN, 2009, p.201).

Ao se voltar para os silêncios, os não ditos, a história pode transformar o trabalho da memória em um trabalho de luto. Dessa maneira, a cena traumática pode transpor-se para a narrativa historiográfica. Nesse sentido, o exercício da memória e a escrita da história podem contribuir para o trabalho de luto que deve ainda ser feito acerca dos anos ditatoriais no Brasil. O silêncio institucional, resultante, sobretudo da anistia, impediu de alguma forma que esse trabalho de luto fosse realizado e que o trauma da nossa experiência traumática fosse compreendido. A escrita da história, dessas memórias impedidas que ainda se encontram entre nós, pode ajudar na busca de um sentido para a experiência traumática das ditaduras militares, que não se restringiram somente ao Brasil.

O consenso que evita evidenciar as rupturas e os conflitos sociais não deve prevalecer no discurso sobre a ditadura militar brasileira. Como reitera LaCapra, “proporcionar modos de simbolizar a diferença e o conflito é algo fundamental para a democracia” (LACAPRA, op.cit., p. 81) evitando assim a persistência do passado traumático no presente.

Considerações finais

“Quando eu penso no futuro
Não esqueço o meu passado.”

Paulinho da Viola

No ano de 2012, entrou em vigor no Brasil a lei de acesso à informação e foi instalada uma “Comissão Nacional da Verdade”, que tem por principal objetivo averiguar e tornar público os crimes cometidos pelo Estado brasileiro, sobretudo aqueles ocorridos durante os anos do governo militar. Além disso, a criação de uma Comissão Nacional da Verdade impulsionou a criação de outras Comissões da Verdade regionais e institucionais, como por exemplo, a Comissão da Memória e da Verdade Anísio Teixeira instalada na Universidade de Brasília.

Evidente que ainda é muito cedo para dizer quais serão as consequências e os impactos obtidos pela Comissão Nacional da Verdade, e outras comissões que

buscam investigar tais crimes na memória coletiva da sociedade brasileira. Não é possível ainda afirmar se tais Comissões trarão à tona a discussão do dissenso ou se prevalecerá o consenso frente ao nosso passado ditatorial.

Não podemos esquecer que a memória, bem como a escrita da história, estão também sujeitas a manipulação. A história possui assim uma dimensão cívica. Sua escrita produz visões que se encontram inseparáveis da política (LEVI, 2002). Como nos alerta Pollak, por detrás da memória coletiva oficial existem inúmeras fraturas e silenciamentos que precisam ainda vir à superfície, que precisam ser compreendidos e restituídos na memória coletiva.

A análise dos períodos traumáticos feita pela história pode pautar-se nesses não ditos da memória. A história abre espaço para a reflexão sobre o futuro. A escrita da história, quando narra os traumas, possibilitando o trabalho de luto, auxilia a sociedade para que ela siga seu curso, compreenda seus traumas, o que abre espaço para ações no presente e no futuro. Dar sentido aos traumas por meio da escrita da história possibilita à sociedade e aos indivíduos entender como os eventos traumáticos inserem-se nas identidades individuais e coletivas. Aqui, ganha ênfase novamente a dimensão cívica do trabalho do historiador, pois

discutir – a partir da perspectiva aberta pela ideia de trabalho de memória, luto e esquecimento – os efeitos, no passado e no presente, de determinados traumas de nossa história – a escravidão, a colonização, as ditaduras, entre outros –, implica em atentar para a dimensão cívica e social do historiador, seja ele especialista do tempo presente ou não, na medida em que tal discussão pode contribuir para retirar a “dor dos objetos, assim como pode ser capaz de gerar ação no presente. (PEREIRA, op.cit., p. 61)

60

O presente, como Hannah Arendt afirmou, deve ser o lugar a partir do qual realizamos o trabalho histórico, a reconstrução do passado. É a partir dos problemas do presente que recompomos nossa memória e indagamos o passado. O que esperamos é uma história que, ao compreender os traumas sofridos pela sociedade, possa então aliviá-los e abrir a possibilidade de ação para o futuro.

Referências Bibliográficas

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. “As dimensões da Justiça de Transição no Brasil, a eficácia da Lei de Anistia e as alternativas para a verdade e a justiça. In: PAYNE, L; ABRÃO, P.; TORELLY, M. (orgs.) *A anistia na era da responsabilização: O Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford University, Latin American Centre, 2011.

AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota: A ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

CARDOSO, Irene. *Para uma crítica do presente*. São Paulo: Editora 34, 2001.

D'ARAUJO. "Memória da ditadura militar no Brasil: fontes e métodos". In: GOMES, Angela de Castro (coord.) *Direitos e cidadania – memória, política e cultura*. Bauru: Edusc, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. "1964: temporalidades e interpretações". In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. "História do tempo presente: desafios". In: *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, n.3, mai/jun., 2000.

FREUD, Sigmund. "Luto e Melancolia". In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard brasileira. Vol. XIV*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. "Recordar, Repetir e Elaborar". In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição Standard brasileira. Vol. XII*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAGNEBIN, Jann Marie. "O preço de uma reconciliação extorquida". In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

61

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. "A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar". In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. "O preço de uma reconciliação extorquida". In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. "Tempo e Patrimônio". In: *Varia Historia*. Belo Horizonte, v.22, n.36, jul/dez., 2006.

KEHL, Maria Rita. "Tortura e Sintoma Social." In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

LACAPRA, Dominik. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2005.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983

LEVI, Giovanni. "The Distant Past: On the Political Use of History". In: LEVI,

Giovanni; REVEL, Jacques. *Political Uses of the Past*. London: Frank Cass, 2002.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. “Memória e História”. Datiloscrito original cedido pelo autor (2012).

MEZAROBBA, Glenda. “O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio”. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 1981.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. “A história do tempo presente”. In: *Humanidades*, n.58, junho 2011.

_____. “Almanaque Abril, Acontecimento e História do Tempo Presente “Inacabado””. In: *A máquina da memória. Almanaque Abril. O tempo presente entre a história e o jornalismo*. Bauru: Edusc, 2009.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

62 POMIAN, Kryzstof. “De la historia, parte de la memoria, a la memoria, objeto de historia” In: *Sobre la historia*. Madrid: Cátedra, 2007.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. “Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história”. In: *História da Historiografia*. n.2, março de 2009.

_____. *A razão histórica*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SAFATLE, Vladimir. “Do uso da violência contra o Estado ilegal” In: *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge Luis; DELGADO, Lucília Neves. *O Brasil republicano*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003, v.4

TELES, Janaína de Almeida. “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”. In: SANTOS, Cecília MacDowell;

TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a Ditadura. Memória e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009, v.1

WEINRICH, Harald. *Lete: Arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

“Moradas Provisórias”: A História do Tempo Presente entre o objeto e a periodização.

Enviado em:
21/10/2012

Aprovado em:
23/11/2012

Riler Barbosa Scarpati

Mestrando em História pela UFOP
riler.scarpati@hotmail.com

No presente a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais.

Canção *Velha Roupa Colorida* (Belchior)

Resumo

Este artigo procura historicizar a categoria “História do Tempo Presente” para mostrar de que modo ela foi praticada desde a Antiguidade até seu “ressurgimento” na segunda metade do século XX. Esse intuito tem como mote a ideia de que ao longo do tempo, a História do Tempo Presente, iniciada em fins do século XX, é tratada ora como objeto de estudo pelo historiador, ora como período da História dos seres humanos. Nessa dupla dinâmica é que se dão o seu desenvolvimento e os principais debates atuais.

Palavras-Chave

História. Tempo Presente, Temporalidade.

Abstract

This article seeks to historicize the category “History of Present Time” to show that as it was practiced since antiquity until its “resurgence” in the second half of the twentieth century. This order has the motto the idea that over time, the History of the Present Time started in the late twentieth century is now treated as an object of study by the historian or as time in history of humans. In this dynamic duo is that it gives its development and key current debates.

Keywords

History. Present Time. Temporality.

Introdução

Histoire Du temps présent, *Contemporary history*, *Zeitgeschchite* são alguns dos nomes pelos quais em diversos países da Europa a chamada História do Tempo Presente é conhecida. Sua cronologia também varia de acordo com a especificidade de cada nação: em 1978 a criação do *Institute de histoire Du temps présent* (IHTP) marca o início no contexto francês; o início do século XX no caso do mundo anglo-saxão; nos Estados Unidos teve início em 1917; e em 1945 na Alemanha.¹

Tantos nomes, tantas especificidades, mas a mesma prática. É ponto praticamente consensual que a História do Tempo Presente (HTP) não teve suas primeiras aparições no século XX. Como bem mostrou Arnaldo Momigliano, o próprio Heródoto começou a escrever história e ampliou a abrangência de sua crítica ao exame tanto daquilo que era muito antigo quanto do que era recente, e tanto do que era grego quanto do que era estrangeiro (MOMIGLIANO, 2004). Essa constatação de Momigliano só demonstra como, ao longo dos séculos, o exame do “presente” foi sofrendo diversas modificações, ora sendo encarado como possível de ser conhecido, ora sendo desvalorizado.

A História do Tempo Presente que tentaremos fazer referência aqui teve seu “ressurgimento²” na segunda metade do século XX. Ela deve ser pensada em um duplo movimento com características específicas, apesar de ambos estarem ligados ao fim da II Guerra Mundial: o primeiro (no pós-guerra imediato) é marcado pela ênfase na história política tradicional, e o segundo é compreendido no contexto da renovação pela qual a disciplina histórica passava já a partir dos anos 1970. (FICO, 2012, p. 70; CHAUVEAU & TÉTARD, 1999, p. 9). Sendo assim, o foco de nossa discussão insere-se nesse último movimento iniciado nas últimas décadas do século XX.

Tentaremos evidenciar nas linhas abaixo que a História do Tempo Presente, afetada por essa renovação dos métodos da disciplina histórica, tem sido entendida e praticada sobre um duplo viés: ora tratada como objeto, ora tratada como período da História. Diante dessa constatação e como fim dessa introdução, acreditamos na necessidade de uma discussão que leve em conta a questão da temporalidade, das relações entre passado, presente e futuro que cada época e cada sociedade tomaram como sendo decisivas em sua constituição, e também sobre a problemática da periodização para o trabalho do Historiador.

1 ROUSSO, H. Sobre a história do tempo presente: uma entrevista com Henry Rousso. Jan./Jun. 2009. Florianópolis: *Tempo e Argumento*. Entrevista concedida a Sílvia Arend e Fábio Macedo.

2 Usa-se aqui a palavra ressurgimento entre aspas porque não é ponto consensual entre os historiadores atuais que todos os historiadores do século XIX desconsideravam o tempo presente. Ranke, a quem se deve grande parte da chamada busca por objetividade em História, teve uma relação complexa com o presente como será demonstrado mais abaixo.

História da História do Tempo Presente

No já citado livro de Arnaldo Momigliano, o autor faz um apanhado bastante consistente de como a historiografia moderna se apropriou de algumas categorias clássicas em sua constituição. Para ele, há uma incompreensão de como a historiografia clássica se constituiu, em parte por que generalizaram-se, de maneira equivocada, alguns princípios dessa tradição: vaga noção do que seria a mente grega, a ideia de que todos acreditavam em uma história cíclica, noção de que a história cristã era superior às outras, tudo isso baseado na concepção de que os gregos eram a-históricos. Momigliano nos diz ainda que herdamos dos gregos a separação entre fatos e fantasias. Com Heródoto, valorizava-se mais a documentação frente a determinadas teorias, surgindo daí um problema: a cronologia. O problema era que no mundo antigo a oralidade predominava e os documentos escritos eram bastante escassos, necessitando da solução encontrada pelo historiador de Halicarnasso de usar testemunhos vivos, que presenciaram os acontecimentos para escrever sua história.

De Tucídides, ainda na esteira de Momigliano, veio a crítica mais contundente ao estilo de Heródoto e que perdurou por muitos séculos. Para Tucídides, Heródoto não se responsabilizava por todas as histórias que contava. Além do mais, a história e a vida para Tucídides eram essencialmente políticas e sua concepção de tempo era linear, isto é, não havia corte radical entre presente e passado, eles se constituem num fluxo único, expressam uma continuidade. Dessa forma ele valorizava o “presente”, pois dele se pode obter informações mais precisas. (MOMIGLIANO, 2004).

Heródoto e Tucídides revelam-se como perspectivas diferentes de dois dos historiadores mais importantes do mundo antigo, que contribuíram decisivamente para a constituição de alguns traços da historiografia moderna. Falemos então dessa constituição da historiografia moderna no século XIX como campo de estudos autônomos, para que possamos entender como a questão do presente foi tratada por ela. A historiografia moderna se constituiu tendo como bases a ideia de que a história é um processo, a separação entre sujeito e objeto e a crítica dos documentos e das fontes. Junto a isso, a dimensão narrativa da história foi sendo deixada de lado em busca de uma objetividade absoluta. Frente a essa tentativa de objetividade, o estudo do presente não podia ser consolidado porque, principalmente após a segunda metade do século XIX, os relatos orais foram desqualificados (FICO, 2012; FERREIRA, 2000).

Um dos nomes mais conhecidos a quem se atribui essa interdição quanto ao estudo do presente é o de Leopold Von Ranke. Como já dito, a história vivia o dilema de ter de se afirmar como ciência objetiva, de forma a expulsar toda a subjetividade de seu campo de atuação. Entretanto, essa questão do “presente” em Ranke merece e deve ser em parte matizada. Apesar de todo esse panorama de pretensa objetividade e abandono do conhecimento do presente pelo historiador, concordamos com Carlos Fico quando diz que o historiador alemão é lembrado por sua empreitada em favor de uma história que fosse objetiva e cientificamente possível, mas que na sua concepção de história o presente tinha importância considerável. (FICO, 2012, p. 86)

No início do século XX, também havia uma reflexão sobre a natureza do tempo. Naquela época muito se discutia, em diferentes lugares, sobre uma possível aceleração do tempo que estaria em curso, sobretudo no campo da literatura e das ciências naturais. Apesar de tudo isso, o presente continuava uma noção obscura (MATA & PEREIRA, 2012: 10-13).

Ainda no século XX, com a Escola dos Annales, notadamente durante a primeira e a segunda gerações, o presente como objeto de estudo continuou sendo uma questão marginal. Não que não houvesse as salutares exceções, mas o imediato adquiria lugar específico. O que de fato ocorria era um desequilíbrio entre estudos que focavam o período medieval e a época moderna (muito mais numerosos) e os estudos do presente (menos numerosos), também compartilhados por sociólogos, politólogos e jornalistas (Op. Cit., p. 10-11)

Temporalidade e Tempo Presente

Devemos a Reinhart Koselleck uma importante reflexão sobre o tempo histórico. Para ele, a grande questão era “Que é o tempo histórico?” (KOSELLECK, 2006, p.13), constituindo-se numa das mais difíceis perguntas a serem respondidas pelo historiador. Para o historiador alemão, entre os séculos XV e XVIII a Europa assistiu a passagem de um conceito antigo de História para o Moderno e nesse intervalo se constituiu algo como o tempo histórico, marcado pela experiência peculiar de aceleração do tempo que caracteriza a nossa modernidade (KOSELLECK, 2006, p. 16).

O conceito antigo revelaria uma história que contém múltiplas experiências alheias e da qual nos apropriamos para fins pedagógicos. Essa história *Magistra Vitae*, fórmula que devemos a Cícero, remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas num *continuum* histórico de validade geral. O futuro já estava inscrito no passado e desse passado bastava apenas procurar exemplos qualificantes para a nossa ação. A história podia conduzir ao constante aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos (KOSELLECK, 2006, p. 42-43).

Já o conceito moderno de História surge com o esvaziamento do *topos* antigo. Essa nova relação entre passado, presente e futuro que caracteriza a aceleração³ moderna é ancorada na ideia de separação cada vez maior entre passado e futuro, ou entre experiência e expectativa. Forjado na cultura das Luzes, esse novo conceito articula três esferas de questões: os fatos ocorridos, a sua narrativa e seu conhecimento científico (GUIMARÃES, 2006, p. 69). Dá-se, dessa maneira, um processo de singularização da história; diferentes tempos e períodos de experiência, possíveis de alternância, tomaram o lugar outrora reservado ao

3 É preciso ter em mente que Koselleck, num outro texto, diz que na modernidade existe uma dupla aceleração: a primeira aceleração que se dá em tempos de crise na vida político-institucional e a segunda que acontece por conta do progresso técnico-industrial e que pode ser registrada como a experiência de um novo tempo. KOSELLECK, Reinhart. “Is there an acceleration of history?” In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William (eds.) *High-speed society. Social acceleration, power, and modernity*. University Park: Pennsylvania University Press, 2009, p. 127.

passado entendido como exemplo. O futuro abre-se como um horizonte de possibilidades e expectativas até então não pensadas (GUIMARÃES, 2006, p. 49-53).

Essa temporalização da história entre os séculos XV e XVIII, descrita por Koselleck, na qual temos o futuro como horizonte de expectativa e o passado como espaço de experiência, nos leva a questionar onde se encaixa o “presente”. Como já dito, devemos pensar que a própria categoria “presente” possui uma compreensão diferenciada ao longo do tempo. No momento atual, marcado pela centralidade da História do Tempo Presente, a questão fundamental de uma definição mais sofisticada do que é o “presente” se coloca na ordem do dia.

Paul Ricoeur, ao analisar a obra de Husserl *Lições para uma fenomenologia da consciência íntima do tempo*, diz que este autor declarava a consciência do tempo como sendo íntima. Trata-se “do tempo imanente do curso da consciência” (HUSSERL Apud. RICOEUR, 2007, p. 120). Essa imanência do tempo não se dá através de uma redução do tempo objetivo, exterior ao sujeito e que de um modo geral as pessoas consideram como compartilhado intersubjetivamente. A consciência íntima do tempo é fechada sobre si mesma e a compreensão dessa passagem do tempo pela consciência só se dá quando ele já é passado. Em suas palavras

trata-se de saber se esse tempo sentido é suscetível de ser apreendido e dito sem empréstimo ao tempo objetivo, em particular no que diz respeito à simultaneidade, à sucessão e ao sentido da distância temporal (...) Husserl pensa evitar essas dificuldades ao assumir, para a consciência íntima do tempo, verdades a priori aderentes às ‘apreensões’ (*Auffassungen*), elas próprias inerentes ao tempo sentido. (Idem. Ibidem, p.121)

68

Levado às últimas consequências, o “presente”, para Husserl, se constitui em um momento fugidivo, um fluxo constante que é impossível definir ao certo. Ademais, a reflexão sobre esse “presente”, da mesma forma, seria inviável. Entretanto, também sabemos que existe certa diferença entre algo pretérito e algo passado. Mata & Pereira, ao analisarem a obra do alemão Hermann Lubbe, dizem que “O filósofo entende o ‘presente’ como ‘aquele conjunto de experiências que não se tornaram ainda uma alteridade para nós’. (...) O simples fato de algo ser pretérito para nós não basta para que o consideremos ‘passado’”. (Op. Cit., p.15) Para o filósofo alemão, viveríamos no momento atual uma contração do presente (LUBBE, 2009). Essa situação do presente tem como índice o aumento considerável do número de museus nas últimas décadas. Em suas palavras, “O que são, então, os museus? Visto desta perspectiva, os museus não são mais do que necrotérios de relíquias civilizacionais. (tradução nossa)” (Ibidem, p. 161) Os museus constituem este ponto em que a dinâmica civilizacional, cada vez mais acelerada, busca “museificação” de tudo que já não serve mais, ou seja, é uma forma de compensação que nossas sociedades encontraram frente à aceleração do tempo.

Hans Ulrich Gumbrecht possui visão diferente sobre a dinâmica do presente.

Para o crítico literário americano, viveríamos um momento de alargamento ou dilatação do presente (GUMBRECHT, 2010). Ele constata, ao analisar a cena Parisiense das últimas décadas, que as pessoas, apesar de toda a crítica feita a esses autores, ainda continuam a ler Foucault, Derrida e Pierre Bourdieu. Mas qual a relação entre a constante leitura desses autores e o alargamento do presente? Para Gumbrecht, essa incessante repetição das leituras de autores que criticaram o historicismo seria um índice de como nosso presente se dilata cada vez mais, de como vivemos enclausurados pelo passado, daí surgindo a ideia de que hoje é praticamente impossível deixarmos o passado para trás. Com a dilatação do presente, o autor diz que não está se referindo a uma transformação no plano da descrição fenomenológica e nem a algo parecido a um “ritmo constante de transformação das coisas no tempo”, mas “a possibilidade de que com o tempo se concretize a promessa contida por um discurso proferido empiricamente (tradução nossa)” (Ibidem, p. 44-45) A preocupação de Gumbrecht, portanto, está na sensação de que os elementos e estruturas fundamentais do mundo contemporâneo se transformem hoje mais vagarosamente que até a pouco tempo atrás (Idem.).

Algumas críticas têm sido feitas a essa matriz de pensamento. Sérgio da Mata e Mateus Pereira, no artigo supracitado, nos dizem que Gumbrecht tem pouca base empírica para sustentar tão gigantescas afirmações e complementam

Será possível subscrever a ideia de que vivemos hoje um tempo “mais lento” depois da crise que ameaçou pôr abaixo a economia mundial, depois da Primavera Árabe e depois da crise do Euro? Tais eventos são “história” ou tratar-se-á de mera espuma, destinada a desfazer-se em breve? Tudo depende do campo da vida social sobre o qual centramos nosso interesse, e ainda de qual sociedade, e até de qual estamento se está a falar. A aceleração não há de afetar a tudo e a todos com a mesma intensidade, e o mesmo se pode dizer das eventuais desacelerações. Caso não queira se tornar refém de ilusões, o olhar deve tornar-se mais dialético. (Op. Cit.,16)

69

Além do mais, poderíamos nos indagar se essa afirmação não vale apenas para um ambiente intelectual como o parisiense.

Também devemos a François Hartog importante reflexão sobre o presente. Em seu livro *Régimes d'historicité* e em outros artigos, ele defende que viveríamos um presente onipresente, que ele nomeia presentismo. O momento atual, notadamente pós-1989, seria marcado pela emergência de um novo regime de historicidade, que em suas palavras significa

‘Regime de historicidade’, escrevamos então, começar a citação daqui: podia se compreender de duas formas. Em uma acepção restrita, é como uma sociedade trata seu passado. Em uma acepção ampla, regime de historicidade serviria para designar “a modalidade de consciência de uma comunidade humana” (HARTOG, 2006, p. 263).

Para ele, um dos índices dessa nova relação da sociedade atual com o tempo,

marcada pela centralidade do presente e que delinear a crise da ordem do tempo seria a emergência da questão do patrimônio. “Índice da crise dos tempos, o patrimônio contemporâneo pode ser compreendido também como uma marca clara, mais de uma, deste presentismo, nosso, o aparecimento do qual este livro está atado?” (HARTOG, 2003, p. 163). Essa forma de temporalização do tempo de Hartog e o modo como ele pensa a articulação entre passado, presente e futuro também não ficaram imunes à crítica.

Como questionaram Sérgio da Mata e Mateus Pereira, o diagnóstico de Hartog se aplicaria ao caso brasileiro? Para responder a essa pergunta eles recorrem ao livro *Agenda Brasileira*, de Botelho e Schwarcz. Nessa obra, Mata & Pereira afirmam que não conseguiram perceber elementos que possam comprovar que no presente brasileiro há uma crise com relação às perspectivas de futuro. Isso tanto seria verdade, que a própria legitimação do trabalho social da história e do historiador que na França estaria em crise (presentismo explica a perda de legitimidade social da história), no Brasil encontra-se em expansão ou em alta. (Op. Cit., 22 et seq.)

A História do Tempo Presente: entre o objeto de estudo e a periodização

Após esse debate mais apurado em torno da questão do presente, pretendemos mostrar como a História do Tempo Presente constituída nas últimas décadas oscila seu próprio entendimento entre um novo objeto de estudo e um novo período da história. Para tal empreitada é preciso que identifiquemos, por um lado, alguns pressupostos em que ela se baseia; notadamente a centralidade que a questão da memória adquiriu e também a pressão que os testemunhos ou coetâneos exercem na escrita da história, e, por outro, uma breve reflexão sobre o que significa a periodização para o historiador.

Começamos pela memória. Henry Rousso afirma que a memória foi um dos principais fenômenos sociais que a História do Tempo Presente encontrou (ROUSSO, 2009, p. 207). Existe uma longa tradição Ocidental de pensar a memória do ponto de vista individual. Para Ricoeur, esse fato se deve a três traços: a memória parece ser singular, são minhas as lembranças e não suas; o vínculo original da consciência com o passado reside na memória (alteridade) e, por fim, a memória representa a orientação da passagem do tempo (passado ao futuro e vice-versa).

Desde Platão -“representação presente de uma coisa ausente”-, e Aristóteles - “a memória é do passado”-, (ARISTÓTELES Apud. RICOEUR, 2007, p. 27 et seq.) essa problemática já estava colocada. Ao longo dos séculos, outros autores importantes se debruçaram sobre a questão. Com Santo Agostinho, temos a memória feliz, atingida na busca de Deus. Com John Locke, já sem a influência de Aristóteles e Platão, há a proposta de uma equação entre a identidade, o si e a memória, mas não no sentido transcendental do sujeito kantiano e neo-kantiano. Finalmente, com o já mencionado Husserl, e a memória se torna uma forma de compreensão do tempo. (Ibidem, p. 107-129).

Posteriormente, Maurice Halbwachs faz a transposição da memória

individual à memória coletiva, de grupos ou de uma sociedade. Na esteira do pensamento de Durkheim, ele procura entender de que forma a memória de grupos ou da sociedade é estruturada, quais são os seus poderes de coesão e de criação de identidade entre as pessoas (HALBWACHS, 2006).

Mas, definitivamente, coube a Paul Ricoeur estabelecer um marco importante nos estudos sobre a memória, bem como em suas relações com a história. Para o filósofo francês, a memória coletiva é o solo de enraizamento de toda a historiografia. (Ibidem, p. 83). Com sua abordagem fenomenológica da memória, ele a eleva a outro patamar na historiografia, não apenas como objeto da história (NORA, 1984) ou como um campo de disputa social marcado pelo não dito (POLLAK, 1989), mas como condição de existência e base da própria historiografia. Mas note-se que a emergência da questão da memória se espalha em duas vertentes, ora como objeto de estudo ora como período da história em que ela exerceria papel crucial.

Da mesma forma acontece com a pressão dos testemunhos ou coetâneos e sua coação pela verdade. A importância que ela exerce na História do Tempo Presente é notável. Essa pressão possui dois lados: no primeiro, devido ao caráter de perda de exclusividade dos arquivos, o historiador se vê obrigado a recorrer a outras fontes, notadamente às chamadas fontes orais. O método histórico foi estendido à crítica dos depoimentos e essas testemunhas cobram respostas (REMOND, 2006, p. 206; FERREIRA, 2000); no segundo, o historiador se vê na eminência de dar sua opinião a respeito das causas dos eventos em curso. Ele é impelido por essa demanda social em busca da opinião de um perito em relação ao transcurso da história humana (FICO, 2012; REMOND, 2006, p. 206-208; BÉDARIDA, 2006, p. 227).

Por fim, para melhor esclarecer nosso argumento de que a História do Tempo Presente praticada nas últimas décadas se encontra na interseção entre objeto de estudo e de um novo período da história, devemos abordar a questão da periodização. Mateus Pereira, em seu livro *A máquina da memória: o tempo presente entre a história e o jornalismo*, faz interessante análise sobre a periodização. Para ele, toda periodização é uma construção social e deve, sempre que possível, ser matizada, pois comporta vantagens e desvantagens que não devemos desconsiderar. (PEREIRA, 2009, p. 164) Para Carlos Fico, a História do Tempo Presente atual não é uma especialidade voltada somente para assuntos do século XX, mas um novo período histórico que irá superar o tempo de nossas vidas atuais e se prolongar pelo século XXI adentro (Op.Cit., p.67).

Conclusão

A renovação do campo historiográfico a partir dos anos 1970 teve várias consequências. A centralidade da memória na escrita da história atual, principalmente no que diz respeito à historiografia sobre o Tempo Presente e a pressão exercida pelos testemunhos, que buscam um entendimento sobre as mudanças na sociedade caracterizam a emergência de um novo objeto de estudo na visão de alguns autores que têm se dedicado ao estudo de tempos mais recentes

na história humana. Por outro lado, devido a essas duas novidades, alguns autores têm dito que se trata de um novo período da história humana, que superará em muito a atual geração de historiadores. Frente a essa dupla interpretação, a História do Tempo Presente assiste a um crescimento do número de estudos que a utilizam como objeto de estudo bem como proliferam debates teóricos sobre sua natureza (vertente na qual este texto se inclui).

Dessa forma, procurei mostrar que na constituição e entendimento da História do Tempo Presente sempre houve essa dupla dinâmica, essa dupla fronteira em que ora ela foi entendida como objeto de estudo ora como período da História. São essas as duas “moradas provisórias”, na expressão de Santo Agostinho, da História do Tempo Presente.

Referências Bibliográficas

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. RJ: Editora FGV, 2006, p.219-229.

CHAUVEAU, Agnès, TÉTARD, P. (orgs.) *Questões para a história do presente*. Tradução Ilka Steir Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “História do tempo presente: desafios”. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, F. F. (Org.) ... (et al.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2012. P.67-100.

FICO, Carlos. “História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”. In: *Varia História*, vol. 28, nº 47, Belo Horizonte: Jan./Jun. 2012. (no prelo).

GUIMARÃES, M.L.S. Entre as Luzes e o Romantismo: as tensões na escrita da História no Brasil Oitocentista. In: HARTOG, François. (org.)... (et al.). *Estudos sobre a escrita da história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006, v.1, p.68-85.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. El presente se dilata cada vez más. In: *Lento presente: sintomatología del nuevo tiempo histórico*. Madrid: Escolar y Mayo, 2010. P.41-69.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. Patrimoine et présent In: *Régimes d'historicité*. Paris : Éditions du Seuil, 2003, p.163-206.

HARTOG, François. “Tempo e Patrimônio”. In: *Varia História*. Belo Horizonte, Vol.22, nº36, Jul/Dez. 2006, p.261-273.

KOSELLECK, R. *Futuro passado*: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Is there an acceleration of history? In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William (eds.) *High-speed society. Social acceleration, power, and modernity*. University Park: Pennsylvania University Press, 2009, p. 113-134.

LÜBBE, Hermann. The contraction of the present In: ROSA, Hartmut; SCHEUERMAN, William (eds.) *High-speed society. Social acceleration, power, and modernity*. University Park: Pennsylvania University Press, 2009, p. 159-178.

MOMIGLIANO, Arnaldo. A tradição herodoteana e tucidideana In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução Maria Beatriz Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 2004. P. 53-83.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, p. 7-15. 1993.

PEREIRA, Mateus. H. F. “A história do tempo presente: do futurismo ao presentismo?” In: *Humanidades* (Brasília), v. 58, 2011, p. 56-65.

PEREIRA, M. H. F. & MATA, S. Transformações da experiência do tempo e pluralização do presente. In: VARELLA, F. F. (Org.) ... (et al.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2012. P.9-30.

PEREIRA, M.H.F. *A máquina da memória*: o tempo presente entre a história e o jornalismo. Bauru, SP: EDUSC, 2009, P.133-169.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2 nº3, 1989, p.3-15.

REMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. RJ: Editora FGV, 2006, p.203-209.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROUSSO, H. “Sobre a história do tempo presente: uma entrevista com Henry Rousso”. Jan./Jun. 2009. Florianópolis: *Tempo e Argumento*. Entrevista concedida a Sílvia Arend e Fábio Macedo.

ARTIGOS LIVRES.....

Destinos incertos: Um olhar sobre a exposição e a mortalidade infantil em Porto Alegre (1772-1810).

Enviado em:
04/10/2012

Aprovado em:
13/11/2012

Jonathan Fachini da Silva

Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio do Sinos/UNISINOS
Graduando do curso de Filosofia da mesma, bolsista CNPq
j_fachini@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo tratar da temática da exposição de crianças na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre no período de 1772 a 1810. O fenômeno do abandono de crianças é um tema pouco abordado pela historiografia sulina. A proposta é analisar uma das consequências mais recorrentes dessa prática, o destino trágico que é apontado pelos percentuais de mortalidade infantil. Valendo-me dos métodos da Demografia Histórica, analiso os dois primeiros livros de óbitos da Matriz de Porto Alegre cruzando-os com os de batismos. O norte da questão é apontar as circunstâncias da exposição, das moléstias que abatiam essas crianças, e dos percentuais de mortalidade comparados às das crianças legítimas e naturais. Minha pretensão é mostrar como os registros paroquiais, sobretudo os de óbito, podem ser uma fonte em potencial para o estudo da infância abandonada.

Palavras-Chave

Expostos. Mortalidade infantil. Madre de Deus de Porto Alegre.

Abstract

This work aims to address the issue of children's exposure at Mother of God Parish of Porto Alegre in the period from 1772 to 1810. The phenomenon of child abandonment is an issue rarely addressed by southern historiography. The proposal is to analyze one of the most frequent consequences of this practice, the tragic fate that is targeted by the percentage of infant mortality. Drawing on the methods of Historical Demography, analyze the first two books of deaths Matrix Porto Alegre crossing with baptisms. The northern point of the matter is the circumstances that gave exposure, the diseases that these children butchered, the percentages of mortality compared to the legitimate and natural children. My intention is to show how the parish registers, above all, death can be a potential source for the study of abandoned children.

Keywords

Exposed. Infant mortality. Madre de Deus in Porto Alegre.

Introdução

O abandono de crianças foi um fenômeno recorrente na América Portuguesa, uma prática que migrou da metrópole portuguesa para suas colônias. Em terras brasileiras, de norte a sul, temos registros dessa prática amplamente difundida. A criança “exposta” ou “enfeitada”, conforme o vocabulário da época, era aquela que fora abandonada pelos seus pais quando criança. O objetivo da exposição na maioria dos casos não era o infanticídio, mas sim conceder a responsabilidade sobre a criança para outra família ou instituição responsável.

A historiografia tem levantado diversas hipóteses a respeito dos fatores que motivaram as famílias a enjeitarem seus filhos. Podemos citar os dois mais defendidos pelos especialistas do tema: a situação de miséria em que poderiam se encontrar a família; ou um filho indesejado ser fruto de uma relação ilícita aos olhos da Igreja e da moral compartilhada. Nesses casos, abandonar um filho poderia salvar a honra da mulher, principalmente se ela fizer parte de uma família abastada. E no caso de famílias carentes, a mãe depositaria um destino melhor ao filho exposto.

Quanto à criação dessas crianças, recaía sobre as Câmaras Municipais a responsabilidade pelo custeio dessa prole. Em Portugal foi potencializada uma rede de assistência aos expostos, as Casas de Rodas¹, que funcionavam aglutinadas com as Santas Casas de Misericórdias. Entretanto, foram poucas as Rodas de Expostos ativas no período colonial. Um exemplo é a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, que apenas em 1838 passou a ter uma em atividade.² A postura adotada por essa população, nesse caso, foi abandonar os pequerruchos nas portas das casas de outras famílias.

Pretendo aqui, mostrar o lado trágico desse fenômeno, que diz respeito ao destino predominante destes expostos: a morte prematura. Valendo-me de um conjunto de 1726 registros de óbitos dessa Freguesia, pretendo esboçar ao leitor esse quadro da mortalidade infantil, fazendo comparações com as crianças legítimas e naturais. Num primeiro momento, apresento algumas características da população que compunha a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, e como a

1 O nome Roda – dado por extensão à casa dos expostos – provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido. (MARCÍLIO, 1998, p.56).

2 A Câmara de Porto Alegre decretava falência de recursos para administrar a criação dos expostos, assim após muitos impasses com a lei provincial nº 9 de 21.11.1837, a administração pública conseguiu passar essa responsabilidade para a Santa Casa de Misericórdia que estava em funcionamento há algumas décadas. Entretanto, a Câmara continuava captando fundos e financiando parte dos recursos destinados aos abandonados. Essa ação mútua entre a Câmara Municipal e a Santa Casa parece ter ocorrido também em outras localidades demonstra Venâncio (2002) para o Rio de Janeiro. Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750 – 1808. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 36. Editora UFPR, 2002. pp. 129 – 159.

população encarava essa realidade de altos índices de mortalidade infantil. Pretendo evidenciar também algumas características muito importantes dos assentos de óbitos de Porto Alegre que me possibilitaram a realização desse estudo.

Porto dos Casais: A Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre

No ano de 1772, a localidade conhecida como São Francisco do Porto dos Casais, nome recebido por ser ponto de desembarque de casais açorianos, desvincula-se de Viamão para torna-se uma Freguesia. A nova Freguesia, chamada então de Madre de Deus de Porto Alegre, tornara-se um local estratégico devido à sua posição geográfica, que permitia o fácil acesso ao Porto de Rio Grande, via Laguna dos Patos, e às regiões interiores pelo Rio Jacuí.

A maioria dos açorianos que vieram para Viamão ficaram provisoriamente instalados às margens do Guaíba, dando origem ao núcleo urbano de Porto Alegre. Até 1756, aparece a expressão 'Porto de Dorneles' para referir a localidade onde os ilhéus estavam assentados. A partir de 1757, surgiu a expressão 'Porto dos Casais'. A significativa presença desse grupo acabou modificando o topônimo utilizado nos documentos (KÜHN, 2007, p. 57).

Em 29 de agosto de 1773, a vereança do governador José Marcelino de Figueiredo solicita a transferência da Câmara de Viamão para Porto Alegre, tornado-a sede da capitania antes mesmo de tornar-se vila em 1810. Com a transferência do aparato burocrático, Porto Alegre cresceu rapidamente em termos de população. Segundo os dados apresentados por Corcino Medeiros dos Santos (1984) em 1780, Porto Alegre contava com um contingente populacional de 1.512 habitantes, números que serão duplicados para 3.268 em 1798, passando para cerca de 6.000 em 1810.

Conforme a população crescia, novas demandas foram, gradativamente, acelerando a formação da localidade. A região que, praticamente, configurava-se como uma aldeia, caracterizada por moradores que se fixavam em ranchos, datas, sítios e/ou demais pedaços de terras, foi adquirindo um novo cenário que, mesmo de maneira muito provinciana, já acenava para a urbanização e a modernização, que teriam seu ápice na segunda metade do século XIX e início do XX. A Vila tornou-se uma das principais sedes, onde se estabeleciam negócios, compras, vendas e demais relações comerciais, legitimando sua posição como importante posto de trocas comerciais e centro de decisões administrativas da Província (FREITAS, 2011, : 41).

Apesar dessa matriz açoriana ser muito assinalada por uma historiografia clássica, produzida muitas vezes por Memorialistas, Porto Alegre, por sua posição estratégica e uma face portuária, sempre recebeu um leque variado de estrangeiros. O povoamento da região, marcado inicialmente por tropeiros da Capitania de São Paulo, tornou-se palco de um intenso fluxo populacional das mais diversas áreas da América Espanhola e Portuguesa e, também, da Europa, não deixando de

mencionar uma parcela da população indígena e escravos africanos.

Um estudo recente de Denize Leal Freitas (2011, p. 143) sobre as relações matrimoniais estabelecidas em Porto Alegre mostrou que, dos homens que sobem ao altar, apenas 50,4% são naturais da Capitania de Rio Grande e das mais diversas regiões da América portuguesa. Somam-se a isso 31,8 % de homens vindos dos mais diversos lugares da Europa, Ásia e África.³ Pretendo apresentar com isso uma Madre de Deus portuária marcada pelo intenso fluxo populacional migratório, principalmente masculino.

São dados como esses que nos fazem refletir sobre a ilegitimidade e a exposição de crianças, problemas que se fizeram presentes desde a fundação de Porto Alegre. Para termos uma ideia, na primeira reunião da Câmara, os vereadores presentes mostraram-se preocupados com a quantidade de crianças abandonadas na localidade.

Acordaram que porquanto **se tinham exposto várias crianças enjeitadas** pelas portas de alguns moradores da capela de Viamão, e estes as iam entregar ao procurador do Conselho para que à custa deste as mandasse criar, e porque se não podia nem vinha no conhecimento de quem as enjeitava, determinaram todos que o procurador do Conselho procurasse amas e as custeasse para criar os ditos enjeitados expostos, dando-lhe algum vestuário para se embrulhar as mesmas crianças e reparar a desnudez das carnes com que as expuseram, e porque na forma da lei e costume da vila do Rio Grande assim o deviam fazer, mandaram fazer este acordo e nele formar os assentos dos mesmos enjeitados seus nomes, e de quem os cria e o quanto se lhe dava por mês. [grifos meus] (FRANCO, 1988: 159).

79

Porto Alegre, então, foi um importante centro administrativo da Província, um local privilegiado para circulação de pessoas e para o fluxo de mercadorias, e o porto por excelência da chegada de diversos (i) migrantes, fossem eles europeus, africanos, luso-brasileiros, etc. Uma mobilidade, principalmente masculina, que fazia parte da dinâmica colonial, a qual Sheila de Castro Faria (1998) denomina *colônia em movimento*. Esse cenário dinâmico é o pano de fundo para analisarmos os casos de crianças que, por algum motivo, foram abandonadas.

A criança e o significado da morte

Alguns estudos produzidos relativos à temática da infância no Brasil Colonial e Imperial focaram questões pertinentes às “atitudes perante a morte” – Cabem, a título de exemplo, João José Reis (1991) e Luiz Lima Vailati (2005). Esses autores procuram, entre outros focos, perceber através do imaginário cristão da época a sensibilidade de nossos antepassados com suas crianças. Segundo o pensamento religioso mediado pela Igreja, até os sete anos de idade a criança

3 Os 17.8% restantes são indefinidos devido a ausência da naturalidade dos nubentes no registro de casamento.

era qualificada como “inocente”, impossibilitada de cometer qualquer pecado. Consultando o dicionário organizado por Raphael Bluteau no século XVIII, o verbete inocente encontrado traz a seguinte definição sobre o termo:

Pureza da alma, livre de todo o gênero de pecados. Neste sentido dizemos, que Adão foi criado no estado da innocencia & que a innocencia Baptismal restitui o homem à sua primeira pureza. &c. A idade dourada da innocencia é a infância do homem: no leite com que se alimenta, se divisa o seu candor; a ignorância daqueles anos é o seu preservativo, a simplicidade o seu adorno. Passada a tenra idade, foge de nós a innocencia; empanam os olhos o espelho do coração com as espécies dos objetos, que movem as paixões, & despertam aos vícios. (BLUTEAU, 1712-1721)

Como podemos perceber nas palavras de Bluteau, inocente era aquele revestido pela inocência: a ignorância natural atribuída à criança era concedida pelo batismo, que a protegia das tentações mundanas e as prevenia de cair no pecado. Não é de se estranhar que a criança fosse, muitas vezes, representada como “anjo” por sua pureza.

Reis (1991) observa que nos funerais infantis do século XIX, na Bahia, as crianças eram vestidas de “anjinho”. O autor denomina as procissões fúnebres que envolviam crianças de “funerais sem lágrimas”, pois a morte do recém nascido era recebida com tiros e foguetes, comida, bebida e música – uma festa em que se dançava para o “anjinho”. No Rio Grande do Sul, essa prática de júbilo fúnebre aos pequeninos também parece ter sido recorrente:

O mercenário alemão Carl Seidler contou sua experiência quando em campanha no interior do Rio Grande do Sul, durante a crise cisplatina, em fins da década de 1820. Tendo morrido uma criança de família importante, (...) foi convidado e compareceu ao enterro, levando banda e música. **O cadáver foi vestido de anjo e velado numa cama coberta de flores e coroas.** Os soldados receberam um Brandão acesso cada. Durante o cortejo ao cemitério, a banda militar tentou um repertório solene, **mas a certa altura o padre ordenou um miudinho e outras peças alegres** que escandalizaram os oficiais prussianos. (REIS, 1991, p. 139). [grifos meus]

Deve-se ainda sublinhar outra característica importante em relação à infância e às crianças dos séculos passados. Alguns autores apontam que haveria uma genérica falta de individualização dos filhos, resultado dos altos índices de mortalidade infantil, especialmente no período colonial e ao longo do século XIX. A perda de uma criança não causaria o impacto que hoje afetaria qualquer família contemporânea, na qual a criança é o centro das atenções. Até meados do século XIX, Judite Trindade (1999) alega que se conceituava a criança apenas em face do adulto, considerando-a como algo irrelevante e inexpressivo, era uma “coisinha” que tanto poderia sobreviver, como não.

Desse modo, para os sujeitos e para as famílias do período colonial, a constante e comum possibilidade do filho pequenino ser levado por alguma

moléstia estava presente nos pensamentos e na vivência cotidiana dessas pessoas. E, nesse caso, a criança se transformaria em um “anjo que subiria aos céus para junto de nosso Senhor, insaciável em cercar-se de anjos” (FREYRE, 1985, p. 384). Poderia ser essa uma reconfortante forma de encarar a realidade, o que justifica o júbilo e a pompa no funeral.

Entretanto, creio ser importante ressaltar que muitos viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil nos séculos XVIII e XIX, presenciando essas cerimônias fúnebres, as registraram como resultado do “fraco sentimento familiar” de que sofria a sociedade brasileira. Um bom exemplo disso nos dá John Luccock, que visitou o Rio de Janeiro no início dos oitocentos e, ao testemunhar um funeral infantil, chamou-lhe a atenção o fato de se manifestar “entre os parentes mais distantes, maior complacência que pesar e, mesmo na mãe nenhuma dor profunda” (LUCCOK, 1942, p. 79). Tal afirmação põe em evidência os diferentes juízos de valor que surgiam no âmbito de uma sociedade plena de alteridades.

O certo mesmo é que esses funerais festivos e de grande pompa dos anjinhos pequeninos eram bastante custosos, e apenas uma pequena parcela da população podia cobrir tais custos: a elite. Nesse viés, Vailati (2002) argumenta que as elites coloniais se aproveitavam dessa ocasião para, mais do que em qualquer outra, colocar o espetáculo a serviço da manutenção de representações, cuja função era dar conta da reprodução da hierarquia social.

Quando nos detemos nas crianças de escravos ou nas crianças abandonadas, os funerais eram muito mais modestos, mas de qualquer forma, havia certa preocupação por parte de suas famílias – ou daqueles que as acolhiam – com os ritos fúnebres. Muitas mães negras procuravam, de alguma forma, enterrar seus filhos usando seus pecúlios. Renato Pinto Venâncio (1999) mencionou que os gastos com amas-de-leite nas Rodas de expostos por vezes se transmutavam em esmolas para a compra de mortalhas para enterrar os anjinhos que faleciam nestas instituições. Percebe-se assim, como Vailati (2002) argumenta, que mesmo que os funerais infantis ostentassem uma posição privilegiada entre as famílias da elite, havia, no âmbito geral da população, uma preocupação em preparar um cerimonial fúnebre – mesmo que modesto – para suas crianças, o que pode ser compreendido como uma expressão de afeto e consideração para com a criança morta.

Trazendo o *locus* para a Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, temos fortes indícios da preocupação com os funerais de crianças expostas por parte de instituições públicas. Nos termos de vereança expedidos pela Câmara Municipal, percebe-se que ela cobria os custos desses funerais em alguns casos. Para servir de exemplo, o termo expedido no dia 2 de janeiro de 1793 consta o pagamento de 2\$660 réis pela “feitura de dois anjinhos”. No ano de 1799, especialmente no dia 5 de junho, temos outro termo de vereança que mostra a Câmara cobrindo tais custos:

Nesta vereança se mandou pagar a Martins Cardozo a quantia de 7\$523 reis pela criação do exposto Tristão de dous meses e vinte um dias antecedente ao de seu falecimento que importou em 4\$373 reis e com **3\$200 reis de Mortalha** fez a quantia de 7\$523 reis. [grifos meus] (Termo de vereança de 5 de junho de 1799).

Tentei ilustrar como, de alguma forma e sumariamente, a criança, fosse ela legítima, natural ou exposta, era compreendida no período colonial; e como nossos antepassados sensibilizaram-se frente aos catastróficos índices de mortalidade infantil do período, números que veremos analisados aqui. Cabe perguntar, como os assentos de óbito (que constituem minha fonte principal) da Freguesia Madre de Deus podem nos ajudar a compreender essas questões relativas à mortalidade, e principalmente, a mortalidade das crianças expostas em Porto Alegre.

Notas sobre os assentos de óbitos da Madre de deus

Apesar de suas limitações, os registros paroquiais são uma das poucas fontes que temos em mãos para o período colonial, que cobrem a população católica integral e individualmente, e o mais interessante, independentemente da condição social de cada registrado. Segundo Maria Luiza Marcílio (2008) é a partir dessas fontes que o pesquisador pode entrar em contato com todos os grupos sociais, quer seja ele composto de sujeitos à margem ou desclassificados socialmente, quer seja ele composto daqueles que integram o mais alto escalão da nobreza.

Primeiramente, tenho que destacar que, do conjunto dos registros paroquiais, os feitos sobre os óbitos são, por certo, os menos confiáveis, já que a morte não precisava, necessariamente, ser assistida por padres, elemento fundamental em batizados (com exceção daqueles realizados *in extremis*) e nos casamentos. Muitos moribundos e seus familiares poderiam, simplesmente, prescindir da sua presença, mesmo havendo a preocupação com uma “boa morte”, pois a garantiria os últimos sacramentos, via de acesso ao paraíso para o cristão. Sobre a importância fundamental da administração dos sacramentos para os moribundos, havia o consenso de que não era mais preciso ter levado uma vida demasiadamente “virtuosa”, bastava receber todos os sacramentos em seu funeral e deixar legados pios em formas de missas pagas para desfrutar do paraíso eterno. Cláudia Rodrigues esclarece que:

Os sacramentos eram, para o cristão, sinais que imprimiam características sagradas e pertenciam ao universo da comunicação entre Deus (emissor) e o fiel (receptor). Sinais da graça que o emissor comunicava ao receptor para sua salvação em momentos existenciais densos, que supunham, expressavam e alimentavam a fé. (RODRIGUES, 1999, p. 56)

Nos momentos de doença grave, incurável e fatal, a penitência, a eucaristia e a extrema-unção, administradas com sentidos específicos, eram procuradas pelo doente. Nesse sentido, era muito mal vista para os cristãos da época uma morte repentina, sem que o moribundo recebesse os últimos sacramentos. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707 ressaltavam a importância dos últimos sacramentos sob três aspectos:

O primeiro é perdoarmos as relíquias dos pecados (...). O segundo é, (sic) dar muitas vezes, ou em todo, ou em parte, saúde corporal ao

enfermo (...). O terceiro, consolar ao enfermo, para que na agonia da morte possa resistir aos assaltos do inimigo, e levar com paciência as dores da enfermidade. (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1853, Livro IV, Título XLVII)

Apesar da importância dos últimos sacramentos para o fiel, pode-se imaginar que muitas pessoas – indigentes, moradores de rua e escravos – morreram e foram enterradas sem o conhecimento dos párocos, como observa-se nos trabalhos de Carlos Almeida Bacellar (2001) e de Sheila de Castro Faria (1998). Casos como esses também aconteciam com as crianças, especialmente os bebês, pois até os sete anos de idade os “inocentes” estavam isentos de receber a extrema unção, e já batizados, não havia preocupação com a alma da criança, que poderia ser enterrada em qualquer terreno. Esses casos podem ser pensados especialmente para as crianças escravas e para os próprios enjeitados. Bacellar (2001), em seu estudo sobre a Vila de Sorocaba, percebeu que, para as famílias que moravam mais para o sertão, em local afastado da paróquia, era muito difícil avisar ao pároco sobre a morte de um filho pequenino, o que leva o autor a concluir que as famílias acabavam enterrando seus bebês em suas próprias localidades.

No tocante aos últimos sacramentos relacionados aos “inocentes”, é interessante ressaltar o zelo que os párocos da Madre de Deus tinham quanto a isso. Constatamos que nos assentos dessa Freguesia, as crianças a partir dos oito anos recebiam esses sacramentos, e era raro alguma criança a partir de certa idade morrer sem a extrema unção, o que indica uma preocupação daquela sociedade – ou daqueles párocos em especial – com a jovem alma no além.

Conforme exigido pelos padrões das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, as informações contidas nos registros de óbitos deveriam seguir as seguintes prescrições:

Aos tantos dias de tal mez, e de tal anno falleceo da vida presente **N. Sacerdote Diaconno, ou Subdiaconno; ou N. marido ou mulher de N. ou viúvo, ou viúva de N., ou filho, ou filha de N., do lugar de N., Freguez desta ou de tal Igreja, ou forasteiro, de idade de tantos annos,** (se commodamente se puder saber) com todos, tal Sacramento, ou sem elles: **foi sepultado nesta, ou em tal Igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tantas Missas por sua alma, e que fizessem tantos Officios, ou morreo abintestado, ou era notoriamente pobre,** e por tanto se lhe fez enterro sem se lhe levar esmolos. [grifos meus] (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 1853, Livro IV, Título XLIX.)

De todo modo de maneira geral, os assentos de óbito da Madre de Deus de Porto Alegre, em sua grande maioria, seguem os padrões estabelecidos pelas Constituições Primeiras. Entretanto, não é de se estranhar a falta de algumas dessas informações, como aquelas relativas aos pais, cônjuges ou estado conjugal, que são as mais frequentes, principalmente quando se trata de soldados, marinheiros ou sujeitos de outras localidades. As informações contidas nos registros de Porto Alegre se resumem em: Data da ocorrência; Nome do falecido; legitimidade; idade

do falecido; causa morte; naturalidade; Pais; cônjuges ou proprietário [no caso de ser escravo]; se deixou testamento ou não; testamenteiros; herdeiros e Assinatura do Vigário.

Porém, apesar da padronização exigida pelas Constituições Primeiras, nada impedia que o pároco acrescentasse alguma informação extra que ele achasse conveniente, ou mesmo suprimisse informações que deveriam constar no assento, como determinavam as Constituições. Sendo assim, esses registros passam por algumas variações conforme a mão (visão) do padre que o escrevia.

Podemos observar que, entre os registros que tratam especificamente dos inocentes, as informações são mais escassas: inicialmente, era comum registrar a criança apenas pelo primeiro nome; em segundo lugar, os párocos se contentavam em registrar, na maioria dos casos, apenas o pai da criança; são raros os assentos de óbitos de criança em que é registrado o nome do pai e da mãe. Um ponto interessante a ser mencionado a respeito dos registros de óbitos dessa Freguesia é o fato de que, a partir do ano de 1799, a *causa mortis* passa a ser acrescentada às informações dos registros, permitindo visualizar quais as doenças que ceifavam vidas no passado colonial.

É certo que, muitas vezes, as moléstias eram identificadas a partir do seu sintoma: “faleceu de ar”, “de uma febre”, não se referindo à doença propriamente dita que teria levado ao óbito. Devo referir ainda que, tratando-se de bebês, o registro limitava-se, muitas vezes, a informar que “faleceu de moléstia incógnita”. Ainda em certos casos, a *causa mortis* aparecia como “faleceu repentinamente”, o que, para alguns autores, tem uma explicação:

Em muitos assentos de adultos anotou-se “morreu repentinamente” ou “de morte apressada”. A circunstância apontada diz respeito à impossibilidade de serem ministrados os sacramentos da penitência e extrema unção, sem caracterizar realmente as condições físicas do passamento. (COSTA, 1990, p. 50).

Nesta virada de século, após o ano de 1799 especificamente, há o que podemos chamar de uma “racionalização” nesses registros. Além da *causa mortis*, passa a ser registrada também a idade das crianças. A partir deste momento, o termo “inocente”, que era muito usado nos assentos até então, deixa de ser empregado para as crianças de até sete anos, e a idade começa a ser registrada. Interessante é a precisão com que os párocos procuram registrar a idade, “de idade de um ano e três meses”, “de idade de três dias”, e não raro “de idade de dois anos, três meses e dez dias”.

Foram essas mudanças nos registros paroquiais de óbito da Madre de Deus que me permitiram abordar a mortalidade infantil em Porto Alegre. É claro que, para o objeto deste trabalho, os enjeitados, não há como saber exatamente a idade dos pequeninos. Para estes, considero a data em que foram expostos como a data de seus nascimentos, pois, como nos indicam Cavazzani (2005) e Bacellar (2001), geralmente os pequeninos eram abandonados logo nos seus primeiros dias.

Índices de mortalidade infantil dos enjeitados

É bem verdade que muito pouco tem sido produzido sobre a questão da mortalidade infantil, e mesmo sobre a mortalidade em geral no passado colonial. Entretanto, posso, com segurança, afirmar, a partir dos esparsos trabalhos produzidos pelos Demógrafos historiadores, que os números relacionados à mortalidade infantil no período colonial eram muito altos, e referidos aos expostos, esses números se elevavam ainda mais.

As Casas de Roda eram tidas como verdadeiros cemitérios de crianças pela precariedade e insalubridade de suas instalações. Segundo os dados apresentado por Marcílio (1998), para o contexto brasileiro, apenas 20% a 30% dos que foram lançados nas *Rodas* chegaram à idade adulta. Na Roda do Rio de Janeiro, em inícios do século XIX, a mortalidade chegou mesmo a ultrapassar os 70%, sendo que muitas dessas crianças morreram antes de completar seus três anos. Na Roda da Santa Casa da Bahia, desde meados do século XVIII, até fins do XIX, a mortalidade infantil nunca fora inferior a 45% das crianças admitidas, mantendo-se quase sempre no nível dos 60%.

A explicação para esse elevado número referente a mortalidade dos expostos é que, além das circunstâncias de risco sujeitas a qualquer criança nascida na colônia, os pequeninos enjeitados estavam sujeitos a situações “adicionais de perigo”.

Estas situações “adicionais de perigo” poderiam estar vinculadas ao período da gravidez e parto - necessidade de esconder a gravidez, tentativas de aborto, as condições precárias que poderiam enfrentar no momento do parto; a necessidade de se transportar a criança até o local do abandono; a precariedade das instalações dos próprios hospitais, riscos de contágio, má alimentação. (SCOTT; BACELLAR: 2010, p. 52).

85

Os enjeitados eram “filhos de ninguém”, usando a expressão de Marcílio (1998, p.1 03), e nesse caso, não é difícil pensar que as próprias amas contratadas poderiam cuidar mal dos enjeitados, usar de métodos violentos para mantê-los calmos ou, ainda, dar pouca atenção ou nenhuma para esses pequeninos. Não é por menos que Venâncio (1998, p. 106) nos revela que: A História do abandono é uma história da morte e uma história secreta da dor.

No entanto, cabe ressaltar que não eram apenas as crianças enjeitadas nas Rodas as mais propensas a um destino trágico, os pequeninos que foram abandonados nas portas dos lares também não tinham imunidade para os riscos a que estavam sujeitos, falecendo logo nos seus primeiros anos. Iraci Del Nero da Costa (1976, p. 120) mostrou que em Vila Rica, nas Gerais, para os anos de 1799 e 1801, a taxa de mortalidade infantil dos inocentes legítimos era de 133 por mil, grandeza que para os expostos subia para 428 por mil. Para se ter uma ideia, era maior que taxa de mortalidade infantil das crianças escravas, que segundo o autor, situava-se em torno de 310 por mil. Na verdade, se pensarmos bem, seria de esperar um maior cuidado para com as crianças escravas, pois não podemos esquecer que elas constituíam também um patrimônio monetário, pois tinham o

seu valor de compra e venda...

Levando em conta esses dados e dialogando com a produção historiográfica sobre o tema, me propus a explorar algumas variáveis relativas aos registros de óbito e perceber aspectos da realidade da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre entre o último quartel do século XVIII e início do XIX antes de tornar-se oficialmente Vila em 1810. Elaborei para isso uma tabela referente aos percentuais de mortalidade das crianças até os 7 anos de idade, as quais eram destacadas como inocentes nos assentos. Foi contabilizado um conjunto de 1726 registros de óbitos, dos quais 459 (27%) correspondem a óbitos de inocentes sob a denominação de legítima, natural, ou exposta pelo pároco que registrou o óbito, iniciando a contagem no ano de 1799, a partir do qual, como foi dito antes, as idades passaram a ser acrescentadas no registro.

TABELA I - Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, população Livre: Frequência de óbitos de crianças legítimas, naturais e expostas, 1799-1810.

Ano	Total de óbitos		Óbitos de crianças legítimas		Óbitos de crianças Naturais		Óbitos de crianças expostas	
	N.A	%	N.A	%	N.A	%	N.A	%
1799	20	4,4%	19	95%	0	0%	1	5%
1800	21	4,6%	18	85,7%	2	11,1%	1	5,5%
1801	48	10,5%	41	85,4%	6	12,5%	1	2,1%
1802	19	4,1%	17	89,5%	1	5,2%	1	5,2%
1803	19	4,1%	17	89,5%	1	5,2%	1	5,2%
1804	75	16,3%	60	80%	10	13,3%	5	6,7%
1805	24	5,2%	22	91,6%	1	4,2%	1	4,2%
1806	125	27,2%	99	79,2%	22	17,6%	4	3,2%
1807	18	3,9%	13	72,2%	4	22,2%	1	5,5%
1808	32	7%	29	90,6%	3	9,4%	0	0
1809	14	3,1%	12	85,7%	2	14,3%	0	0
1810	44	9,5%	37	84,1%	6	13,6%	1	2,3%
Total	459	100%	384	83,6%	58	12,6%	17	3,8%

Fonte: Livro I e II de Óbitos da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre.

Em uma análise preliminar, percebemos que os dados relativos à mortalidade infantil nas duas décadas analisadas na Tabela I sugerem que o montante diminuiu em Porto Alegre. As crianças legítimas, que em 1799 equivaliam a 95% dos óbitos, em 1810 reduziram para 84,1%, o mesmo podemos dizer dos expostos, que em 1799, equivaliam a 5%, e, em 1810, apenas 2,3%, sendo que em 1808 e 1809 não há registro algum de tais crianças. Quanto às crianças naturais, estas, com algumas variações, se mantiveram com seus números estáveis.

Cabe destacar a idade desses enjeitados apresentados na Tabela I. Dessas crianças expostas que foram a óbito entre 1799 e 1810, 54% morreram antes mesmo de completar seu primeiro ano de idade, e 18% antes de completarem seus dois anos de idade, ou seja, quase 70% do total dos enjeitados mortos não sobreviveram aos seus dois primeiros anos de vida. Nesse sentido, se a criança corria maior risco de morrer nesses primeiros anos, podemos supor a falta de assistência, no

caso, de uma ama de leite, ou o descaso de quem a acolheu. Na verdade, isso não diferia muito das outras crianças, pois a possibilidade maior de morrer estava concentrada, em geral, nos primeiros 12 meses de vida. Contudo, se comparados esses indicadores, seria mais expressivos para os expostos, por causa dos fatores apontados anteriormente.

De qualquer forma, em uma primeira sondagem os números referentes à mortalidade das crianças expostas nos domicílios da Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre não nos parecem tão catastróficos como os índices apresentados pela historiografia referente às Rodas de expostos. De qualquer forma, temos que levar em consideração o possível sub-registro, como, por exemplo, os casos em que a morte da criança abandonada não chegava ao conhecimento do pároco.

Entretanto, para tornar interessante a análise desses percentuais procurei confrontá-los com os percentuais de batismos, o que nos revelou outras realidades. Temos constatado que, do total de crianças batizadas na Madre de Deus entre os anos 1772 e 1810, o percentual de 4.8% eram enjeitadas, e que do total das crianças falecidas, 3.8 % equivaliam às expostas. Em alguns anos, entanto, esses números fogem à regra, pois percebo uma discrepância dos pesos relativos aos registros de batismo óbito, principalmente quando se trata dos bebês de até um ano.

TABELA II – Repartição dos assentos de Batizados e Óbitos dos inocentes até um ano de idade (1799)⁴

Assentos	Legítimos	Naturais	Expostos
Batizados	77.8%	17.5%	4.6%
Óbitos	72.4%	13.8%	8.0%

Fonte: Livro I e II de Óbitos da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre.

OBS: Batizados: 325 assentos (1799-1800). Óbitos: 87 assentos (1800-1801)

Como podemos ver na Tabela II, os percentuais de bebês legítimos (77.8%) e naturais (17.5%) batizados, como seria de se esperar, em condições normais, sem uma epidemia, por exemplo, são maiores que os de óbito legítimos (72.4%) e naturais (13.8%). Sendo assim, nasceram neste respectivo ano mais crianças legítimas e naturais do que morreram. Em relação aos expostos, há uma discrepância enorme entre os percentuais, o que parece indicar a alta mortalidade dos enjeitados frente aos demais bebês.

Gostaria, ainda, de abrir um parêntese para explicar os picos de mortalidade que se apresentam entre os anos de 1804 a 1806, em que os números totais de óbitos infantis sobem abruptamente. Trata-se, nesse caso, de uma epidemia de sarampo, no qual a Freguesia Madre de Deus presenciou mais de 90% dos óbitos infantis registrados. Principalmente no ano de 1806, mencionavam como *causa*

4 Tabela inspirada em: COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: mortalidade e morbidade (1799-1801). In: BUESCU, M.; PELÁES, C. M. (coord.). A moderna história econômica. Rio de Janeiro, APEC, 1976, p. 120.

mortis o sarampo.

Além do sarampo, “as bexigas” (varíola) foi uma doença que levou a vida de muitas crianças, sobretudo, no início do século XIX. Para termos uma ideia das moléstias que ceifavam a vida das crianças da Freguesia Madre de Deus, observemos a *Tabela 5* logo abaixo. Nela podemos perceber que as doenças infecciosas e parasitárias são as grandes vilãs dessas criancinhas, pois representam 63% dos óbitos dos inocentes. Essas moléstias eram tão intensificadas que a própria Câmara de vereadores procurou medidas para salvar os expostos anos mais tarde. É datado de 29 de julho de 1830 um Termo de vereança que pede ao Fiscal, a mando da Câmara, “que enviasse uma lista com todos os expostos que não haviam contraído bexigas, para que então sejam vacinados”.

As doenças relacionadas ao sistema nervoso aparecem em seguida, com 19% de percentuais da mortalidade. Interessante, também, são os 5% de inocentes que foram a óbito por acidentes, como, por exemplo, sufocados. Philippe Ariès (1981, p.27) comenta que os bispos católicos começaram a aconselhar as famílias a não dormirem com seus bebês para não haver o perigo de sufocá-los durante a noite. Ariès interpreta esses tipos de acidentes – muito comuns na França – como uma espécie de “infanticídio acidental”, já que o infanticídio era terminantemente proibido pela Igreja. Não sabemos ao certo se os casos de óbitos por acidentes da Madre de Deus também se tratam de infanticídios, mas creio que a hipótese não deve ser descartada.

88

TABELA III – Repartição dos óbitos dos inocentes por causas de morte.⁵

Doenças infecciosas e parasitárias	<i>Lombrigas (ascaris); Tísica (tuberculose pulmonar); Febre podre, maligna (febres intermitentes), Bexigas (varíola); Sarampo; Mal de sete dias</i>	63%
Doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos.	<i>Extupor (paralisias); De ar, pismo, (convulsões)</i>	19%
Mortes por acidentes	<i>Afogados; queda de cavalo; queimadura; sufocado;</i>	5%
Doenças do aparelho digestivo	<i>Diarréias; Câmaras de sangue (disenteria hemorrágica); Hysdropico (doenças do fígado); disenteria</i>	4%
Doenças do aparelho geniturinário	<i>Defluxo (hemorragias uterinas); Retenção de urinas</i>	4%
Doenças de pele e do tecido celular	<i>Erpes; Sarnas; Chagas; Apostema (abscessos)</i>	2%

Fonte: Livro I e II de Óbitos da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre.

5 Quanto à classificação das doenças me baseio na tabela nº 37 constado no estudo de Marcílio sobre São Paulo. Cf. MARCÍLIO, M. L. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira – EDUSP, 1974, p. 176-177.

Enfim, tratar deste tema da mortalidade infantil não é tarefa fácil, as imprecisões dos assentos de óbito devem ser levadas em consideração, muitos pequeninos podem ter morrido sem terem sido registrados, e, se tratando de uma criança, e mais, de uma criança abandonada, o risco de isso acontecer podia aumentar, pois podiam morrer no ato do abandono em lugares ermos ou terrenos baldios e não serem registrados os seus óbitos. Também notei que em alguns assentos de batismos consta que o pequeno enjeitado fora batizado *in extremis*, ou seja, às pressas, porque estava correndo risco de morte. Contudo, resta sublinhar o fato de que não encontrei os respectivos óbitos de muito desses casos.

O caso da exposta Ana pode servir de exemplo. Ela foi batizada no dia vinte e quatro de março de 1785 *in extremis* pelo Pe. Antonio Soares Gil, ao final de seu assento, o padre informa que “a criança foi exposta no rio do Sino da freguesia Nova” (Triunfo). Percebe-se ainda que, no caso de Ana, o propósito não era a exposição, mas sim o infanticídio, visto que foi abandonada na beira de um rio. O óbito dela não foi localizado, deixando um fio de incerteza ao pesquisador quanto ao destino da mesma.

Aos vinte e quatro dias do mês de Março de mil de mil setecentos e oitenta e Cinco annos, Nesta Freguezia Nossa Senhora Madre Deos de Porto Alegre baptizou solenemente in extremis o Reverendo Padre Antonio Soares Gil a Ana exposta no Rio do Sino distrito da Freguesia Nova filha de pais incógnitos. Foi padrinho Antonio da Costa Govea de que para constar [ilegível] que assignei. (AHCMPA. Livro I de Batismo da população livre da paróquia Madre de Deus de Porto Alegre).

89

Assim, tanto a criança pode ter sobrevivido, como pode também pode ter havido uma negligência ao não ter sido informado o falecimento, pois o sacramento do batismo já havia sido dado pelo padre. Por vezes, também identifico situações contrárias a essa, em que crianças que tem registrado no seu atestado de óbito o recebimento do batismo *in extremis*, não possuem registro de batismo, ao menos, por mim localizado.

Considerações finais

A prática do abandono de crianças atravessou o atlântico e tornou-se recorrente na América portuguesa. A Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, desde sua fundação, apresentou a existência de crianças expostas. Como pudemos ver, esses expostos estavam mais vulneráveis a morte do que as crianças legítimas e naturais, havendo até certa discrepância quanto ao nascimento das mesmas. As doenças infecciosas e parasitárias como as bexigas (varíola) e o sarampo eram as grandes vilãs desses pequeninos que acabavam indo a óbito logo nos primeiros meses, sendo os dois primeiros anos os mais perigosos.

Temos em vista que, *a priori*, a Câmara Municipal era responsável pelo financiamento da criação, vestuário e necessidades destas crianças abandonadas. Até mesmo a preocupação com a “boa morte” a Câmara procurou sanar, cobrindo as despesas com “mortalhas de anjinho”. As ideias cristãs de caridade repercutiam

nessa sociedade, entretanto resta saber se esses vereadores conseguiam cobrir as despesas com todos os expostos da Freguesia Madre de Deus, ou eram alguns casos espaços. Muitos expostos podem ter sido criados por famílias que não recorreram ao auxílio financeiro da Câmara, ficando restrito ao espírito caritativo de poucas famílias. Sabemos ainda que novas ideias irão atravessar o espírito caritativo cristão, como a ideia de Razão de Estado, que repercutirá no século XIX, ou seja, essas vidas precisam ser preservadas para tornarem-se úteis ao Estado. Esse pensamento está no pano de fundo da Criação da Roda dos Expostos em Porto Alegre, como nos mostra o estudo de Jurema M. Gertze (1990, p. 309-310):

Inicialmente, os princípios cristãos de amor ao próximo nortearam a assistência a esse segmento da população, mas a partir do momento em que são percebidas como potencialmente produtivas ao país, fez-se mister racionalizar a assistência e fazer valer o investimento nas instituições assistenciais. (...) Busca-se a um custo menor, uma maior eficácia da preservação da integridade destas pessoas, reduzindo o índice de mortalidade e recuperando-as para uma vida útil.

Imprecisões a parte, neste artigo procurei trazer alguns dados que nos dão uma visão bastante preliminar sobre a mortalidade dos enjeitados, bem como sobre aspectos relacionados à mortalidade infantil, tema ainda pouco explorado pela nossa historiografia. Assim – como prefiro dizer – este texto ofereceu uma “breve degustação” do tema aos seus interessados. Muitos são os caminhos a percorrer para a reconstituição do universo dos abandonados em Porto Alegre nesse período, e muitos são os passos a serem dados nesse sentido.

90

Referências bibliográficas:

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

CAVAZZANI, André Luiz M. *Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

COSTA, Iraci del Nero da. Vila Rica: mortalidade e morbidade (1799-1801). In: BUESCU, M.; PELÁES, C. M. (coord.). *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1976.

_____. Registros Paroquiais: nota sobre os assentos de batismo, casamento e óbito. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto, n. 1, p. 46-54, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. *O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835*. Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo: RS, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

GERTZE, Jurema M. *Infância em Perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837-1880*. Porto Alegre, 1990. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica - RS.

91

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de anos nesse país de 1800 a 1818*. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. Registros Paroquiais como fontes seriais que escondem realidades sociais inusitadas. In: SCOTT, Ana S. V.; FLECK, Eliane C. D. (Orgs.). *A Corte no Brasil: População e Sociedade no Brasil e em Portugal no início do século XIX*. São Leopoldo: Oikos; Ed. Unisinos, 2008.

REIS, João José. *A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. A cidade e a morte: A febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). *História, Ciências, Saúde*,

Manguinhos, v. 6, n. 1, p. 53-80, mar.-jun. 1999.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII*. São Paulo: Editora Nacional, 1984

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Crianças abandonadas em áreas sem assistência institucional. In: VENÂNCIO, R. P. (org.) *De Portugal ao Brasil: uma história do abandono de crianças, séculos XVIII-XX*. Belo Horizonte: PUCMG; São Paulo: Alameda, 2010, p.52-81.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

VAILATI, Luiz Lima. Os Funerais de “Anjinho” na Literatura de Viagem. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 365-392, 2002.

_____. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. 2005. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750 – 1808. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36. Editora UFPR, 2002. pp. 129 – 159.

92

Fontes:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez, e Latino...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1721. 8 v.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo, 1853.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). *Livro de registro de Batismo (1772-1810)*. [manuscrito]. Porto Alegre, Vol.1- 2. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). *Livro de registro de Óbito (1772-1810)*. [manuscrito]. Porto Alegre, Vol.1- 3. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PORTO ALEGRE. Termo de vereança de 02 de janeiro de 1793. *Livro de Atas 4 (1794-1800)*. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Termo de vereança de 05 de junho de 1799. *Livro de Atas 4 (1794-1800)*. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PORTO ALEGRE. Termo de vereança de 29 de julho de 1830. *Livro de Atas 10 (1830-1832)*. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Cultura e Tradição na Historiografia do Movimento Farroupilha.

Enviado em:
11/10/2012

Aprovado em:
17/11/2012

Nayara Emerick Lamb

Mestre em História Política pelo PPGH-UERJ
nayemerick@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo do presente trabalho é pensar o papel da obra *História da República Rio-Grandense*, publicada em 1882 por Francisco Joaquim de Assis Brasil, no estabelecimento do valor atribuído ao movimento político militar da Farroupilha (1835-1845) na *cultura histórica tradicionalista* existente hoje no Rio Grande do Sul. Para tal, buscaremos estabelecer o espaço valoroso ocupado pelo movimento Farroupilha na cultura rio-grandense e pensar as possibilidades da produção historiográfica no processo de construção desse valor.

94

Palavras-chave

Farroupilha. Historiografia. Cultura Histórica.

Abstract

The goal of this work is to think the role of the book *History of the Republic Riograndense*, published in 1882 by Joaquim Francisco de Assis Brazil, in establishing the value assigned to the political movement's military Farroupilha (1835-1845) in a *historic traditionalist culture* existing today Rio Grande do Sul. To this end, we will seek to establish valuable space occupied by the movement Farroupilha in a riograndense culture and thinking of the possibilities of historical production in the construction of this value.

Keywords

Farroupilha. Historiography. Historical Culture.

Pensar sobre a historiografia é pensar sobre como as sociedades constroem e difundem seus passados. Para o historiador Manoel Luis Salgado Guimarães, a historiografia é “[...] uma entre outras possíveis formas de as sociedades humanas produzirem uma relação com o tempo decorrido [...] um dos procedimentos coletivos de reconstrução do passado” (GUIMARÃES, 2007, p. 96). Um dos papéis da historiografia é, justamente, a criação de vínculos entre o presente e o passado.

Nesse sentido, nosso objetivo no presente trabalho é desenvolver, em alguma medida, considerações sobre o papel da historiografia no estabelecimento de um evento dentro de uma cultura. Mais precisamente, o papel da obra *História da República Rio-Grandense*, publicada em 1882 por Francisco Joaquim de Assis Brasil, na valorização do movimento político-militar da Farroupilha (1835-1845) pela “cultura histórica tradicionalista” existente no Rio Grande do Sul. Não qualquer historiografia, mas uma historiografia regional que vem apresentando, ininterruptamente, versões e análises para o conflito, seus personagens, suas motivações e consequências. Não qualquer sociedade, mas uma sociedade fortemente marcada pelo dever de lembrança de um longo e profundo conflito, até hoje interiorizado e experimentado dentro de uma cultura que busca no passado caracterizar e referenciar o presente dessa sociedade.

A nosso ver, a produção incessante¹ de narrativas históricas sobre o conflito permitiu a formação de uma determinada Cultura Histórica² que busca nesse passado uma herança que constrói para os membros daquela sociedade uma identidade combativa, que Joseph Love teria nomeado como “Culto da Liberdade” (LOVE, 1975)³. Uma identidade que se expressa basicamente a partir de um movimento tradicionalista - importante caracterizar aqui o que o/a autor/a chama de movimento tradicionalista; trata-se do tradicionalismo gaúcho organizado a partir dos anos 1940/1950, que busca nos ritos e comemorações expressar seu valor através do culto desse passado tido como valoroso.

Uma Cultura Tradicionalista

95

Durante a semana farroupilha são lembrados os feitos dos gaúchos no decênio heroico (1835-1845), através de palestras, espetáculos, lançamento de livros, entre outras atividades (Festejos Farroupilhas).

1 Acreditamos poder usar essa palavra, pois desde a década de 1870, com a publicação das primeiras memórias de combatentes, passando pela década de 1880 com a produção das primeiras obras propriamente historiográficas, a virada do século e as grandes produções que antecederam ou descenderam o centenário da Farroupilha, e até hoje conseguimos identificar a produção constante de narrativas voltadas para descrever ou compreender o conflito, seus personagens, localidades e desdobramentos. Esse levantamento será alvo de um trabalho posterior ainda em produção.

2 Pensamos a cultura histórica a partir dos referenciais definidos por Fernando Sanchez Marcos como “[...] la elaboración social de la experiencia histórica y su plasmación objetiva en la vida de una comunidad.”. A caracterização da cultura riograndense como uma cultura histórica já foi por nós apresentado no trabalho de dissertação de mestrado defendido em abril de 2012 pelo PPHG-UERJ. Cf. SÁNCHEZ MARCOS, F. (2009). *Cultura Histórica*. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. (acesso em: 25/06/2010). p.01; LAMB, Nayara Emerick. História dos farrapos: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: 2012.

3 Love a descreve como um estado fixo em que o gaúcho, ou rio-grandense, sempre se apresenta como maior defensor da liberdade, seja ela política, militar, econômica, etc. Cf: LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Como nos aponta a epigrafe acima, a Semana Farroupilha é voltada para relembrar os feitos heroicos daqueles homens – gaúchos/rio-grandenses⁴ – que lutaram contra o Império do Brasil no mais longo conflito civil ocorrido em solo nacional: a Farroupilha.

Iniciada em 20 de setembro de 1835 como uma rebelião contra a nomeação de Antonio Rodrigues Fernandes Braga para o cargo de presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a Farroupilha só teria fim em um amplo tratado de paz, quase dez anos depois, em 25 de fevereiro de 1845, a partir dos esforços pacificadores do então Barão de Caxias, Luis Alves de Lima e Silva.

Mais de 129 anos após a pacificação, em 11 de dezembro de 1964, por assinatura de Francisco Solano Borges, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, é oficializada a comemoração da Semana Farroupilha, “[...] a ser comemorada entre 14 e 20 de setembro de cada ano, em homenagem e memória aos heróis farrapos”⁵. Segundo o sitio oficial, a Semana seria: “[...] um momento especial de culto às tradições gaúchas, transcendendo o próprio movimento tradicionalista gaúcho. Ela envolve praticamente toda a população do estado [...]” (FESTEJOS FARROUPILHAS)⁶. Configurando-se assim no momento chave de celebração daquele passado tido como honroso.

Até 1994, as comemorações restringiam-se ao ponto facultativo nas repartições públicas estaduais e ao feriado municipal em algumas cidades do interior. Em 1995, as comemorações ganharam novo incentivo. Definida pela Constituição Estadual⁷ como a data magna do estado, o dia 20 de setembro – último das comemorações da Semana – passou a ser feriado estadual. O decreto 36.180/95, amparado na lei federal 9.093/95, de autoria do deputado Jarbas Lima (PPB/RS), especifica que “[...] a data magna fixada em lei pelos estados federados é feriado civil”⁸. A Semana Farroupilha passava assim à institucionalização, sendo organizada em duas instâncias: estadual e municipal, regulada por uma lei estadual e regulamentada por um decreto.

Chamada inicialmente de Ronda Gaúcha, as celebrações do que viria a ser a Semana Farroupilha surgem no ano de 1947, simultaneamente ao Movimento Tradicionalista do Rio Grande do Sul, criado pelo departamento tradicionalista organizado por estudantes da escola pública estadual Júlio de Castilhos em Porto Alegre. O Movimento Tradicionalista é definido por Maria Eunice Maciel como “[...] um movimento forte, construído num processo que envolve construções (ou

4 Acreditamos ser necessária uma melhor definição das fronteiras entre os termos “gaúcho” e “rio grandese”. Entretanto, e infelizmente, no limite do proposto neste trabalho não será possível, dado o espaço que nos cabe, estabelecer tal definição.

5 Lei 4.850/64. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/Arquivos/12.422.pdf> (acesso: 04/04/2008).

6 Ibidem: Festejos Farroupilhas.

7 Ementa feita à carta de 1989.

8 Decreto 36.180, de 18/9/1995. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=11624&hTexto=&Hid_IDNorma=11624 . (acesso em: 04/04/2008).

reafirmações) de identidades locais e regionais, bem como suas relações com a nação e a formação da nacionalidade” (MACIEL, 2004, p.237). Para a autora, o tradicionalismo no Rio Grande do Sul é um movimento que procura recriar a vida do passado para que ela não se perca no presente, reconstruindo um determinado tempo-espaço valoroso em que a identidade local do Gaúcho (ou rio-grandense) pode ser construída a partir dessa tradição honrosa de defesa da liberdade idealizada no imaginário, em parte, pelas narrativas historiográficas.

Para nós, se a Semana Farroupilha busca celebrar um passado tido como heroico⁹, esse mesmo heroísmo passa a ser atribuído ao movimento Farroupilha. E esse heroísmo é repassado, conseqüentemente, para a população que o pratica e dele participa. Se tivermos noção da amplitude que os festejos apresentam e desempenham hoje na sociedade rio-grandense, acreditamos poder afirmar que o estabelecimento de um valor heroico para a experiência histórica da Farroupilha a permite ser vista como herança de uma cultura histórica que busca no passado referências para o presente, possibilitando que a população do Rio Grande do Sul insista, ano após anos, em comemorar em uma festa patriótica um conflito que, ao menos em teoria, teria perdido¹⁰. É esse aspecto da cultura histórica regional que nomeamos aqui de Cultura Histórica Tradicionalista.

A Cultura Histórica é definida por Fernando Sánchez Marcos como um conceito que “[...] expresa una nueva manera de pensar y comprender la relación efectiva y afectiva que un grupo humano mantiene con el pasado, con su pasado.” (SÁNCHEZ MARCOS, 2009, p. 01). Essa nova maneira de pensar e compreender as relações dos indivíduos com seu passado é definida por Sánchez Marcos como “[...] la elaboración social de la experiencia histórica y su plasmación objetiva en la vida de una comunidad.” (Ibidem., p. 01), indicando que a cultura histórica se estabelece justamente a partir da reelaboração do passado no presente com o uso da experiência histórica.

A nosso ver, a institucionalização da comemoração da Semana Farroupilha em 1964 representa também a institucionalização do movimento Farroupilha como experiência a ser lembrada e relembada todos os anos por aquela população, estabelecendo um uso que pressupõe um vínculo direto entre a população rio-grandense e aquele passado. A instância das comemorações – feriado estadual – exprime o caráter regional dado ao próprio movimento como espaço de reconhecimento daquela população em particular. Mas também demonstra uma necessidade de não deixar que aqueles eventos caíssem no esquecimento dentro da conjuntura nacional, delimitando assim um espaço para aquela sociedade dentro

9 Segundo o sitio oficial “são lembrados os feitos dos gaúchos no decênio heroico (1835-1845), através de palestras, espetáculos, lançamento de livros, entre outras atividades”. In: Festejos Farroupilhas. Apresenta o histórico e temática das comemorações dos festejos da Semana Farroupilha. Disponível em: www.semanafarroupilha.com.br/historico_semana. ph (acesso em: 04/04/2008).

10 Cabe aqui lembrar que os conflitos da Farroupilha tiveram fim a partir de um tratado de paz que concedeu aos envolvidos no conflito uma ampla anistia, assim como parte considerável das reivindicações iniciais.

da nação como um todo¹¹.

Podemos afirmar, então, que o movimento político-militar da Farroupilha apresenta-se para a população do Rio Grande do Sul como uma experiência histórica valorizada, por meio da qual aquela sociedade pôde estabelecer laços com seu passado. A Farroupilha é tida, como herança principal dessa cultura histórica tradicionalista que a mantém viva até hoje, possibilitando a existência desse orgulho unívoco de comemorá-la ano após ano.

A partir disso, nos é permitido pensar que a Semana Farroupilha, através da imersão dessa comunidade na experiência histórica do movimento, possibilitou a fixação da Farroupilha como *locus* simbólico em que a sociedade rio-grandense pode experimentar e vivenciar um passado considerado valoroso. O estabelecimento desse *locus* gera, segundo Jörn Rusen, conexões entre o passado, o presente e o futuro, assim como estabelece vínculos entre os demais membros daquela comunidade que experimentam tal imersão a partir da organização dessa experiência histórica coletiva em forma de uma memória (RUSEN, 1994, p. 07).

No entanto, acreditamos que a produção historiográfica ganha destaque na construção desse valor, justamente por seu papel vital na construção de narrativas sobre o passado, permitindo-o ser constantemente reapresentado no presente e possibilitando a projeção de uma expectativa em relação ao futuro. Como palco privilegiado para a observância dos embates e choques entre projetos políticos e sociais da construção do que se queria como nação, a historiografia do século XIX tem destaque ainda maior por nos permitir vislumbrar o como e o que era considerado valoroso por aquela população.

98

Experiência Lembrada, Experiência Narrada

Pensar a produção historiográfica como palco para o embate de projetos pressupõe a elaboração narrativa desses eventos e pressupõe também que o uso e o desenvolvimento da linguagem e seus elementos possam alterar significativamente as formas de apreensão de um evento. Reinhart Koselleck pondera que a linguagem referencia a realidade, esclarecendo e significando o entendimento do homem em relação ao mundo. Afirma que “[...] ela nos faz lembrar a força peculiar às palavras, sem as quais o fazer e o sofrer humanos não se experimentam nem tampouco se transmitem” (KOSELLECK, 2007, p. 97).

Como espaço privilegiado de construção e debate, a historiografia aponta para possibilidades de compreender as ações humanas no mundo se a pensarmos no papel de “[...] metáfora-fundadora de nossa concepção de memória e de lembrança: a escrita, este rastro privilegiado que os homens deixam de si mesmos” (GAGNEBIN, 2006, p. 111). Escrever o passado, para além do registro, permite a construção e a permanência de representações sobre esse mesmo passado, fixando o que Beatriz Sarlo categorizou como “visão do passado” (2007, p. 15). Uma representação que disputa e se entrelaça com a memória, permitindo uma construção da “verdade” dos fatos, que ganha corpo a partir de sua inclusão – na

11 Cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

forma de narrativa escrita – no quadro da História.

Nesse sentido, compreender a participação da produção historiográfica brasileira sobre a Farroupilha na significação que foi dada ao evento nos quadros da formação da cultura histórica tradicionalista do Rio Grande do Sul é buscar compreender como essas obras participaram da construção da memória que se formou do evento. Do mesmo modo, é procurar compreender o papel que essa significação desempenha na formação daquela população. Tentar compreender essa cultura e sua imersão na sociedade rio-grandense a partir da historiografia é apostar em sua força enquanto interpretação do passado.

Em investigações anteriores¹², constatamos que a produção historiográfica sobre o tema da Farroupilha teve seu auge na primeira metade do século XX. Acreditamos que tal interesse é fruto do valor atribuído à possibilidade de uma experiência republicana vivenciada já no início do século XIX, ponto que concedia à Farroupilha importância redobrada naquele começo de República no Brasil. No entanto, a produção historiográfica do século XIX, como dito, caracteriza um espaço de debate do processo de formação da nação brasileira ao representar um movimento de construção não só da história nacional, mas também do que deveria ser a ela associado. Reconhecemos a importância da produção historiográfica sobre a Farroupilha no século XIX principalmente ao constatarmos que sua presença é recorrente nas bibliografias, mesmo das obras mais recentes sobre a temática¹³.

No caso específico da Farroupilha, a historiografia local sobre o movimento corresponde a um objeto privilegiado para pensar a construção dele e de seus ideais, por representar um dos espaços que aquela sociedade disponibilizou para pensar o evento. Por expressar representações do processo político-militar Farroupilha, essa historiografia passa a conformar um campo muito mais vasto de influência sobre a sociedade a que se dirige, inserindo-se na cultura histórica e, conseqüentemente, na cultura política¹⁴ local, através da construção de narrativas sobre aquela experiência histórica.

Ao pensar sua heterogeneidade e variação temporal, podemos considerar que a historiografia sobre a Farroupilha, grosso modo, divide-se em duas linhas de

12 No trabalho monográfico de conclusão do curso de bacharelado em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob o título: *Do Esgotamento da Palavra: o Papel do Projeto Político Farroupilha na Emergência da Identidade Riograndense*, no ano de 2009, apresentamos uma análise da produção historiográfica sobre o tema, ao longo do século XX, juntamente com análise da difusão e das influências dos ideais do grupo dirigente local farroupilha na formação da identidade riograndense.

13 Cf.: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *A Revolução Farroupilha (1835-1845)*. São Paulo: Editora Saraiva, 2003; HARTMAN, Ivar. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002; FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4ª.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2004; ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004.

14 Serge Berstein classifica a *Cultura Política* como uma explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história humana, e se caracteriza como um sistema de representação integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que possua um vínculo mais estreito com as questões da esfera do político. In: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

interpretação. Basicamente, podemos ver de um lado uma linha que a apresenta como uma revolta fratricida, de uma população que não pôde compreender os problemas da nação e quis, através da força, impor sua vontade sobre os demais, abandonando a comunidade nacional em seu momento de maior fragilidade. E, de outro, uma linha que defende, apoia, entende e reivindica os ideais do movimento Farroupilha e de seus dirigentes como o momento principal de uma tradição de luta pela liberdade e, em alguns casos, pela república, dada a associação – ainda que questionada por alguns – do ideal ao movimento.

Tal divisão pode ser vista já nas duas primeiras e principais obras sobre a temática: *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, de Tristão de Alencar Araripe, publicada em 1881, e a obra *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil, publicada em 1882, foco principal do presente trabalho. Ambas enfatizam – cada qual à sua maneira – um recorte interpretativo, que mais tarde se consagraria dentro da historiografia do movimento político-militar Farroupilha¹⁵. Essas primeiras obras de historiografia sobre o tema nos permitem definir as bases sobre as quais a história da Farroupilha firmou-se no imaginário regional e nacional, assim como definir as linhas de interpretação dentro da historiografia da temática. Cada uma dessas obras viria a representar um momento da historiografia e da análise empreendida sobre os fatos que compuseram os anos do conflito e a apresentar uma versão e uma valorização para tais fatos, que seriam apropriadas pelo restante da produção historiográfica até a atualidade¹⁶.

Entende-se que compreender como se deu o jogo de forças do que deveria ser lembrado e do que deveria ser esquecido permite-nos visualizar as motivações que levam os indivíduos de uma sociedade a adotar este ou aquele evento como marca de seu comportamento – social, cultural ou político-, principalmente no que tange à construção da memória que os indivíduos daquela sociedade possuíam do evento em questão. Dessa forma, acreditamos que um olhar acentuado sobre o início da narração da temática nos possibilitará não só compreender como essa história foi narrada, mas o porquê de ser narrada.

A Historiografia no Debate da Farroupilha

A obra de Tristão de Alencar Araripe (1821-1908), *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, é reconhecida como a primeira a sistematizar o tema da Farroupilha. Fora escrita pelo autor para ser lida em capítulos nas sessões solenes

15 Torna-se importante assinalar aqui a existência da obra *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul* de Ramiro Forte Barcellos publicada inconclusivamente entre 22/09 e 22/12 de 1882 em folhetim do Jornal do Comércio e reunidos sobre a forma de livro em 1987 na *Coleção Sesquicentenário da Revolução Farroupilha*, com a adição de capítulos, encontrados posteriormente, não publicados no folhetim. Por seu caráter inconcluso e por ser reunião de textos avulsos do autor, que encaixavam-se à obra, segundo a comissão encarregada da citada coleção, não nos debruçaremos sobre ela, ainda que acreditemos no seu valor como fonte para pensar o movimento Farroupilha.

16 A nosso ver, e segundo as pesquisas que empreendemos até o presente momento, podemos afirmar que mesmo dentre a produção historiográfica acadêmica e/ou profissional contemporânea essas linhas de análise se mantêm relativamente inalteradas.

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao longo do ano de 1880¹⁷ e para acompanhar uma vasta coleção documental sobre o tema, doada pelo autor ao mesmo instituto¹⁸. Contudo, sua recepção foi diversa: pelos núcleos cultos do país, incluindo a sede do Império, o acolhimento foi de bom grado, enquanto na Província do Rio Grande do Sul, muitas e duras críticas foram feitas à obra.

Acreditamos que, em parte, as acusações feitas pelos filhos da província não podem ser desacreditadas. Ao longo de suas páginas, o autor nos apresenta o conflito como uma “guerracivil” empreendida por motivos parcialmente injustos contra o país. Indicando com o uso do termo guerracivil que o movimento tratava-se somente de um conflito interno, limitando as proporções que mais tarde seriam acentuadas pela vinculação do movimento às repúblicas platinas e também pelo uso do termo “revolução”, posteriormente associado ao movimento¹⁹. Araripe não tarda em desmerecer as motivações do conflito e a rasgar elogios à tenacidade e obstinação do governo Imperial em não abrir mão de sua vastidão territorial: “A causa da monarquia ficava triunfante na província insurgida sob o influxo democrático, e o governo central via coroados os seus esforços em prol da integridade do Império” (ARARIPE, 1986, p. 179).

Em sua apresentação dos fatos, o autor divide o movimento cronologicamente em três épocas: a da Sedição (1835-1836), a da Rebelião (1836-1842) e a da Sujeição (1843-1845) (ARARIPE, 1986: p. 03-04). Esclarecendo que o conflito não havia passado de rebeldia sem sentido que – ainda que de forma trabalhosa – havia sido contido e desfeito, garantindo a unidade territorial, a ordem interna e o projeto de centralização política Saquarema.

Dessa forma, a obra de Araripe firmou-se como a primeira de uma linha de raciocínio que enxergou na Farroupilha uma guerracivil desnecessária que, mesmo mostrando a tenacidade da parcela da população envolvida, ao fim não pôde conter a obstinação do destino do vasto Império Brasileiro em manter-se uno e completo, restando aos envolvidos a sujeição à vontade do todo.

Do outro lado dessa equação temos a obra *História da República Rio-Grandense*, publicada por Joaquim Francisco de Assis Brasil no ano de 1882, feita sob

17 Cf. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1880, Tomo XLIII, Parte II. 115-364.

18 Documentação hoje sobre guarda do IHGB, sob título ACP ALENCAR ARARIPE (nº09).

19 Associação que em geral é feita pela historiografia do século XX. Cf.: FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4ª Ed. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 2004; LAYTANO, Dante de. *Historia da Republica Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983; SPALDING, Valter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguida das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980; ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004; VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Globo, 1933. Vol. 1-5..

encomenda do Club Vinte de Setembro²⁰ para as comemorações do 47º aniversário do movimento Farroupilha e, claramente, uma resposta à obra de Araripe.

O político e historiador rio-grandense Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) teria toda a sua vida marcada por um forte posicionamento político na defesa dos ideais republicano e federalista. O que fica claro em suas atividades políticas²¹ e em sua vasta produção intelectual²², principalmente no que tange às suas primeiras obras impressas²³: *A Republica Federal*, publicada ainda em 1881 e reeditada seis vezes só até 1889, e a obra que nos interessa particularmente, *História da Republica Rio-grandense*, publicada no ano de sua formatura em direito, em 1882 (BROSSARD, 1989, p.21), e considerada pelo autor como uma espécie de continuação à temática da primeira: “Esta obra é ainda um esforço na direção das ideias que expus e sustentei na *A Republica Federal*” [grifo do autor] (BRASIL, 1981, p. 7).

A obra é composta por 200 páginas divididas em uma nota introdutória, uma breve introdução (BRASIL, 1981, p. 7-20) e 8 capítulos. A publicação seria o primeiro volume da obra que deveria narrar com precisão a história daquele que foi um dos confrontos mais sangrentos e marcantes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Suas páginas buscam abranger desde o início do movimento, que para o autor se dá em 1831 com a Abdicação do Imperador d. Pedro I – quando teria possibilitado a manifestação de “[...] um fenômeno próprio de países de tão dilatadas e várias proporções: a tendência para a desagregação” (Ibid. p.49) – até a eleição do presidente e ministros da República Rio-grandense na cidade de Piratini

20 O Club Vinte de Setembro foi fundado em São Paulo por jovens gaúchos que estudavam direito. Defensores do republicanismo, o clube era composto por sócios beneméritos e uma vasta agremiação. O nome do clube já impõe uma determinada associação ao movimento Farroupilha, uma vez que 20 de setembro marca o início das atividades rebeldes. A durabilidade do clube é pouco mencionada pela historiografia, parece-nos que com o fim do curso, seus membros retornam à província ou dirigem-se para a Corte no Rio de Janeiro, associando-se a outros clubes e sociedades. Acreditamos que o trabalho de mapeamento das atividades e durabilidades do clube deva ser objeto de maior apreciação, mas não pretendemos desenvolvê-la no âmbito desse trabalho. In: BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. Brasília: Senado federal, 1989. p.20.

21 Deputado provincial (1884-1888), Constituinte (1890), Ministro na Argentina (1890), Enviado na China (1893), Embaixador em Lisboa (1895), Ministro nos EUA e no México (1898), participou ativamente na Revolução Federalista (1893-1895) ao lado dos Maragatos contra os Pica-Paus, seguidores de Julio Prates de Castilhos, foi o estopim principal da Revolução de 1923, quando sua candidatura para governador do Rio Grande do Sul foi negada pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), na disputa contra o então governador Borges de Medeiros, e foi deputado federal na Constituinte (1933). In: GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE. Joaquim Francisco de Assis Brasil. Volume 02. 1978. p. 560.

22 Chispas (1877), Oportunismo e Revolução (1880), A Republica Federal (1881), História da Republica Rio-Grandense (1882), Unidade Nacional (1883), Democracia Representativa: Do voto e da maneira de votar (1893), Do Governo Presidencial da Nossa Republica (1896), a Cultura dos Campos (1898), Ditadura Parlamentarismo Democracia (1908), etc. Cf: BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. Brasília: Senado federal, 1989. 383-385.

23 Ainda que produzidas anteriormente, Chispas (1877) e Oportunismo e Revolução (1880), só seriam publicadas posteriormente. Cf: BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. Brasília: Senado federal, 1989.

em 06 de novembro de 1836.

Na obra consta também, no primeiro capítulo (Ibid., p. 01-47), um estudo destinado à compreensão das causas do movimento, no qual o autor faz uma longa explanação das condições de formação e organização, política e geográfica, da província e de sua população, na intenção de compreender as influências sofridas pelo povo que deflagrariam o conflito.

A obra de Joaquim Francisco de Assis Brasil ganhou notabilidade por ter sido escrita antes dos 24 anos de idade do autor que, também por isso, consagrou-se como um dos defensores da causa Farroupilha enquanto especialista prestigiado no assunto na província. No entanto, mesmo tendo-a escrito tão jovem, a obra ficou inconclusa por motivos das “mil vicissitudes de uma vida cívica das mais conturbadas” (DOMINGUES *apud* BRASIL, 1981, p.10). Moacyr Domingues afirma que sua edição fragmentada foi fruto da necessidade de resposta do grupo republicano e dos intelectuais defensores do Rio Grande do Sul, expressada pelo Club Vinte de Setembro. Do mesmo modo, a obra teria sido qualificada como preparatória pelo autor, tendo esse prometido para breve uma edição definitiva, assim como completar a obra com os volumes que se seguiriam a este. Promessas que não se cumpriram. A incompletude da obra no momento da publicação é justificada pelo autor:

A estreiteza do tempo de que me foi possível dispor para a confecção deste primeiro volume obrigou-me a entregá-lo ao prelo sem que ele satisfizesse ainda plenamente o meu desejo, sobretudo quanto à narração dos sucessos. Escrevia para o Club [sic] Vinte de Setembro que tem de apresentar a obra em publico em dia determinado. Por isso denominei esta edição – preparatória. Espero poder muito breve dar a definitiva, com a vantagem de já me servir para ela das correções que as pessoas habilitadas fizerem a esta.

[...]

Para os volumes que se seguirão a este foi que mais me auxiliarão essas contribuições [documentos originais e testemunhos, ambos cedidos por cidadãos que os viveram] (BRASIL, 1981, p.7-8).

Moacyr Domingues afirma também que a maior preocupação do autor foi explicar a índole dos fatos e os fatores que levaram a província a constituir-se em república independente, e que buscou fazê-lo segundo os critérios científicos mais respeitáveis de seu tempo (DOMINGUES *apud* BRASIL, 1981, p. 9).

Da adaptação do povo a esse conjunto de circunstâncias ambientes nasce para ele uma natureza correspondente. O caráter rio-grandense teve essa origem. É, pois, em primeiro lugar, na natureza física, no conjunto de circunstâncias que constituem o meio cósmico – que se encontra a primeira razão, a causa inicial, não direta só da revolução, mas também do modo por que ela se efetuou. Para fazer ressaltar a sanção deste acerto – bastará combinar as circunstâncias primordiais entre si e depois com os fatos supervenientes que com ela vieram entrar em colaboração. Esse é o assunto das páginas que se seguem (BRASIL, 1981, p. 12-13).

Publicada no ano seguinte à obra de Tristão de Alencar Araripe, mesmo inconclusa, a de Assis Brasil é, como dito, evidentemente uma resposta à mesma. Assis Brasil busca responder às acusações que o autor havia levantado contra seus patrícios e exprime, através das páginas de seu livro, a vontade de resposta de parte da população esclarecida da província que, assim como os membros do clube de que fazia parte, não haviam recebido bem o livro de Araripe, como se pode ver em:

De trabalhos já publicados, servi-me principalmente da excelente monografia do snr. Desembargador Araripe, obra de grande mérito, porque é a verdadeira construção com elementos que estavam dispersos e desconexos; conquanto me ache em fundamental discordância com as ideias do autor e mesmo quanto à exatidão dalguns fatos, devo confessar que no seu livro aprendi mais do que em parte alguma, além de ter nele bebido a inspiração de escrever o meu (BRASIL, 1981, p. 9).

Dentre as respostas de Assis Brasil às afirmações de Araripe, está a defesa de que a Farroupilha teria sido a resposta do homem do sul àqueles que buscaram destruir seu meio de vida e o mundo tal qual estavam afeiçoados. O autor aponta que

Quando a revolução de 1835 se foi preparando no animo da província, já esta possuía um caráter propriamente seu, usos, costumes e tendência característicos. Era mesmo esse o tempo da maior originalidade: as forças naturais haviam realizado a sua evolução completa e a civilização não lhes tinha ainda modificado os efeitos. Datava de pouco mais de um século a existência da província, e é verdade que esse tempo é minimamente estreito para a realização dum fato desta ordem, que regularmente exige o curso de muitos séculos; por isso mesmo é preciso, para conciliar os princípios com a realidade, considerar as propriedades e condições enérgicas do meio em que a nova população se formou e as disposições particulares para afeiçoar-se a esse meio que os elementos constitutivos dela ofereciam (Ibid., p. 21-22).

Brasil afirma que o único motivo do Império não ter apoiado os ideais do movimento é porque eles foram mal entendidos no primeiro momento, por conta de uma série de boatos espalhados pelos inimigos da causa e do Brasil, para posteriormente ser tarde demais para uma reconciliação entre as partes, como pode ser visto abaixo:

Só uma esperança se havia desvanecido no coração de todos: era a de reconciliação com o governo legal. Reforços contínuos de gente e de petrechos bélicos iam chegando do Rio de Janeiro, onde o ódio partidário mais do que o amor da pátria desenhava os revolucionários como feras sedentas. O governo temperava os seus atos por essas informações parcialíssimas [sic]. Quase toda a população da província pertencia à revolução; os que a combatiam eram pela maior parte filhos doutras províncias, de Portugal ou doutros países. Revoltava-se a fibra do patriotismo rio-grandense. Entregar as armas esterilizando a revolução de setembro, sujeitando-se às longas violências duma reação

infalível, ainda que velada pela anistia, entregando-se a discrição de estrangeiros, – repugnava aos chefes patriotas. Era, por outro lado, impossível a reconciliação conveniente entre os dois partidos cada um dos quais se supunha vencedor. Mas o que acima de tudo se tornava insuportável era a continuação do atual estado de coisas que apresentava a perspectiva de uma guerra indefinida, ou duma derrota certa.

Esses eram os sentimentos que trabalhavam o animo dos revolucionários. Todos perceberam logo e ao mesmo tempo que só havia um caminho que apresentava a saída de tantos embaraços: era a separação da província do grêmio brasileiro [...] (Ibid., p. 161-162).

Uma das mais fortes defesas de Assis Brasil é contra a acusação de o processo não ter passado de um movimento de caudilhos, uma República de Piratini²⁴, ao que o autor apresenta a ideia da República Rio-grandense. Nas palavras de Assis Brasil:

Disse [Antônio de Sousa Neto] [...] que o Rio Grande, desligando-se do Brasil, formaria um estado livre e independente, sob a forma republicana, mas que conservaria o amor antigo aos irmãos brasileiros e aceitaria em qualquer tempo a confederação de todas as outras províncias que se colocassem nas mesmas condições políticas; que a grande maioria dos rio-grandenses, sendo pela revolução, apenas hostilizada por estrangeiros, era também necessariamente pela independência [...] (BRASIL, 1981, p. 162-163).

105

E defende que essa acusação não passava de uma maneira de desacreditar os ideais revolucionários do processo farrapo, retirando-lhe o brilho.

Acusa-se Neto de arvorar-se em árbitro da vontade da população inteira. Mas não pode haver acusação mais banal. Toda a iniciativa há de partir dalgum ponto. Não foi também o seu brado um rasgo de militarismo ou de caudilhagem. Neto e os que o cercavam eram cidadãos armados; não eram soldados. Não era Neto um aventureiro, mas cidadão respeitável, ordeiro e calmo, rico e independente. Acusem-no de erro: é outra questão, que pode ser discutida e resolvida. Mas é preciso que duma vez para sempre se varram do terreno da história mesquinhas insinuações malignas, que deslustraram a soberana majestade. Os homens da revolução não encetarão como republicanos o notável movimento de setembro. Si nesse caráter o tivessem começado, tomado com segurança as necessárias posições no momento em que, expulsas as autoridades legais, tiveram a província inteira fechada nas mãos, talvez o império [...] se tivesse obrigado a renunciar a restauração do Rio Grande (Ibid., p. 164-165).

24 Essa expressão foi cunhada por Tristão de Alencar Araripe em sua obra, a nosso ver, na intenção de desmerecer o conflito e de indicar que a revolta não envolvia toda a população da província, mas só uma pequena parcela insatisfeita. In: ARARIPE, Tristão Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1881. p.45.

Outra ideia que Assis Brasil defende é que os revolucionários não buscavam simplesmente a autonomia da província, mas sim expandir “a ideia da federação” para o restante do país. Sendo a ideia de separatismo um artifício dos inimigos para difamá-los:

Isso era além dum erro político, uma injustiça: nunca os homens que fizeram a revolução pensaram, antes dela, na separação da província; tratavam sim de estabelecer a federação em todo o país, o que também era ideia comum a todos os brasileiros mais ilustres daqueles tempos. [...] Ainda mesmo depois que o império das circunstâncias obrigou os rio-grandenses a proclamarem-se independentes, em todos os atos oficiais do efêmero governo em que havia referencia a separação da província, aparecia mais ou menos explicita a mesma ideia da federação (Ibid., p. 73-74).

Nesse sentido, mantinha a mesma linha de defesa que Bento Gonçalves da Silva utilizou em seu manifesto de 1835, no qual declara ser a revolta brasileira sem fins separatistas, somente tendo corrido com seus homens

[...] às armas depois de haver esgotado todos os meios, que a prudência e o amor à ordem [...] sugeria [...] para sustentar em sua pureza os princípios políticos [...] para livrar a província das mãos de um inepto administrador [...] (SILVA apud BRASIL, 1981, p. 195).

106

E nesse ponto está o maior argumento defendido por Assis Brasil, a Federação Brasileira, apresentada como resposta às acusações de separatismo:

Uma organização baseada nos elementos naturais, uma organização federativa, para dizer tudo, estabelecida no tempo oportuno, na qual os grandes órgãos deste extraordinário país exercessem livremente as suas funções próprias, cooperando livremente também para a vida do todo [...] (BRASIL, 1981, p.36-37).

Federação que para o autor era o espelho da liberdade, logo, sua defesa significava a defesa do direito de ser livre e independente, não só politicamente, mas também individualmente:

Não estava definida, mas estava patente em todos os espíritos a convicção de que o mal de que mais dolorosamente sofria a província era a falta da liberdade. Liberdade que quer dizer o poder de viver soberanamente por si naquilo que só a si diz respeito. Estava rasgada a senda da Federação (Ibid., p. 47).

Como argumento, a Federação viria permear toda a linha interpretativa que defende as causas e ideais da Farroupilha, e que, à época da publicação da obra, ainda encontrava partidários.

É convicção minha, fortalecida cada vez mais pelo estudo e pela

meditação, que as revoluções mais importantes que abalarão outrora o país, e cujo ideal ainda não foi satisfeito, tiveram como causa principal a necessidade do estabelecimento do sistema racional da federação, que também se pode chamar – sistema de liberdade, porque a liberdade é a ordem de acordo com as precisões da natureza. A revolução rio-grandense, que deu em resultado a república, é nesse sentido a mais característica (BRASIL, 1981, p. 7).

Fica claro para nós que em sua obra Assis Brasil faz a apoteose de um movimento republicano, que na década de 1880 já conhecia espaço considerável dentro da sociedade brasileira, sendo referência política cada vez mais forte nos salões esclarecidos, clubes militares, academias e universidades (ALONSO, 2002). Ao levantar e defender a bandeira da federação como o ideal supremo dos farrapos, Assis Brasil demarca o espaço dos homens do Sul como vanguarda do movimento republicano e constrói na Farroupilha o palco primeiro desse movimento nas terras brasileiras.

Outro fator importante é a preocupação com a escrita da História, que é visível na obra de Assis Brasil. O autor delega para si não só o direito de escrita daquela história, mas também seu dever, sendo fundamental a compreensão daqueles eventos, de forma que esclarecesse os fatos e sua índole: “Encontrei-me, por isso, com dobrado trabalho: além do de historiar os fatos, ainda o de tornar saliente a índole deles” (Ibid., p. 7). A nosso ver, o autor acreditava estar expressando a visão que o homem esclarecido do Sul tinha daquele evento e gravando, mais do que os acontecimentos do movimento Farroupilha, os valores daquela população, como pode ser visto na seguinte afirmativa:

107

Empreendo escrever a história da República Rio-Grandense, estado efêmero, erguido à extrema meridional do território brasileiro e cuja tumultuosa existência, constantemente hostilizada pelas armas do império, não conseguiu transpor o seu período de formação. Nunca a bravura, a constância e as virtudes cívicas, servidas por homens de minguada educação, deram de si mais surpreendente espetáculo do que nessa luta de cerca de dez anos, que ao espírito do historiador evoca a tradicional tenacidade dos povos antigos (BRASIL, 1981, p. 01).

Mas mais do que narrar os fatos e acontecimentos do movimento, Assis Brasil acredita ser seu o dever defender a província e demarcá-la como espaço crucial do surgimento de alguns ideais: “Tudo ali é favorável à civilização e ao progresso, ainda mesmo aquelas circunstâncias que à primeira vista representam um estorvo” (Ibid., p. 12). Ao propor a narrativa dos conflitos do movimento Farroupilha, o autor acreditava estar propondo a narração do momento principal daquela província e sua população, confundindo ambas no mesmo extrato revolucionário que defendera naquela luta, a seu ver, vanguardista, um ideal considerado, nas décadas finais do XIX, como superior, delimitando e esclarecendo o valor da região a partir do valor daquele evento-chave:

Esse foi o teatro, descrito tão resumidamente quanto possível, em que se empenhou longa e porfiada luta de que este livro será pálida e imperfeita narração. Quem nasceu e viveu nessa terra, em que a própria natureza tem um singular aspecto de máscula generosidade, não pode deixar de amá-la com amor fanático: já tornou-se proverbial a adoração do rio-grandense pelo seu torrão natal, o orgulho muitas vezes imprudente, porem sempre naturalíssimo [sic], com que ele a coloca acima de todas as províncias irmãs. Há terras assim, que exercem tal influência sobre os seus filhos – que os chegam a identificar consigo (BRASIL, 1981, p. 12).

Como podemos ver, narrar o conflito Farrapo é para Assis Brasil narrar o Rio Grande do Sul, seu povo e o amor que por ele possuíam, permitindo a construção de um ideal que perduraria nas gerações seguintes e que deveria delimitar um valor especial àquela sociedade frente às outras. Por esse motivo, a obra configura-se como cabeça do que viria a ser a chave de leitura interpretativa que, como dito anteriormente, enxerga no movimento Farroupilha um espaço valoroso, e que por vezes se identifica e reivindica seus ideais.

Ainda que as intenções de Assis Brasil se demarquem entre a necessidade de resposta dos homens do Sul à obra de Araripe e ao uso político em defesa dos ideais republicanos e federalistas, sua narrativa impõe uma necessidade de lembrança. E nesse sentido, a narrativa de Assis Brasil permite a comemoração dos fatos e acontecimentos daquele movimento permitindo a rememoração do mesmo e pondo-os em espaço privilegiado frente às transformações vivenciadas nas décadas finais do XIX²⁵.

Já a nota introdutória do livro anunciava essa necessidade ao apontar que o objetivo da obra era “comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul”:

O Club [sic] Vinte de Setembro, composto dos estudantes republicanos rio-grandenses da faculdade da São Paulo, mandou imprimir esta obra para comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul, no seu 47º aniversário, 20 de setembro de 1882 (BRASIL, 1981, p. 5).

Tal necessidade comemorativa comporta não só o movimento Farrapo, mas também a valoração da sociedade rio-grandense, no sentido de permitir a visualização de um dos eventos que, a partir dali, seria cristalizado e comemorado como fundador da tradição de “culto da liberdade” já concebida por Joseph Love (, 1975). Esta tradição será experimentada dentro do âmbito da cultura histórica, que por sua vez ajudará a conformar a cultura histórica tradicionalista do Rio Grande do Sul.

De um lado, na obra de Tristão de Alencar Araripe existe uma intenção,

25 Referimos-nos aqui ao desenvolvimento do movimento republicano, do abolicionismo, as transformações tecnológicas e ideológicas recém-chegadas ao Brasil, assim como as crises econômicas e políticas que levaram, em parte, à proclamação da República já no fim da década de 1880. Cf: MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007; ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

claramente política, de demarcar o sucesso do Império frente àquele que teria sido o maior ato de rebeldia civil vivenciado até então, mesmo em tempos de crise, e sucesso em manter-se firme e uno, tal qual o projeto Saquarema (MATTOS, 2004) havia anunciado e formalizado nos idos de 1850. De outro lado, na obra de Joaquim Francisco de Assis Brasil, podemos identificar uma intencionalidade de demarcar dentro da produção historiográfica e intelectual da época a visão regional para os fatos descritos, não permitindo que se fixasse somente a versão dada pelo centro de poder na Corte do Império. Uma visão marcada pelo valor positivo dado aos ideais políticos da Farrroupilha e ao Rio Grande do Sul na construção do quadro para a concepção de um passado, construção à qual a população e os letrados regionais não pretendiam se ausentar. Do mesmo modo como podemos identificar um forte referencial político republicano e federalista sendo claramente vinculado aos ideais Farrapos e por eles sendo apregoado.

Em busca de conclusão

Mais do que a produção e difusão das obras, a relação que uma sociedade estabelece com seu passado perpassa a apropriação que essa mesma sociedade faz dos modelos explicativos desenvolvidos pela historiografia. Apropriação que, por sua vez, caracteriza os diferentes usos e interpretações que uma sociedade faz de seu passado. Para Chartier “A apropriação [...] visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem.” (CHARTIER, 1989, p. 68).

109

A partir disso podemos identificar que a obra de Assis Brasil serviu como espaço para a difusão de estratégias de memória que serviram à fixação de uma determinada visão do passado, com usos políticos bem delimitados. Fernando Sánchez Marcos argumenta também que essa *visión del pasado* que as sociedades possuem é preconizada por uma cultura histórica que é “[...] um proceso dinámico de diálogo social” e que por ele

[...] se difunden, se negocian y se discuten interpretaciones del pasado. La cultura histórica de una sociedad abarca, por tanto, múltiples narrativas y distintos enfoques, que pugnan por imponerse socialmente (SÁNCHEZ MARCOS, 2001, p. 03).

Findo o movimento político, a narrativa da história dos Farrapos permite um constante estágio de (re)memoração dos eventos. A proximidade dá o toque final, tendo em vista que cinquenta anos não foram suficientes para apagar as lembranças de uma guerra tão devastadora. Do mesmo modo que a deflagração de um novo conflito (Guerra do Paraguai) sustentou, ainda mais, a presença dos fantasmas e a necessidade das honrarias que o passar dos anos fixaram por um forte processo de construção histórica.

Como dito, nas duas primeiras obras historiográficas sobre a Farrroupilha se evidenciam usos políticos para a história e a memória do movimento político-militar Farrroupilha, no entanto, a obra de Assis Brasil evidencia uma intenção política de condicionar sua narrativa à valoração dos ideais republicanos e federalistas, assim

como de buscar delimitar um espaço valoroso para o Rio Grande do Sul e sua população na luta por autonomia política que, nas décadas finais do XIX era vista como ponto fundamental ao movimento político-intelectual dos grupos à margem do poder (ALONSO, 2002). Para Assis Brasil, a construção da narrativa daquela experiência histórica deveria permitir a rememoração do primeiro momento daquela luta, vinculando-a, como herança valorosa à província sulina e à sua população, ponto que conformaria a cultura histórica rio-grandense até hoje.

A partir do choque ideológico e político visível entre as obras de Alencar Araripe e Assis Brasil, pudemos identificar a existência de duas linhas de trabalho conflitantes no que dizia respeito à narração dos eventos Farrapos em fins do século XIX (MELLO, 2007). Esse embate criado pelos autores em suas obras teria vida longa e não perderia força nem no vasto debate existente na década do centenário do movimento Farroupilha (1930). O embate pela fixação destas visões do passado e sua recepção caracterizam um determinado uso político dessas narrativas nos anos seguintes à publicação e difusão das obras. Uso esse que denotaria um determinado tipo de apropriação dos textos e das ideias expressas neles, e que, por sua vez, caracterizam as vertentes existentes e aceitas para a narrativa daquela experiência histórica.

No entanto, pudemos identificar na obra de Assis Brasil a existência de um seguimento político regional em busca de espaço, também dentro da produção historiográfica, para demarcar seu valor e o da sociedade rio-grandense do século XIX no cenário político e histórico nacional. Esse seguimento ganharia força ao longo da primeira metade do século XX, constantemente recorrendo à Farroupilha como experiência histórica valiosa daquela sociedade e herança direta para os movimentos civis e militares ocorridos em nível regional e nacional²⁶. Como recurso constante na historiografia e na literatura regional, a Farroupilha seria apropriada também pelo movimento tradicionalista a partir de 1947 – na celebração da Ronda Gaúcha, posteriormente Semana Farroupilha – e nunca mais sairia da cultura histórica do Rio Grande do Sul e da memória da população local, a quem não é permitido o direito de esquecê-la.

Assim sendo, investigar a produção historiográfica brasileira sobre a Farroupilha ao longo da segunda metade do século XIX e perceber sua recorrência no presente permite-nos compreender como ela participou da difusão e fixação da memória que a população do Rio Grande do Sul possui do evento. Da mesma forma como nos possibilita compreender um dos meios pelos quais o evento ganhou o valor que hoje tem na cultura histórica e política daquela população.

Da mesma forma, acreditamos que essa produção historiográfica, servindo de estratégia de propagação sobre a Farroupilha, permite-nos compreender como essa historiografia participou da difusão e fixação dessa memória honrosa que a

26 Lembramos aqui do movimento Federalista entre 1893-1895, em que o lenço vermelho seria adotado pelos federalistas maragatos como referência direta ao movimento Farroupilha, que se diziam claramente herdeiros do movimento farrapo. O mesmo dar-se-ia na revolução de 1922 e depois no “golpe” do Estado Novo em 1930, quando centenas de partidários políticos de Getúlio Vargas o acompanhariam ao Rio de Janeiro, montados à cavalo e trazendo consigo a bandeira Farroupilha.

população do Rio Grande do Sul possui do evento e que a leva a comemorar, em festa patriótica, uma guerra que perdeu. Em especial a obra de Assis Brasil que, por buscar demarcar o espaço dos homens do Sul na construção de um determinado ideal de liberdade, permitiu o estabelecimento de vínculos diretos entre a Farroupilha, o movimento republicano e o ideal federalista. Vínculo esse que possibilitará sua inserção como herança fundamental da cultura republicana desenvolvida no início do século XX e mais tarde na composição da cultura histórica tradicionalista do Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARARIPE, Tristão Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1881.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BRASIL, Assis. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882.

BROSSARD, Paulo. *J. F. de Assis Brasil*. Brasília: Senado federal, 1989.

FESTEJOS FARROUPILHAS. Apresenta o histórico e temática das comemorações dos festejos da Semana Farroupilha. Disponível em: www.semanafarroupilha.com.br/historico_semana.php (acesso em: 04/04/2008).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE. Joaquim Francisco de Assis Brasil. Volume 02. 1978. p. 560.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentistas no Brasil. "In": CARVALHO, José Murilo de (ORG). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUC/Rio, 2007.

LAMB, Nayara Emerick. *História dos farrapos: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista*. Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: 2012. 169 f.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACIEL, Maria Eunice. Memória, Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul. "In": BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)Sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

112

RÜSEN, J. (2009). *¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia?*. Cultura histórica. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, P. 03-26]. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf. (acesso em 25/06/2010).

SÁNCHEZ MARCOS, F. (2009). *Cultura Histórica*. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. (acesso em: 25/06/2010).

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG e Cia das Letras, 2007.

O Porfiriato e a Revolução de 1910 sob a ótica de Octavio Paz: História e Política em algumas produções do poeta e ensaísta mexicano.

Enviado em:
21/10/2012
Aprovado em:
05/11/2012

Fábio Eduardo de Araujo Baião

Graduando do curso de História da UFOP
baiao.fabio@gmail.com

Fernanda Bastos Barbosa

Mestranda do curso de História da UFOP
fernanda.ichs@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo do artigo é discutir a representação do Porfiriato e da Revolução Mexicana em algumas produções do poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz, bem como seu desencantamento com a política mexicana pós-revolucionária.

125

Palavras-Chave

Octavio Paz. Porfiriato. Revolução Mexicana.

Abstract

The aim of this article is to discuss the representation of the Porfiriato and the Mexican Revolution in some productions of Mexican poet and essayist Octavio Paz, as well his disenchantment with the post-revolutionary Mexican politics.

Keywords

Octavio Paz; Porfiriato; Mexican Revolution

Introdução

Octavio Paz Lozano nasceu na Cidade do México no ano de 1914 e faleceu em 1998 na mesma capital. Famoso escritor latino-americano, ele produziu sobre diversos gêneros, tendo muitos trabalhos no campo da ensaística e da poesia. Durante sua vida, passou por países como Estados Unidos, Espanha e Inglaterra e teve contato com vários intelectuais. Além disso, Paz também participou da esfera política mexicana, trabalhando na diplomacia e ocupando postos no Japão, na Índia e na Suíça. Ajudou a fundar e trabalhou em importantes periódicos, alguns deles foram *Taller* (1938-1941), *Plural* (1971-1976) e *Vuelta* (1976-1998).

Entre os anos de 1948 e 1949, Paz escreveu *O labirinto da solidão*, obra publicada em 1950 e reeditada no ano de 1959¹, na qual algumas partes foram modificadas pelo autor. O livro era originalmente composto por oito capítulos e um apêndice. Além desses, três capítulos foram escritos posteriormente (*Post Scriptum*), após o Massacre de 1968². Na primeira parte (do capítulo 01 ao 04), Paz discutiu a *mexicanidad*, procurando o “México profundo”, as características que compunham o “ser mexicano”.³ Como escreveu Enrique Krauze em *Os redentores* (2011):

Expressar um povo era “construir” esse povo: ‘porque nosso país está em pedaços ou pelo menos não inteiramente nascido’. O poeta literalmente tinha que construir o México. Devido a essa responsabilidade, a literatura mexicana, sempre avidamente curiosa sobre o que podia ser universal, precisa, em vez disso, olhar ‘para nós mesmos, não tanto para encontrar novidade ou originalidade, mas algo mais profundo: autenticidade’. Essa qualidade essencial de ser mexicano (*mexicanidad*), buscada depois por todos, não tinha uma natureza nacionalista ‘traíçoeira e preconcebida’. O que era ela então? Somente o poeta, feito da mesma substância que seu povo, podia encontrá-la. E como? Deixando o ‘mistério’ realizar seu trabalho, e

1 Sobre o assunto das duas edições de *O labirinto da solidão*, ver BRADING, David. A.. *Octavio Paz y la poética de la historia mexicana*. México: FCE, 2002, capítulo IV.

2 É como ficou conhecido o massacre perpetrado por forças de segurança pública na Praça de Tlatelolco, uma importante região histórica da Cidade do México. Os números de manifestantes mortos até hoje é motivo de incertezas. Uma escala repressiva do governo mexicano, em julho de 1968, desencadeou uma série de manifestações contra o sistema político centralizador adotado a partir da década de quarenta. As manifestações coincidiram com a proximidade da realização dos Jogos Olímpicos no país, gerando um desconforto por parte das autoridades nacionais. A situação se agravou e o então presidente do México, Gustavo Díaz Ordaz, tomou a decisão de “apaziguar” a situação abrindo fogo contra uma multidão desarmada no dia 2 de outubro daquele ano. Policiais à paisana e membros do exército, sob ordem direta do chefe do executivo, dispararam contra centenas de estudantes presentes nas manifestações de Tlatelolco – ou *Plaza de las Tres Culturas*.

3 O objetivo do artigo não é enfatizar uma discussão ou análise sobre a *mexicanidad* para Octavio Paz, bem como a discussão desenvolvida sobre o assunto na década de 1960. Para se aprofundar nessa questão, ver O’GORMAN, Edmundo, “La historiografía”, em *México: 50 años de Revolución*, v. IV; HURTADO, Guillermo. “Historia y Ontología en México: 50 Años de Revolución”. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, n. 39, enero-junio 2010, pp. 117-134.

sonhos: ‘quando sonhamos que estamos sonhando, estamos próximos de acordar’. A *mexicanidad* era uma substância invisível, localizada em algum lugar [...]. (KRAUZE, 2011, p. 205).

Para o poeta, os mexicanos viviam entre a solidão e a comunhão. Eram indivíduos herméticos, fechados em si mesmos. No capítulo dois, percebemos que a tese principal é a de que o mexicano apenas mostra uma máscara que tem o objetivo de esconder sua essência. Para o autor, o atributo maior do mexicano é a solidão. Como escreveu, “somos [os mexicanos], na verdade, diferentes. E, na verdade, estamos sós.” (PAZ, 1984, p. 22).⁴ “Velho ou adolescente, crioulo ou mestiço, general, operário ou bacharel, o mexicano surge como um ser que se fecha e se preserva: máscara, o rosto, e máscara, o sorriso.” (PAZ, 1984, p. 30).

Os capítulos subsequentes (do 05 ao 08) têm caráter histórico. Nessa parte, Paz escreveu sobre um período que vai desde a época da conquista e da colonização espanhola até a época contemporânea a ele. Entre os capítulos, o autor foi revelando os momentos de solidão e orfandade pelos quais passaram os mexicanos, bem como seus momentos de comunhão, de sentimento de filiação histórica e revelação do seu ser. Como afirmou:

A indubitável analogia que se observa entre certas de nossas atitudes e as dos grupos submetidos ao poder de um senhor, uma casta ou um estado estrangeiro, poderia resolver-se nesta afirmação: *o caráter dos mexicanos é um produto das circunstâncias sociais imperantes em nosso país; a história do México, que é a história dessas circunstâncias, contém a resposta a todas as perguntas. A situação do povo durante o período colonial seria assim a raiz de nossa atitude fechada e instável.* (PAZ, 1984, p. 67, grifo nosso).

127

Devido aos limites do trabalho, seria impossível e muito generalizante tratar de todas as épocas discutidas por Octavio Paz em seu livro, além de não ser o foco de nossa discussão. Após uma breve apresentação da biografia do escritor, das principais ideias contidas em *O labirinto da solidão*, é importante destacar que o objetivo do artigo é discutir a postura analítica de Paz referente ao governo de Porfirio Díaz (Porfiriato), como também acerca da Revolução Mexicana e, posteriormente, do desencantamento desse autor com a política de seu país após o Massacre de Tlatelolco em 1968 (época em que, como explicamos, o autor revisita seu livro e acrescenta um *Post Scriptum* falando sobre a atual situação política mexicana).

4 O capítulo três mostra os momentos em que há a possibilidade de os mexicanos se abrirem: a festa e a morte. Para o autor a festa dá a possibilidade de o mexicano extravasar, mas isso não quer dizer que ele se mostre (questão das máscaras). A festa representa um momento de abertura do mexicano, liberdade, mas essa liberdade só serve para reforçar o quanto ele é fechado; e quanto mais fechado, mais o mexicano pode explodir nesses momentos de comunhão. Como escreveu: “durante esses dias [de festa], o silêncio mexicano assobia, grita, canta, solta foguetes, descarrega a pistola no ar. Descarrega a alma.” (PAZ, 1984, p. 47).

A representação do Porfiriato na obra *O labirinto da solidão: um governo “fora do lugar”*

O Porfirismo, com efeito, é um período de inautenticidade histórica.

Octavio Paz

Octavio Paz, em sua obra *O labirinto da solidão*, foi um grande crítico do governo presidencial do oaxaqueño Porfirio Díaz. Díaz havia governado o país entre os anos de 1877 e 1911, depois renunciou ao cargo e se exilou na França, devido à eclosão do movimento revolucionário⁵. O poeta adotou uma postura “antiporfirista” em sua obra⁶. Como argumentou Krauze, o Porfiriato, para Paz, seria “uma máscara cobrindo a ausência de autenticidade [...]” (KRAUZE, 2011, p. 211). Segundo Paz (1984),

Entre o sistema e quem o adota abre-se assim um abismo, muito sutil se quisermos, mas que torna impossível qualquer relação autêntica com as idéias, que se transformam às vezes em máscaras. *O porfirismo, com efeito, é um período de inautenticidade histórica*. Santa-Ana muda alegremente de disfarces: é o autor que não acredita no que diz. *O porfirismo se esforça em acreditar, se esforça em fazer suas as idéias adotadas. Simula, em todos os sentidos da palavra*. (PAZ, 1984, p. 119, grifo nosso).

128

Como percebemos, a partir da citação acima, o governo de Don Porfirio teria encoberto o verdadeiro México, os mexicanos estavam em uma situação de “perda de filiação histórica” (PAZ, 1984, p. 121). O governo simulava, encobria, não deixava aparecer, ou melhor, mascarava o “México profundo”, era um momento de orfandade para os cidadãos do país.

Uma historiografia “porfirista”, marcada por obras como, por exemplo, a do general tapatío Bernardo Reyes (1850-1913) e do intelectual Justo Sierra (1848-1912), representou o Porfiriato - ainda durante seu governo presidencial - como uma época que gerou paz ao país frente a tantas guerras civis e intervenções estrangeiras. O Porfiriato elevou o México ao palco das nações civilizadas e trouxe

5 Entre os anos 1880 e 1884, o presidente do México foi Manuel González. Posteriormente, Porfirio Díaz novamente assumiu a primeira magistratura e, por meio de reeleições, governou o país até 1911.

6 Utilizamos a categoria “antiporfirista” baseados no livro *Porfirio Díaz: del héroe al dictador, una biografía política do historiador Paul Garner*. Neste trabalho, Garner explicou que a partir da Revolução Mexicana, mas não apenas após esse evento, o Porfiriato passou a receber grandes críticas, “el mismo don Porfirio era condenado por su corrupción, su autoritarismo y su traición a los intereses de la nación.” (GARNER, 2003, p. 15).

progresso e modernização com a construção de estradas de ferro e telégrafos⁷, a obra de Octavio Paz (e não apenas a dele) teceu forte crítica ao referido período histórico⁸.

Para o poeta, o Porfirismo não fez com que o México se modernizasse e progredisse, como muitos escritores chegaram a afirmar ainda durante o governo de Díaz. Mas, pelo contrário, ele era o herdeiro de um passado feudal, que iniciava sua vida como “país semicolonial”. Como escreveu David Brading em *Octavio Paz y la poética de la historia mexicana* (2002), “Paz exorcizó al régimen de Porfirio Díaz que dominó a México durante más de treinta años.” (BRADING, 2002, p. 58). Segundo trecho de *O labirinto da solidão*, para o escritor:

O “soldado do 2 de abril”⁹ transforma-se no “herói da paz”. Suprime a anarquia, mas sacrifica a liberdade. Reconcilia os mexicanos, mas restaura os privilégios. Organiza o país, mas prolonga um feudalismo anacrônico e ímpio, que nada suaviza (as Leis das Índias continham preceitos que protegiam os índios). Estimula o comércio, constrói estradas de ferro, limpa de dívidas a Fazenda Pública e cria as primeiras indústrias modernas, mas abre as portas ao capitalismo norte-americano. *Nestes anos, o México inicia sua vida de país semicolonial*. (PAZ, 1984, p. 117, grifo nosso).

O governo do presidente oaxaqueño foi marcado por grande concentração de terra nas mãos dos proprietários rurais. Para o escritor, o progresso e a modernização eram apenas máscaras, “roupagens” que encobriam essa volta ao passado. Os grandes beneficiados do Porfirismo foram, para ele, os latifundiários feudais. Paz

129

7 Em 1902, Bernardo Reyes escreveu *El general Porfirio Díaz*. Nesse livro o autor defendeu o grande governante Don Porfirio. Em várias passagens destacou as modernizações conquistadas pelo presidente, bem como que ele havia conseguido gerar estabilidade ao país. Justo Sierra, em um ensaio intitulado *La era actual*, contida na organização *México: su evolución social*, feita pelo mesmo entre 1900 e 1902, também destacou que o presidente gerou paz ao país, alcançou um progresso social e material no México. É importante destacar que, mesmo legitimando o Porfiriato em seus trabalhos, Sierra não deixou de criticar a permanência de Díaz no poder. Sobre as principais características de historiografia considerada “porfirista” ver: BARBOSA, Fernanda Bastos; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. *Pacificar a história: passado, presente e futuro nas formas de pensar a política mexicana na transição do século XIX ao XX*. Revista História da Historiografia, Ouro Preto, número 7, nov./dez. 2011, pp. 90-112; GARNER, Paul. *Porfirio Díaz: del héroe al dictador, una biografía política*. Cidade do México: Planeta, 2003; GÓMEZ GALVARRIATO, Aurora; TENORIO Trillo, Mauricio. *El Porfiriato: herramientas para la historia*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006; WOMACK, John. *Mexican Political Historiography*. Investigaciones contemporáneas sobre historia de México: memorias de la tercera reunión de historiadores mexicanos y norteamericanos, Oaxtepec, Morelos, 4-7 de noviembre de 1969. Austin: University of Texas Press, 1971, pp. 478-492.

8 É importante destacar que não queremos afirmar que Paz criticou a intelectualidade oitocentista, tanto que, por exemplo, o poeta citou Justo Sierra em algumas de suas obras. O objetivo do parágrafo é apenas traçar diferenças de argumentação para conseguirmos mapear modelos avaliativos sobre o Porfiriato.

9 Paz refere-se a Díaz como “o soldado do dois de abril” devido à vitória do general na Tomada de Puebla (1867) contra as forças francesas.

(1984) destacava: “Na verdade, o porfirismo é o herdeiro do feudalismo colonial: a propriedade da terra se concentra em poucas mãos e a classe dos proprietários de terras se fortalece.” (PAZ, 1984, p. 118). Como escreveu,

Apesar do que comumente se pensa, a ditadura de Porfirio Díaz é o regresso do passado. Na aparência, Díaz governa inspirado pelas idéias em voga: acredita no progresso, na ciência, nos milagres da indústria e do livre comércio. Suas idéias são as da burguesia europeia. É o mais ilustrado dos ditadores hispano-americanos e seu regime lembra, às vezes, os anos da “belle époque” na França. Os intelectuais descobrem Comte e Renan, Spencer e Darwin; os poetas imitam os parnasianos e simbolistas franceses; a aristocracia mexicana é uma classe urbana e civilizada. A outra face da moeda é muito diferente. Estes grandes senhores amantes do progresso e da ciência não são industriais nem homens de empresa: são proprietários de terras, enriquecidos pela compra de bens da Igreja ou pelos negócios públicos do regime. Em suas fazendas, os camponeses vivem vida de servo, não muito diferente da do período colonial. (PAZ, 1984, p. 118, grifo nosso).

Como percebemos a partir da citação acima, Díaz emergiu no livro como um ditador afrancesado que privilegiou a classe dos proprietários de terra de seu país, marginalizando a camada mais pobre. Para o escritor, as medidas adotadas pelo governo em nada contribuíram à classe desprivilegiada. Como escreveu Brading (2002), analisando a obra de Paz, “fue una época durante la cual el pobre vivió desheredado y en la que el pueblo de México perdió su ‘filiación histórica’.” (BRADING, 2002, p. 58).

Além disso, para o poeta mexicano, a classe latifundiária do país não correspondia à burguesia industrial europeia. Adotar ideias estrangeiras causava um abismo, uma incongruência com a realidade do país. Nesse sentido, conforme já destacamos, o governo simulava, as ideias europeias davam organicidade ao governo apenas em “aparência”. Tais motivos faziam com que aqueles anos fossem experimentados como um momento de “inautenticidade histórica” “[...] un país cuya élite gobernante estaba acosada por una falsa conciencia.” (BRADING, 2002, p. 58).

Como sintetizou Krauze (2011),

Com o advento da independência [independência do México], a ordem colonial foi dilacerada. A comunhão, diz Paz, não era mais sustentável e se dissolve na solidão. Depois, com o advento do liberalismo, “a mentira se instala em nossos povos quase constitucionalmente”. Anos mais tarde, a “tripla negação” da época da reforma liberal (com respeito aos mundos indígena, católico e espanhol) “estabelece o México”. Paz não negava a “grandeza” desse processo histórico, mas acrescentava, em palavras decisivamente julgadoras: “O que essa negação afirmava – os princípios do liberalismo europeu – eram belas idéias precisas,

estéreis e fundamentalmente vazias.”¹⁰ *A época de Don Porfirio seria meramente a extrema continuação dessa tendência, uma máscara cobrindo a ausência de autenticidade, uma pretensão convertida na segunda natureza automática da época.* (KRAUZE, 2011, p. 221, grifo nosso).

Se para Paz, Porfirio Díaz governava, em aparência, inspirado no “progresso, na ciência, nos milagres da indústria e do livre comércio”, o mesmo acontecia com o positivismo que, segundo o filósofo mexicano Leopoldo Zea (1942) em *El positivismo en México*, era a filosofia adotada pelo Estado durante o Porfiriato. Como afirmou o poeta mexicano, “o porfirismo adota a filosofia positivista, não a cria.” (PAZ, 1984, p. 119). Ou seja, para Paz, o positivismo europeu não correspondia à realidade do México, sendo diferentes os processos históricos dos dois lados do continente. Segundo ele,

A simulação porfirista era particularmente grave, pois ao abraçar o positivismo apropriava-se de um sistema que historicamente não lhe correspondia. A classe latifundiária não constituía o equivalente mexicano da burguesia europeia, nem sua tarefa tinha qualquer relação com a do seu modelo. As ideias de Spencer e Stuart Mill reclamavam como clima histórico o desenvolvimento da grande indústria, a democracia burguesa e o livre exercício da atividade intelectual. Baseada na grande propriedade agrícola, no caciquismo e na ausência de liberdades democráticas, a ditadura de Díaz não podia fazer suas essas ideias, sem negar-se a si mesmo e sem desfigurá-las. O positivismo se transforma assim numa superposição histórica bastante mais perigosa que todas as anteriores, porque estava fundamentado num equívoco. Entre os proprietários de terras e suas idéias políticas e filosóficas levantava-se um invisível muro de má fé. O dilaceramento do porfirismo procede deste equívoco. (PAZ, 1984, p. 120).

131

No trecho acima, ao adotar tal filosofia, o governo de Díaz negou-se a si mesmo – novamente a questão da inautenticidade histórica foi colocada. O positivismo no México seria como uma “ideia fora do lugar”, ou seja, ao ser adotado no país sua essência foi distorcida, gerando uma incoerência entre realidade e teoria.¹¹ Como afirmou, “mentira e inautenticidade são assim o fundo psicológico

10 Devido aos limites deste artigo, optamos por não discorrer sobre o período da Independência à República Restaurada discutido na obra de Octavio Paz. Para tanto, ver: PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e Post Scriptum*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

11 A título de exemplo, é importante destacar nesta discussão sobre “as ideias fora do lugar”, a tese do jurista Jesús Reyes Heróles em *El liberalismo mexicano* (1957-1961). Para o autor, ao discutir sobre o liberalismo em seu país, afirmou que, durante o Porfiriato, Díaz negou as concepções liberais, tornando-se assim um governo inautêntico. Anos mais tarde em *The transformation of liberalism in late nineteenth-century Mexico* (1989), Charles Hale afirmou que, durante a República Restaurada (1867-1876), o liberalismo se estabeleceu no México como “mito político unificador” (HALE, 1991, p. 15). Durante o Porfiriato foram agregadas ideias positivistas a ele, mas, para o autor, isso não fez com que o período fosse inautêntico ou de negação das ideias liberais, como havia afirmado Reyes Heróles.

do positivismo mexicano.” (PAZ, 1984, p.120).

Nesse sentido, após as discussões feitas até agora, para Octavio Paz, o Porfiriato foi um período em que os mexicanos perderam sua filiação histórica, não havia laços com o passado, os indivíduos estavam solitários. Se, para o autor, a história do mexicano “é a de um homem que aspira a comunhão”, no período histórico, aqui em destaque, ele se viu órfão, sem vínculo com o passado (PAZ, 1984, p. 121). Como afirmou, restava, na transição do século XIX ao século XX, asfixia e solidão. Assim, concluiu,

Vivíamos uma vida envenenada pela mentira e pela esterilidade. Cortados os laços com o passado, impossível o diálogo com os Estados Unidos – que só falavam conosco a linguagem da força ou a dos negócios –, inútil a relação com os povos de língua espanhola, enclausurados em formas mortas; estávamos reduzidos a uma imitação unilateral da França – que sempre nos ignorou. Que restava anos? Asfixia e solidão. (PAZ, 1984, p. 121).

A representação da Revolução de 1910 na obra “O labirinto da solidão”: paradoxos do protagonismo mexicano

A interpretação histórica da sociedade mexicana estabelecida por Octavio Paz postulou haver um Fio de Ariadne que guiou os indivíduos por meio do passado nacional, e, segundo o autor, foi um labirinto marcado pelo sentimento de solidão. Tal interpretação pode ser entendida, conforme mencionamos, como uma espécie de orfandade, ou seja, a carência de uma referência maior no que tangia à realidade do México. Logo, a lógica estabelecida por Paz, em sua análise do século XX, encontra raízes no século XVI. A vitória espanhola diante dos astecas foi, por muitas vezes, interpretada como um abandono por parte dos deuses. Do mesmo modo, a traição de *Malinche* – ao apoiar os conquistadores – desamparou ainda mais seus “filhos” que, a partir de então, passaram a viver entre máscaras e em uma constante solidão.

Podemos perceber que a narrativa de Octavio Paz ganhou novos contornos na virada do século XIX para o XX, principalmente após a Revolução Mexicana. Sem dúvidas, existe um nó no Fio de Ariadne estabelecido pelo autor, mais precisamente nos anos 1910/1911 – com a eclosão de vários movimentos revolucionários no país. Em *Os Redentores*, Enrique Krauze (2011) mostrou-nos a íntima relação entre o “Poeta e a Revolução”, apontando a relação familiar que ligava Paz ao processo revolucionário de 1910¹². Assim, de acordo com a leitura de Krauze, a Revolução Mexicana marcou de forma decisiva a vida de Octavio Paz, seja na infância, por meio da figura paterna, seja na vida pública, como escritor.

Conforme já dito, no capítulo cinco do livro *O Labirinto da Solidão*, o poeta mexicano refletiu de maneira particular acerca da Independência à Revolução. Focaremos, a partir de agora, nossas análises de forma a mapear e

12 Krauze estabelece a ligação entre Octávio Paz Solórzano (pai do poeta) com as tropas zapatistas do sul.

refletir sobre o significado dos desdobramentos políticos de 1910 para Octavio Paz, enfatizando a interpretação desse autor sobre tal significado. Já apontamos, em páginas anteriores, a visão específica de Paz acerca do Porfiriato, visto por ele como período de inautenticidade histórica. Foi nesse mosaico liberal contraditório que Paz instalou a Revolução Mexicana, tida como um movimento deficiente no que diz respeito aos precursores: um processo sem uma programação prévia elaborada. Nas palavras do poeta:

A ausência de precursores ideológicos e a escassez de vínculos com uma ideologia universal constituem traços característicos da Revolução Mexicana e raiz de muitos conflitos e confusões posteriores. (PAZ, 1984, p. 124).

Podemos perceber que a suposta falta de precursores ideológicos foi apontada por Paz como fonte de conflitos no futuro. Ou seja, já é possível vislumbrar o descontentamento do autor com os rumos tomados pela revolução em meados da década de 1950. Mesmo assim, o processo revolucionário não perdeu seu papel de destaque na análise de Octavio Paz. Para o poeta mexicano, o período revolucionário representou a descoberta e a entrada do país em seu próprio ser, um momento libertador de “[...] reatamento com o passado rompido pela Reforma e Ditadura; visceralidade dos fundamentos do Novo Estado que são retirados ‘das entranhas’; busca de si mesmo; e, finalmente, retorno à mãe” (AGUIAR, 2002, p. 03).

A falta de pressupostos ideológicos questionada por Paz em sua análise não foi suficiente para tirar o caráter “redentor” do processo revolucionário de 1910, momento de (re)encontro com elementos de um passado que repousariam em uma suposta “idade de ouro”. A narrativa linear do labirinto repleto de solidão prossegue, mas o nó no fio condutor chamado Revolução Mexicana rompe um pouco com a dimensão sequencial proposta pelo autor. Octavio Paz (1984) afirma que os camponeses fizeram a revolução não somente para obter melhores condições de vida, mas também para recuperar as terras arrebatadas desde o período colonial. O processo revolucionário seria, então, o momento reconciliador com o passado, a oportunidade de – realmente – se tornarem uma nova sociedade¹³. Como assinalou Brading (2002), “nacido de la desesperación y privado de consuelo, este movimiento trató de restaurar una comunión perdida mucho tiempo atrás.” (BRADING, 2002, p. 62). O poeta destacou esse período como o momento por excelência do protagonismo do povo mexicano, instante em que o México “se atreve a ser”.

A Revolução mal tem ideias. É um estouro de realidade: uma revolta e uma comunhão, um remexer de velhas substâncias adormecidas, um vir à tona de muitas ferocidades, muitas ternuras e muitas delicadezas ocultas pelo medo de ser. E com quem comunga o México nesta festa sangrenta? Consigo mesmo, e com seu próprio ser. O México se atreve

13 Cabe destacar que, segundo Octavio Paz, a independência não levou o México a uma república liberal, mas sim a uma sociedade agrária dominada por grupos latifundiários.

a ser. A explosão revolucionária é uma festa portentosa em que o mexicano, bêbado de si mesmo, conhece o fim, no abraço mortal, com outro mexicano. (PAZ, 1984, p. 134).

O trecho acima exprime de forma particular a abordagem que o poeta faz do processo revolucionário em seu país; a ausência de ideias – ou de pressupostos ideológicos – foi suprimida pelo estouro de realidade, expressa pelo descontentamento com o Porfiriato. A solidão, o instinto e a ira reprimidos durante o governo de Díaz, ou escondidos embaixo da máscara desenhada pelo autor, vêm à tona de forma abrupta. O sentimento adormecido – misto de ferocidade e ternura – emerge, ignora o medo de ser e coloca o mexicano como protagonista.

O autor questiona com quem a revolução – tida por ele como festa sangrenta – é dividida, já que, conforme vimos, a aproximação com a Espanha e o estreitamento com os Estados Unidos eram inviáveis. A indagação vem acompanhada de uma resposta que ressalta o caráter de “ousar a ser” perpetrado pelo mexicano, momento de (re)encontro e comunhão com si próprio. O processo revolucionário é um fato extraordinário, maravilhoso, no qual os protagonistas entorpecidos fenecem coletivamente – asfixia e solidão. A Revolução Mexicana transformou-se em uma contínua dualidade na visão de Octavio Paz, ela é fúria e delicadeza, festa e sangue, portentosa e explosiva; tudo ao mesmo tempo.

134

É a selvagem mãe dos desejos que intimida o recém libertado e ameaça devorá-lo. É esta a grande solidão de que fala Octavio Paz. Mas a Revolução surge como um anelo com esta mãe, como uma re-ligação, como uma festa, um excesso, um gasto, um chegar aos extremos, um estouro de alegria e desamparo, um grito de júbilo, de suicídio e de vida, tudo misturado. (AGUIAR, 2002, p. 4).

Os paradoxos do evento fundador da política contemporânea do México, expressos na narrativa de Paz, mostram a dimensão de descontentamento com os rumos tomados pela Revolução Mexicana em meados do século XX – momento em que o livro *O Labirinto da Solidão* foi escrito. Logo, o desapontamento com a política pós-revolucionária possui raízes anteriores ao Massacre de 68. Conforme frisamos, esse pessimismo em relação aos fatos envolvendo o movimento de 1910 caracteriza-se, principalmente, pela falta de coesão em torno de um elemento comum – apontado pelo autor como ausência de um pressuposto ideológico universal. Desse modo, o processo revolucionário, “carente de ideias”, não propiciou transformações profundas nas estruturas de poder mexicanas, acarretando, conforme afirma o poeta, consequências diretas no presente. Abordaremos a seguir duas dimensões que envolveram o desencantamento de Octavio Paz com a Revolução em seu país, partindo, primeiramente, de uma reflexão das críticas anteriores a 1968 para, em seguida, analisarmos a visão do autor acerca da situação pós-Massacre de Tlatelolco.

“A fala através do silêncio”: críticas de Octavio Paz em relação aos rumores da revolução

Meu avô, enquanto tomava sua xícara de café,
me falava sobre Juárez e Porfirio, os zuavos
e os prateados. E a toalha da mesa cheirava a
pólvora. Meu pai, enquanto tomava sua taça
de vinho, me falava sobre Zapata e Villa,
Soto y Gama, e os Flores Magón. E a toalha
de mesa cheirava a pólvora. Eu me mantinha
em silêncio. Sobre quem eu poderia falar?

Octavio Paz
Canção Mexicana

Sobre “quem falar” indaga o autor no trecho acima; diante dos grandes nomes do passado, pouco restou à figura desolada que permanece em silêncio. Este “não falar” guarda consigo uma dimensão de desencantamento. Não há figuras nem fatos expressivos passíveis de serem mobilizados para completar a lógica familiar que a canção nos apresenta. A carência de referências traz um vazio que impõem o silêncio como forma de expressão. Diante da genealogia traçada por Krauze a respeito da vida de Octavio Paz, podemos inferir que a Canção Mexicana acima possuiu significados que fazem sentido dentro da lógica proposta pelo autor de *Os Redentores*.

Enrique Krauze afirma haver tido uma relação muito próxima entre a família Paz com alguns aspectos históricos do México, principalmente no que se refere à segunda metade do século XIX, bem como o processo revolucionário do início do século XX. O engajamento de Irineo Paz e Octavio Paz Solórzano, respectivamente, avô e pai do poeta, fizeram – na interpretação proposta por Krauze – que o escritor mexicano tivesse contato desde muito cedo com diversas questões políticas nacionais. Logo, nomes como Benito Juárez, Porfirio Díaz, Emiliano Zapata, entre outros, não eram novidades para o jovem escritor. As lutas de seus antepassados tiveram protagonistas claros, difundidos, em grande parte, no imaginário coletivo social do México.

Podemos perceber que cada geração da família Paz possuiu seus referenciais, figuras que foram elevadas a símbolos que, por sua vez, passaram a sintetizar valores ao longo de todo o século XX. Essa lógica geracional – que também pode ser entendida como uma tradição familiar de lutas e vitórias – foi quebrada, não deixando referenciais para as gerações futuras, no caso: Octavio Paz. Essa ausência de norte – o desvencilhamento com a sequência engajada dos progenitores – foi expressa sobre a forma do silêncio que, por sua vez, é acompanhado da indagação: “sobre quem eu poderia falar?” A dúvida torna-se também uma afirmação, não há sobre quem falar; o cheiro de pólvora cessou, um novo governo surgiu; fecharam-se as possibilidades de grandes nomes, no lugar deles nasce o desencantamento.

Mesmo antes de Tlatelolco, a desilusão com os rumos revolucionários do México já era representada pelo poeta que buscou, na falta de pressupostos ideológicos mais amplos, o sentido para os problemas vividos pelo seu país

em meados da década de 1950¹⁴. O protagonismo individual do mexicano que “ousou a ser” deu lugar ao coletivismo de muitas faces do Partido Revolucionário Institucional (PRI)¹⁵. Como um ímã, o PRI trouxe para sua órbita grande parte da memória nacional, principalmente a revolucionária, colocando-se como gestor da história mexicana. Logo, no melhor estilo de George Orwell¹⁶, o Partido *de la Revolución* detinha o poder político do país, além de salvaguardar os símbolos do passado.

Se a história narrada pela canção mexicana ocorresse anos depois na mesa da família Paz, talvez o poeta rompesse o silêncio. Talvez ele, desencantado com a tradição de lutas e vitórias, diria ao avô e ao pai sobre a figura do seu tempo: *El ogro filantrópico*, criatura criada por Octavio Paz para representar o PRI; dualidade de um sistema político que nos remete aos paradoxos expostos pelo autor em relação à Revolução Mexicana. Esse “Ogro” guarda consigo um caráter bondoso, do mesmo modo em que não abandona seus instintos ferozes. Voltemos à mesma dualidade expressa no movimento de 1910. Assim como a Revolução, “o Ogro Filantrópico” é fúria e delicadeza, festa e sangue, tudo ao mesmo tempo. O cheiro de pólvora na mesa mexicana, aparentemente substituído pelo aroma da democracia revolucionária, ganhou novos contornos a partir de 1968.

O “Massacre de Tlatelolco” e o desencantamento de Paz frente à política do PRI

136

O ano de 1968 foi marcado por movimentos estudantis em várias partes do mundo. Como escreveu o próprio Paz em seu *Post Scriptum*, “foi um ano axial: protestos, tumultos e motins em Praga, Chicago, Paris, Tóquio, Belgrado, Roma, México, Santiago...” (PAZ, 1984, p. 200). Os movimentos em cada país possuíram demandas específicas por parte de estudantes (bem como de trabalhadores), mas esse episódio ficou conhecido por sua magnitude. O caso francês é um dos mais estudados pela comunidade acadêmica.¹⁷

No México, o movimento iniciou-se em julho do mesmo ano, tendo o governo federal reprimido a manifestação. Tal repressão por parte do Estado fez com que o episódio adquirisse repercussão nacional. Como descreveu Enrique Krauze,

14 Cabe ressaltar que esse desencantamento por parte do poeta em relação à Revolução Mexicana foi algo gradativo. Ver: KRAUZE, Enrique. *Os Redentores: Ideia e Poder na América Latina*. Editora Benvirá, 2011.

15 Não é o foco deste trabalho discutir a criação do PNR (Partido Nacional Revolucionário) em 1929, e suas transformações até chegar a ser conhecido como PRI (Partido Revolucionário Institucional) em 1946. Sobre o assunto, ver: GARRIDO, Luis Javier. *El Partido de la Revolución Institucionalizada*. México D.F.: Siglo XXI, 1987.

16 Autor do livro *1984*. Tinha como máxima a seguinte frase: “Quem controla o passado controla o futuro.”

17 Sobre o assunto ver KURLANSKY, Mark. *1968- O ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

O exército, em um ato estúpido de agressão exagerada, usou uma bazuca para destruir a porta da Escola Nacional Preparatória. Alguns estudantes do segundo grau foram feridos, e as autoridades da Universidade Nacional Autônoma (à qual a Preparatória estava formalmente ligada), precisamente em defesa de sua autonomia, lideraram a primeira de várias passeatas em que milhares de pessoas (pela primeira vez em décadas) participaram das demonstrações de rua contra o governo, que viam como estagnado, corrupto, demagógico e autoritário. Certamente o sistema político mexicano não tinha campos de concentração. Nem propagava a ideologia de um Estado Supremo pronto para entrar em todas as áreas de experiência. Mas exercia um poder quase absoluto baseado na convergência de um partido (o PRI funcionava como uma agência centralizada para o emprego, a corrupção e as gratificações, enquanto no âmbito nacional sempre triunfava nas eleições regularmente mantidas, totalmente manipuladas) e um presidente monárquico, escolhido a cada seis anos pelo presidente que saía e pelos idosos do partido e favorecido por amplos poderes sobre o tesouro, os recursos nacionais, as empresas estatais, o exército, o Congresso, os tribunais, os governadores, os prefeitos e os principais meios de comunicação. Seu único limite era temporal – um presidente não podia servir mais que um mandato. (KRAUZE, 2011, p. 247).

Ainda nessa atmosfera conflituosa, como dito no início do trabalho, em 02 outubro de 1968, universitários manifestavam na conhecida *Praza de Tlatelolco*. A demanda, segundo Paz, era por reformas democráticas, bem como uma crítica à burocracia do PRI e do imperialismo norte-americano. A atitude do governo foi novamente de repressão, matando centenas de estudantes no local. Como escreveu o poeta, foi uma “[...] *ferocidade* (não há outra palavra) da repressão mexicana.” (PAZ, 1984, p. 209, grifo nosso).

Após o massacre, a ideia do humanismo mexicano sofreu grande impacto e os intelectuais passaram a repensar uma série de questões. Octavio Paz – na época, embaixador do país – renunciou ao cargo “em resposta direta ao pior e mais sanguinário crime de Díaz Ordaz” (KRAUZE, 2011, p. 251). Ao abandonar o cargo que possuía, o escritor foi para a Inglaterra e, posteriormente, para os Estados Unidos. Em 1969 escreveu e, em 1970, publicou o *Post Scriptum (Posdata)*, que viria a ser a continuação de *O labirinto da solidão*. Essa parte é composta por três capítulos: “Olimpíada e Tlatelolco”, “O desenvolvimento e outras miragens” e “Crítica da pirâmide”. Analisando de uma forma geral, percebemos o desencantamento e uma crítica aberta de Paz ao governo personalista do Partido Revolucionário Institucional. Para David Brading (2002),

Al volverse a la historia reciente, Paz confesó que, pasado el momento anárquico de la Revolución, *México había sido gobernado por una serie de presidentes todopoderosos, electos regularmente por el régimen de un solo partido, siempre en el poder, que ahora llevaba el nombre grotesco de Partido Revolucionario Institucional (PRI)*. (BRADING, 2002, p. 79, grifo nosso).

Como escreveu o poeta no capítulo um do *Posdata*,

Diferentemente dos estudantes franceses em maio desse mesmo ano, os mexicanos não propunham uma mudança violenta e revolucionária da sociedade, nem seu programa tinha o radicalismo dos de muitos grupos de jovens alemães e norte-americanos. Também não surgiu a tonalidade orgiástica e para-religiosa dos “hippies”. O movimento foi reformista e democrático, apesar de alguns de seus dirigentes pertencerem à extrema esquerda. Uma manobra tática? Parece-nos mais sensato atribuir esta ponderação à natureza das circunstâncias e ao peso da realidade objetiva: nem a ténpera do povo mexicano é revolucionária nem o são as condições históricas do país. Ninguém quer uma revolução, mas sim uma reforma: acabar com o regime de exceção iniciado pelo Partido Nacional Revolucionário há quarenta anos. [...]. Todas estas petições se resumiam em uma palavra que foi o eixo do movimento e o segredo do seu poder instantâneo de sedução sobre a consciência popular: *democratização*. Uma vez ou outra os rapazes pediram “o diálogo público entre o governo e os estudantes”, prelúdio do diálogo entre o povo e as autoridades. Esta demanda à que fizéramos um grupo de escritores em 1958, diante de distúrbios semelhantes, embora de menor amplitude – distúrbios que anunciavam, conforme então advertimos o governo, os que se produziriam dez anos depois. (PAZ, 1984, p. 206-207, grifo no original).

138

Percebemos, a partir da citação acima, que o país, para o escritor, necessitava ser democratizado, ou seja, é necessário que haja uma maior interlocução do PRI com a sociedade, a intelectualidade etc. Além disso, o partido estava, por meio de reeleições, a quarenta anos ininterruptos no poder. A população mexicana não possuía um espírito revolucionário que necessitasse ser reprimida da forma como o governo agiu em 68, os estudantes apenas possuíam demandas que deveriam ser negociadas com o partido único. O PRI – antigo PNR – principiou um regime de exceção no país, que mostrava como o governo era autoritário. O que existia no México era uma “violência governamental”¹⁸.

18 “Há quarenta anos já, e principalmente nas duas últimas décadas, a economia do país fez tais progressos que os economistas e sociólogos citam o caso do México como um exemplo para os outros países subdesenvolvidos. Com efeito, as estatísticas são impressionantes, sobretudo se levarmos em conta o estado em que se encontrava a nação em 1910 e as destruições materiais e humanas que sofreu durante cerca de vinte anos de guerras civis. Como uma espécie de reconhecimento internacional da sua transformação num país moderno ou semimoderno, o México solicitou e obteve que sua capital fosse a sede dos Jogos Olímpicos em 1968. Os organizadores não só se saíram muito bem na prova, como também até acrescentaram ao programa desportivo uma nota original, tendente a ressaltar o caráter pacífico e não competitivo da olimpíada mexicana: exposições de arte universal, concertos, representações teatrais e de dança, por companhias de todos os países, um concerto internacional de poetas e outros atos da mesma índole. *Mas, dentro do contexto da rebelião juvenil e da repressão que a seguiu, estas celebrações parecem gestos espetaculares com os quais se queria esconder a realidade de um país comovido e aterrado pela violência governamental. Assim, no momento em que o governo obtinha o reconhecimento internacional de quarenta anos de estabilidade política e de progresso econômico, uma mancha de sangue dissipava o otimismo oficial e provocava em todos os espíritos uma dívida sobre o sentido deste progresso.*” (PAZ, 1984, p. 205-206, grifo nosso).

Assim sendo, percebemos ao longo do artigo, analisando a obra *O labirinto da solidão* e *Post Scriptum*, que o poeta e ensaísta Octavio Paz desencantou-se com os rumos do governo mexicano, principalmente a partir da criação e continuação do poder (mesmo que por meio de reeleições) do PNR e, posteriormente, PRI¹⁹. O Massacre de Tlatelolco marcou a escrita e a reflexão política do autor, bem como de outros intelectuais do período. Como explicou a historiadora Priscila Dorella (2012),

À parte as resistências à inserção do poeta na Televisa, as suas manifestações públicas contra os regimes autoritários de esquerda e a favor da democracia política e cultural foram manifestações influentes. Para Sánchez Susarrey, colaborador da revista *Vuelta*, as críticas de Paz ao PRI, na mídia, foram observações fundamentais para as reformas políticas democráticas do Estado burocrático mexicano. (DORELLA, 2012, p. 247).

Por fim, não podemos deixar de reiterar, como discutido no tópico acima, que a crítica ao governo mexicano já vinha sendo realizada por Paz antes mesmo do ocorrido em 1968. Como ele escreveu em citação mencionada anteriormente, já no ano de 1958, escritores pediam um diálogo com as autoridades. Paz também afirmou no *Post Scriptum*, “agora sabemos que o reino do progresso não é deste mundo: o paraíso que nos promete está no futuro, num futuro intocável, inatingível, perpétuo.” (PAZ, 1984, p. 202). E concluiu,

As experiências da Rússia e do México são conclusivas: sem democracia, o desenvolvimento econômico carece de sentido, embora este tenha sido gigantesco no primeiro país e muitíssimo mais modesto, mas proporcionalmente não menos apreciável, no segundo. *Toda ditadura, seja de um homem ou de um partido, desemboca nas duas formas prediletas de esquizofrenia: o monólogo e o mausoléu. A cidade do México e Moscou estão cheias de gente amordaçada e de monumentos à Revolução.* (PAZ, 1984, p. 204-205, grifo nosso).

139

Referências Bibliográficas

AGUIAR, M. A. *Um diálogo com O labirinto da solidão e Post-Scriptum de Octavio Paz*. An. 2. Congr. Bras. Hispanistas Out. 2002.

BARBOSA, F.; FERNANDES, L. E. de O. “Pacificar a história: passado, presente e futuro nas formas de pensar a política mexicana na transição do século XIX ao

19 Entretanto, é de extrema importância destacar que, fazendo uma análise da produção intelectual de Octavio Paz sobre a política mexicana, as críticas do poeta foram muitas vezes controversas, gerando debates e pontos de conflito com outros intelectuais do país. A interpretação aqui apresentada não pretende ser consensual, existindo várias nuances e pontos de vista sobre o assunto.

XX”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, número 7, p. 90-112, nov./dez. 2011.

BRADING, D. A. *Octavio Paz y la poética de la historia mexicana*. México: FCE, 2002.

DORELLA, P. “Octavio Paz e a Televisa”. In: FERNANDES, L. E. O. (Org.). *História da América: historiografia e interpretações*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012, p. 242-250. [No prelo].

GARNER, P. *Porfirio Díaz: del héroe al dictador, una biografía política*. Cidade do México: Planeta, 2003.

GÓMEZ GALVARRIATO, A.; TENORIO Trillo, M. *El Porfiriato: herramientas para la historia*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

HALE, C. *La transformación del liberalismo en México a fines del siglo XIX*. Cidade do México: Vuelta, 1991.

HURTADO, Guillermo. “Historia y Ontología en México: 50 Años de Revolución”. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*, n. 39, enero-junio 2010, pp. 117-134

140

KRAUZE, E. *Os Redentores: Ideia e Poder na América Latina*. Editora Benvirá, 2011.

KURLANSKY, M. *1968 - O ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

O’GORMAN, Edmundo, “La historiografía”, en *México: 50 años de Revolución*, v. IV

ORWELL, G. *1984*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

PAZ, O. *O labirinto da solidão e Post Scriptum*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

_____. *El ogro filantrópico*. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1983.

REYES, B. *El General Porfirio Díaz*. Cidade do México: Editora Nacional, 1960.

REYES Heróles, J. *El Liberalismo mexicano*. 3 vols. Cidade do México: UNAM, 1957-1961.

SIERRA, J. *Evolución Política del Pueblo Mexicano*. México: La Casa de España en México, 1940.

WOMACK, John. “Mexican Political Historiography”. *Investigaciones*

contemporáneas sobre historia de México: memorias de la tercera reunión de historiadores mexicanos y norteamericanos, Oaxtepec, Morelos, 4-7 de noviembre de 1969. Austin: University of Texas Press, 1971, pp. 478-492.

ZEA, Leopoldo. *El positivismo en México: nacimiento, apogeo y decadência*. México: FCE, 1993.

A maternidade: um desejo ou um propósito? Reflexões a partir do papel maternal das mulheres durante o período colonial.

Enviado em:
17/10/2012

Aprovado em:
27/11/2012

Denize Terezinha Leal Freitas¹

Doutoranda (UNISINOS/UFRGS)
denizehistoria@gmail.com

Resumo

O presente trabalho objetiva problematizar a maternidade a partir do papel maternal das mulheres durante o período colonial. Tendo como pano de fundo alguns registros paroquiais de batismo da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1822), pretendemos abordar a maternidade não como algo inato à vida de todas as mulheres, mas sim como um objeto de construção histórico, político e social, destacando as consequências do ato de tornar-se mãe, ora como um momento de plenitude e êxito na etapa da vida de muitas mulheres, ora como resultado inesperado e um reduto indelével de sofrimento e estigmatização na vida feminina. O aporte teórico-metodológico utiliza-se dos estudos de Demografia Histórica, História Social e da Família, tendo como destaque autores como Badinter (1985), Souza (1986), Teixeira (2004), Machado (2008), Del Priore (2009), entre outros. De modo geral, compreendemos a maternidade como algo inato, resultado de uma construção temporal e subjetiva, na qual estavam em jogo as vidas das mães e suas proles.

113

Palavras-chave

Maternidade. Mulheres. Porto Alegre.

Abstract

This paper aims to discuss motherhood from the maternal role of women during the colonial period. Having the backdrop of some parish registers of baptism Madre de Deus de Porto Alegre (1822) does not intend to discuss motherhood as something innate life of all women, but as an object of historical construction, political and social. Highlighting the consequences of the act of becoming a mother or as a moment of fulfillment and success in the stage of life of many women, sometimes as a result of unexpected and indelible a stronghold of suffering and stigmatization

1 Doutoranda - Bolsista Capes - PPG-História/UNISINOS. Mestre em História – UNISINOS. Cursando Especialização: O ensino da geografia e da história - saberes e fazeres na contemporaneidade (UFRGS). Co-editora e Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais (ISSN: 2175-3423) - Qualis Capes B1.

in female life. The theoretical and methodological studies of the uses of Historical Demography, Social History and Family. Having highlighted how authors like Badinter (1985), Souza (1986), Teixeira (2004), Machado (2008), Del Priore (2009) among others. In general, understand motherhood as something innate, a result of construction time and subjective, which were at stake the lives of mothers and their offspring.

Keywords

Maternity. Women. Porto Alegre.

Tal como o casamento pode ser compreendido como um importante divisor de águas na vida de uma mulher, o correspondente também é válido para a maternidade. Contudo, nem todas as mulheres vivenciam essas etapas de vida da mesma forma, outras, nem sequer optaram ou obtiveram a oportunidade de experimentá-las. Dessa forma, objetivamos apresentar algumas reflexões acerca das múltiplas experiências de maternidade, tendo como fio condutor as condições sociais, culturais, econômicas e políticas que possam ter contribuído para as diversas construções das maternidades em Porto Alegre do final do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX.

114

Quando falamos de maternidade não podemos nos esquecer de fazer referência ao tipo de papel desempenhado pela mulher durante esse período. Nesse quadro de expansão colonizadora do império lusitano, ela era vista como a provedora de fiéis e súditos da Coroa em prol do povoamento das terras devolutas. Entretanto, as funções delegadas ao mundo feminino normalmente davam-se no sentido oposto à sua protagonização na hora de optar pela maternidade e/ou pelo casamento.

Além disso, devemos considerar o estudo da maternidade sobre três aspectos diferentes: a mulher, os filhos e o pai/marido. De acordo com Banditer (1985, p. 25) a mãe deve ser percebida como “uma personagem relativa e tridimensional”, porque essa só se concebe a partir dessa tríade, ou seja, a relação da mãe com o pai; da mãe com o filho; e da mãe como mulher. Portanto, é indispensável compreendermos que a maternidade é um papel que, entre vários exercidos ao longo da vida, configura a vida da mulher.

Dessa forma, intencionamos definir a maternidade não como algo inato à vida de todas as mulheres, mas sim como um objeto de construção histórica, política e social. É interessante notar que Mari Del Priore (2009) percebeu o quanto a maternidade irregular atuou como uma espécie de catalisadora da moralização e do controle do corpo feminino. Os diversos casos de gravidez advindos de promessas de casamentos frustradas - pelo abandono do noivo, de sedução ou estupros - contribuíram para regular a conduta das mulheres.

Não é por acaso que do ponto de vista oficial, o casamento tornar-se-á o reduto da sagrada família. Nesse sentido, Del Priore (2009, p. 61) chama a atenção para a articulação do discurso da Igreja, o qual se utiliza dos “contratempos causados

individualmente às mulheres engravidadas e, por extensão, às suas famílias” para exaltar a importância do bem casar. Na maioria das vezes, os “dissabores, a humilhação provocada pela partida do companheiro, as angústias da gestação, terminavam por constituir uma brecha através da qual a Igreja podia vender a ideia das vantagens do casamento”.

Sendo assim, podemos compreender que o campo da maternidade nem sempre foi o berço de reduto da plenitude e realização feminina, quiçá de sua vontade. Mesmo diante do pressuposto de que o casamento tinha por finalidade a reprodução, e de que esse era o dever e a finalidade da “boa esposa”, isso não significa que a concretização da concepção seja sinônimo de satisfação feminina. A ausência de controle e manifestação de autonomia sobre a escolha de quando, como e de quantos filhos desejava, pode ter contribuído para que muitos nascimentos legítimos tivessem como consequência mulheres decepcionadas ou lamentavelmente conformadas com a vida que dispuseram-se a levar durante os enlances do matrimônio.

Venâncio (2011) critica veementemente a prática de “premiação” àquelas famílias que criavam os enjeitados. Isto é, ao invés de refrear essa prática, há um estímulo para a mesma. De certo modo, essa situação expunha a fragilidade da voz social da mulher nesse tecido social, ou seja, mascaram-se situações que estão diretamente ligadas ao papel feminino nessa sociedade. Para Del Priore (2009, p. 69), as causas dessas situações de abandono, infanticídio, estupro e filhos ilegítimos em geral “não encontravam eco diante do tribunal eclesiástico, elas [as mães] tocavam suas vidas”.

115

Se para algumas mulheres as condições maternais eram reduto de sofrimentos, fossem eles de ordem física ou psicológica, para outras a gravidez indesejada, sobretudo a concretizada fora do casamento, gerava resultados lamentáveis: o abandono do companheiro, a hostilidade familiar e social, bem como as precárias condições econômicas de sustento, geravam condições essencialmente favoráveis às práticas como o infanticídio, o aborto ou o parto presumido. As responsabilidades de ordem social e individual dessas mães solteiras perante seus filhos ilegítimos podem ter sido o fator determinante para que muitas se utilizassem desses recursos a fim de dar cabo a uma situação insustentável, seja do ponto de vista moral ou econômico.

A perda sumária da honestidade e da proteção presumida do matrimônio levava à sumária rejeição dos filhos. A consequência da disposição autônoma da vida sexual foram os pilares para que muitas crianças tivessem suas vidas ceifadas. Não obstante, o discurso moralizante do casamento ganhava força, visto que as alianças sacramentadas pela Igreja eram um mecanismo de controle da prole e do comportamento sexual da vida conjugal.

A estigmatização gerada pelos filhos naturais é tão contundente nesse período que se faz presente nos próprios registros paroquiais de batismo da época. Na Madre de Deus de Porto Alegre encontramos alguns casos de “filhos naturais” que são registrados tendo a “mãe incógnita”, mesmo que na sequência fossem denominados os avós maternos, ou até mesmo casos em que há o nome da mãe, porém apenas o nome dos avós paternos. Tal comportamento seria o resultado de “gestos de força e constrangimento por parte dos familiares e da vizinhança” (DEL

PRIORE, 2009, p. 68). Conforme o batismo abaixo:

Aos vinte seis dias de Agosto de mil oitocentos e vinte annos nesta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deos baptizou solemmnemente o Reverendo Coadjutor Ignacio Soares Viana e poz os Santos Oleos a Maria nascida aos dezessete do ditto mez filha natural de João Ventura e de **Mai incognita**: neta paterna de Manoel da Silva e de Anna Maria, naturaes da Europa. E no aco do baptismo declarou o ditto João Ventura ser o proprio pai da baptizada e que a reconhecia por sua filha. Forão padrinhos Guilherme Florencio e Nossa Senhora. E para constar mandei fazer este assento, que comigo assignou e pai da baptizada. (Livro 6 - 1822 - Matriz da Madre de Deus de Porto Alegre, fl.. 20 v.Grifo nosso.)

Essa prática já era estimulada pela Igreja com o objetivo de proteger essas mulheres e minimizar a exposição do ocorrido. Neste sentido vê-se claro que a maternidade era identificada antes de tudo como o reduto de reprodução da transmissão de valores, regras e condutas da Igreja e do Estado. Portanto, o casamento atuava na linha oposta dos denominados “tractos ilícitos”. Não obstante, “casá-las e dar-lhes garantias institucionais para proteger seu casamento fazia de cada mulher uma potencial santa-mãe que poderia azeitar a correia de transmissão desses princípios à sua descendência” (DEL PRIORE, 2009, p. 95).

116

Em muitos casos, a nomeação da paternidade e da maternidade poderia repercutir de forma desastrosa no âmbito social e diante dos padrões da “moral e dos bons costumes” estipulados para a época. Tanto que essas situações estavam previstas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Nelas fica claro como o pároco deve portar-se diante desses casos: “E quando o baptizado não for havido de legitimo matrimonio [...] só se declarará o nome da mãe, se **também não houver escandalo, nem perigo de o haver**” (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS, Título XX, 1853: 30, grifo nosso).

Sendo assim, fica evidente o porquê da presença de algumas atas de batismo nas quais se ignorava ou se ocultava o nome das mães, dos pais ou de ambos (em casos expostos) nos registros de batismo. Portanto, essa dificuldade em traçar as trajetórias dos indivíduos e seus vínculos de consanguinidade está diretamente relacionada a essa preocupação desses homens e mulheres em proteger seus nomes ou minimizar seus “delitos da carne”. Não obstante, “no que tange as mulheres pode ter sido um fator determinante no momento dos registros. A reputação, a honra, o *status* social podem ter comprometido e impellido muitas mulheres a ocultarem seus filhos fora do matrimônio”, destaca Freitas (2012, p. 7-8).

Contudo, devemos salientar que a maternidade é uma experiência de vida que permeia diferentes grupos sociais, portanto, deve-se considerar o que é ser mãe nas distintas camadas da sociedade. Por exemplo, a omissão do nome da mãe, no caso das cativas, pode ter sido uma importante estratégia de preservação da liberdade dos seus filhos, sobretudo quando o pai da criança era livre ou forro. Por outro lado, as práticas de infanticídio e de aborto podem ser consideradas como meios utilizados pelas cativas a fim de livrar seus filhos da condição de escravos. Nas palavras de Morr (1989, p. 92): “é um argumento, diria, moralmente aceito,

válido e justificável, que pode ser encontrado desde o século VII e início do século XVIII”.

Para as famílias pobres, as instituições criadas para a assistência das crianças abandonadas tornaram-se uma importante alternativa econômica. Para Venâncio (2011, p. 203) foi por circunstâncias de sobrevivência que muitas mulheres pobres “não titubeavam em recorrer ao socorro das câmaras e hospitais”, instituições de assistência que passaram a integrar com o tempo “o rol de estratégias de sobrevivência comum às camadas populares coloniais”.

No caso de mães abastadas, um filho fora do matrimônio poderia ser uma situação escandalosa, dessa forma, as estratégias de omissão do nome ou até de abandono do filho seriam as únicas alternativas para essas mulheres. Peraro (2001, p. 12), em seu estudo na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no Mato Grosso, destaca o caso de Inês de Almeida Leite e o quanto ele é exemplar. Ela, mulher “casada com um próspero comerciante em Cuiabá”, gerou uma filha fora do casamento com o Alferes Tenente da Marinha João Manuel Augusto Leverger, natural da Bretanha. Devido à situação escandalosa, ela creditou um destino melhor a sua filha Manoela através de um “falso abandono”. Isto é, o pai da menina resgata a filha após ela ser exposta (1833) e adota a menina. Conclusão: assegurou-se o destino da menina através da paternidade tardia², evitou-se o escândalo e, posteriormente, já viúva do primeiro casamento, Inês casa-se com o Tenente da Marinha (1842) e legitima sua filha “enjeitada”.

A outra face da mesma moeda: a maternidade como estratégia de sobrevivência

117

Mesmo diante de uma realidade bastante limitada para a liberdade sexual da mulher dentro e fora dos laços matrimoniais, muitas souberam valer-se de suas condições pouco favorecidas sob a ótica social e religiosa do Antigo Regime para minimizar ou alterar o seu *status quo*. Não obstante, se para algumas a maternidade significava a consequência nefasta de amores furtivos ou o cumprimento natural de uma relação sacramentada, para outras, os filhos legítimos ou ilegítimos poderiam servir como barganha para seus interesses imediatos ou em longo prazo.

Sendo assim, se para o Estado a família surgia como o pilar principal responsável pelo sucesso e expansão dos domínios lusitanos, a mulher seria a protagonista fundamental para que essa empreitada fosse realizada. Portanto, não podemos minimizar a mulher a uma relação apenas de dominação ou subordinação, porque em diversos momentos as oportunidades mobilizaram as mulheres a assumir posições distintas das convencionalmente admitidas. A mobilidade geográfica de muitos homens acabou gerando um vasto território atrás deles, de mulheres e filhos.

Sendo assim, Teixeira (2004, p. 142-143) nos alerta que “estudar a mulher solteira e chefe de domicílio não é conhecer apenas a vida de uma única pessoa, porque muitas vezes essas mulheres viviam com filhos, parentes, agregados

2 Ver em FREITAS, Denize Terezinha Leal. “Da ilegitimidade para a legitimidade: a paternidade tardia na Porto Alegre do início do século XIX”. XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: História, Memória e Patrimônio 23 a 27 de julho de 2012 - Rio Grande - RS. Disponível em: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/>

e escravos, formando grupos de convívio os mais diversos”. Além disso, essas mulheres poderiam optar pelo casamento, uma condição que, destaca o autor, representa outra “face da condição feminina e pode remeter a outras questões, como aquelas relacionadas ao comportamento dos homens diante de tais mulheres”, sobretudo num contexto dominado pelo mundo masculino.

Mesmo detendo variados graus de autonomia, conforme aponta Teixeira (2004), muitas mulheres – como as estudadas em Campinas pelo autor – tiveram mais do que o fardo da maternidade em suas costas. Casadas, solteiras, viúvas ou abandonadas tiveram, além da função de reproduzir e educar seus rebentos, que assumir o papel de provedoras e mantenedoras do sustento do lar. Indicativos de que mesmo abençoadas pela maternidade dentro do seio matrimonial, em alguns casos, decorrentes do abandono provisório ou definitivo, muitas chefes de família viram seus filhos como mais um desafio na jornada pela sobrevivência.

Obviamente, algumas mulheres se valeram de seus filhos ou filhas como importante meio de barganhar o sustento da casa. Desvalidas da proteção patriarcal de um marido ou pai, expostas à violência e ao desrespeito, muitas se utilizavam de suas proles para aplacar suas necessidades de subsistência. Segundo Souza (1986) “mulheres sozinhas ou que trabalhavam para viver eram quase sempre tidas por prostitutas” (1986, p. 241), daí unir o útil ao agradável, isto é, usar os corpos de suas filhas em troca do sustento da casa.

Por outro lado, no caso dos filhos, algumas mulheres conseguiam um favorecimento no mercado matrimonial perante as solteiras. De acordo com Faria (1998), nas localidades rurais, como Campos de Goitacazes, mulheres que tivessem muitos filhos fora do casamento poderiam servir de atrativo para homens do campo em busca de selar uniões legítimas, acrescentadas de vasta oportunidade de mão de obra representada pela quantidade de filhos bastardos ligados à futura esposa. De fato, nem sempre a maternidade foi sinônimo de infortúnio, mesmo fora do seio matrimonial.

Outro aspecto diz respeito à condição social dessas mulheres, isto é, numa sociedade baseada na hierarquia e na estratificação social, a maternidade atua e tem um peso diferente. Para Machado (2008, p. 147) “a alta incidência do concubinato no Brasil colonial, para alguns autores, foi o resultado da desclassificação das mulheres indígenas e africanas, identificadas com as “mancebas” portuguesas”, dessa maneira, a maternidade deve ter atuado, indubitavelmente, de forma distinta. Para a autora, contrair vínculos, fossem eles através de alianças matrimoniais ou via sanguínea a partir de filhos, poderia significar estratégias determinantes para a sobrevivência ou ascensão social. Além do fato de que muitas vezes:

Eram as relações possíveis, num meio misógino e escravista. Porém muitas vezes a ocorrência de amancebamento refletia interesses pessoais importantes, especialmente entre homens e mulheres das camadas pobres: a necessidade de garantir a sobrevivência sem ter que se submeter à prostituição, ajuda econômica surgida do trabalho a dois, esperança na compra da alforria com o concurso do outro, possibilidade de uma companheira sem os entraves do casamento, segurança e proteção masculinas. (MACHADO, 2008, p. 147).

Sendo assim, deve-se pensar sob que condições essas mulheres tornaram-se mães e, sobretudo, qual o tipo de filhos tiveram, isto é: fora ou dentro do casamento. Para a Madre de Deus, os registros paroquiais de batismos permitem ilustrar um pouco o resultado dessas concepções. Através dos assentos de batismo podemos identificar casos de renúncia, abandono, valorização ou esperança quanto aos filhos.

Para as camadas mais abastadas pode-se verificar que o batismo de uma criança resultado de um bom casamento torna-se uma celebração, a qual o pároco deixa transparecer de acordo com a quantidade de referências aos títulos e patentes dos envolvidos, desde os dos pais, dos avós e sobretudo dos padrinhos. Para os grupos de imigrantes, o batismo poderia servir como veículo para estreitar os laços com a população local e ampliar e/ou confirmar votos de solidariedade com os conhecidos locais ou com as amizades construídas na nova morada.

Segundo Machado (2008, p. 181), os batismos poderiam permitir “a criação de sólidos vínculos entre pessoas das mais diferentes condições sociais, que passavam a se reconhecer como parentes”. Vale salientar que fossem entre iguais ou não tão iguais assim, vínculos afetivos e interesses de diferentes ordens estavam em jogo. No caso do batismo abaixo, chama a atenção o deslize do pároco, que dá indícios de que a maioria dos filhos naturais era de origem parda ou forra e, quanto aos padrinhos, preferiu-se manter ou aproximar os laços de compadrio com um escravo.

Aos dezoito dias do mez de Fevereiro de mil oitocentos e vinte dous annos nesta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deos baptizou solemnemente o Reverendo Coadjutor Joze de Freitas e Castro, e poz os Santos Oleos a Maria nascida aos dez do ditto mez filha natural, digo filha legitima de Marcelino Antonio e de Maria Elena, pardos forros, naturaes d’Aldeia: foi padrinho Manoel preto escravo d’ Andreza Maria. E para constar mandei fazer este assento, que assignei. (Livro 6 - 1822 - Matriz da Madre de Deus de Porto Alegre, fl. 65 v.)

119

Em outros casos, observa-se ser uma tendência dos laços de compadrio preservar uma aliança de consanguinidade e parentesco dentro do próprio grupo familiar. No batismo abaixo, observamos que uma família constituída por um casal de imigrantes, de diferentes regiões da Europa, preferiu escolher um padrinho que permitisse reforçar os laços de fraternidade, conforme observamos a seguir.

Aos nove dias do mez de Setembro de mil oitocentos e vinte e hum annos nesta Matriz de Nossa Senhora Madre de Deos baptizou solemnemente o Reverendo Coadjutor Ignacio Soares Viana e poz os Santos Oleos a João nascido aos vinte nove d’ Agosto próximo, filho legitimo de João Baptista Magnone, natural de Gavê, Reino d’ Italia, e de Maria das Dores, natural de Gibraltar: neto paterno de Domingos Maria Magnone e de Lucrecia Magnone, naturaes de Gavê, e materno de avós incógnitos: foi Padrinho Domingos Maria Magnone, irmão do baptizado. E para constar mandei fazer este assento que assignei. (Livro 6 - 1822 - Matriz da Madre de Deus de Porto Alegre, fl. 47 v.)

Os casos acima são indicativos do momento em que a maternidade tornava-se materializada, isto é, nascidos os filhos, dever-se-ia efetuar a promoção dos rebentos. Sendo assim, as promoções de determinadas pessoas escolhidas como padrinhos são o reflexo do estabelecimento de relações sedimentadas, afirmadas ou promovidas via batismo de um filho. Dessa forma, para o casal ou para as mães solteiras, a escolha dos padrinhos poderia significar a abertura de portas para uma nova relação social ou uma estratégia de vincular-se a um grupo ou comunidade que lhes assegurasse a sobrevivência. Por outro lado, poderiam apenas significar o reforço dos laços de consanguinidade e afinidade entre parentes ou amigos dos envolvidos.

No caso dos expostos, o apadrinhamento tornava-se uma condição vital, sobretudo, do ponto de vista social. Segundo Donald Ramos (2004), os padrinhos, além de configurarem vínculo espiritual, também atuavam como ponte de ligação social da criança com a sociedade. Segundo Silva (2010):

O batismo então tinha esta função de apagar o pecado original do homem, que renascia e ganhava uma nova família espiritual (padrinhos). Desde então, estes padrinhos exerciam funções espirituais, mas também, sociais conforme nos diz o historiador Donald Ramos. Como ele sublinha, era no batismo que a criança era apresentada tanto a Deus quanto a comunidade local, uma sociedade humana, patriarcal e estritamente hierarquizada. (SILVA, 2010, p. 39).

120

Todavia, não podemos desconsiderar os laços de amor e consanguinidade que fortaleciam de maneira incondicional os vínculos entre as mães e seus filhos. O historiador também deve considerar, à margem de suas análises sociais, a importância dos vínculos afetivos e o quanto eles podem ser significativos na reversão ou manutenção das circunstâncias analisadas. Para a Mãe de Deus, encontramos dois casos que exemplificam o dito “amor incondicional maternal” pulsando mais forte no coração de duas “mães arrependidas”.

Nas Atas de reunião da Câmara de Porto Alegre encontramos dois exemplos em que podemos perceber a existência dessas “mães arrependidas”. Elas reclamam à Câmara de Vereadores a restituição de seus filhos que foram expostos. Por exemplo, aos 19 de janeiro de 1793 “Nesta vereança se mandou entregar o exposto Innocencio a sua mai Thereza de Tal por declarar ser mai do mesmo exposto” (Livro 3 cópia da Atas da Câmara de Vereadores, fl. 218v.), bem como aos 24 de janeiro de 1829 temos outra Ata que diz que:

Feliciana Francisca da Conceição, moradora desta Cidade e filha de Abrão Francisco Serpa, morador em Itapuam, aqual confessa que a innocente Maria que foi exposta em doze de setembro do anno passado (1828) em caza de Miguel Manço da Costa, era sua filha, e que a queria criar para cujo fim lhe fosse entregue requeria; e comparecendo também o dito Miguel Manço da Costa, nada appontou sobre a entrega, foi esta mandar fazer e se daliberou matricula respectiva, para mais e não continuar o pagamento pela Camara. (Livro 8 de Atas da Câmara de Vereadores, fl. 85).

De modo geral, Venâncio (2011, p. 202) destaca que muitas vezes o ato de abandonar “podia significar um verdadeiro gesto de ternura”, como exemplo: o abandono de crianças filhas de escravas. No caso das mulheres das camadas inferiores da sociedade, Guimarães Sá (1996, p. 43) nos alerta para o fato de que o abandono de crianças “inscreve-se num conjunto de estratégias individuais, ou familiares que visa servir de sistema de apoio (<<support system>>) à economia familiar”. Em outras palavras, o peso de mais uma boca para sustentar era um fardo demasiado grande para muitas famílias carregarem.

Para Guimarães Sá (1996) em Portugal, a exposição de crianças permitia verificar vários mecanismos de burlar as consequências da ilegitimidade. Dentre as características apontadas pela autora, destacam-se: “a secundarização da ilegitimidade” ou “falso abandono”, no qual mães solteiras criavam os próprios filhos ilegítimos; possibilidade de tornar-se uma ama de leite em potencial (algumas até amamentavam seus filhos abandonados); vantagens sociais, isto é, melhores condições econômicas e sociais de criação destas crianças, entre outras.

Consoante, Badinter (1985, p. 65) nos coloca diante do fato de que o infanticídio não é uma “prova de indiferença”, pelo contrário, significa uma “manifestação de um desespero humano considerável”. Nas palavras da autora, o abandono “nunca é feito de coração leve”, o caso de Feliciano Francisca Conceição nos indica isso, pois o arrependimento desta mãe demonstra que muitas delas “esperavam vir um dia buscar os filhos”. As circunstâncias de miséria, doença e, muitas vezes, a condição de mãe solteira não davam alternativa para essas mães a não ser o abandono de seus anjinhos.

121

Sendo assim, devemos perceber que existiam forças de tensão e relações de poder implícitas que levavam muitas mulheres a abrirem mão de sua maternidade ou a reprimirem seus verdadeiros sentimentos para com os filhos. Em certos momentos havia uma negação da sua maternidade em prol dos filhos, fosse diante da precariedade que lhes impulsionava ao abandono ou, em casos extremos, ao infanticídio. Noutros, porém, viam-se separadas ou indiferentes perante os costumes e os modos de conduta dos grupos abastados.³

No entanto, devemos compreender que a maternidade nem sempre poderia ser o reduto do amor incondicional de suas mães pelos filhos, justamente porque esses filhos não eram desejados e muito menos se encontravam num momento adequado para que essas mulheres pudessem, desejassem e se programassem para serem mães. Nas palavras de Nascimento (2006, p. 45), na maioria das vezes os filhos rejeitados e abandonados por parte de suas mães diziam respeito àqueles “frutos clandestinos e indesejados de uma vida amorosa e sexual na Colônia que encobria uma vasta e complexa gama de relações sexuais”.

3 Muitas mulheres no período moderno europeu viam-se obrigadas ou impelidas a manterem-se afastadas de seus filhos que eram mandados para amas de leite afastadas da cidade, ou até mesmo, em outras cidades. Ainda segundo Badinter (1985) quanto maior o afastamento dessas crianças do lar materno maiores eram as chances delas não retornarem com vida para casa. Por outro lado, muitas crianças também iam ao óbito porque muitas camponesas privilegiavam seu leite e sua dedicação aos filhos dos outros, lamentavelmente comprometiam suas próprias proles em nome da subsistência.

Aos vinte quatro de março do ano de mil setecentos e oitenta e cinco, temos um caso exemplar: o batismo de Ana, filha de pais incógnitos. Nesse batismo consta apenas o padrinho Antônio da Costa Gouveia e a informação de que o batismo foi realizado *in extremis* pelo Pe. Antônio Soares Gil e que a criança foi “exposta no rio do Sino da freguesia Nova [Triunfo]” (Livro 1 - 1785 - Matriz da Madre de Deus de Porto Alegre, fl. 109 v). Esse abandono, ao que tudo indica, foi em um local totalmente inóspito, no qual as chances de sobrevivência seriam praticamente nulas. Isto é, diferentemente de outros tipos de abandono, sobretudo os domiciliares, esse indica um descaso e uma intenção bem declarada de rejeição sumária do inocente.

Portanto, ser mãe é uma construção que dependerá da situação econômica, social e cultural e das condições psicológicas e afetivas, desde a concepção até o pós-parto. Algumas, independente das condições, colocaram a sua prole em primeiro lugar, outras, ver-se-iam sucumbidas às fragilidades impostas pelas circunstâncias adversas da vida.

Considerações finais

A maternidade é como uma faca de dois gumes. Se por um lado, sob os auspícios do sagrado matrimônio, significava um fim em si mesmo e a garantia do dever cumprido enquanto mulher, por outro lado, fora do casamento, a maternidade poderia ser considerada um nefasto símbolo de uma autonomia da sexualidade feminina, infortúnio que, frequentemente, estava fora dos ideais e costumes estipulados pela Igreja e pela sociedade.

Sendo assim, a maternidade ilegítima pode ter sido o reduto da renegação do mundo feminino. Daí ações como o infanticídio, o aborto e/ou o parto presumido surgirem como espécies de remediações. Obviamente, muitas mulheres optaram por criar suas proles bastardas, fosse por laços afetivos ou movidas por interesses futuros. No entanto, vale ressaltar que a maternidade em si, dentro e, sobretudo fora do casamento, sempre foi alvo de especulações. Banditer (1985) nos alerta que antes de qualquer coisa:

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe. As diferentes maneiras de expressar o amor materno vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou o quase nada. Convictos de que a boa mãe é uma realidade entre outras, partimos à procura das diferentes faces da maternidade, mesmo as que hoje são rejeitadas, provavelmente porque nos amedrontam. (BADINTER, 1985, p. 22-23).

Então, temos que compreender a maternidade não como algo inato, mas sim a partir de uma construção. As péssimas condições de assistência e muitas vezes a morte podem ser fatores determinantes para (re)pensarmos o papel da “santa

mãezinha” tão aclamado pela Igreja e pela a sociedade no que tange ao papel de mulheres, sejam elas sacramentadas pelo matrimônio ou não.

Além disso, foi fundamental repensar a maternidade também sob o aspecto das relações sociais, dos interesses das mulheres e dos homens e dos diferentes papéis que os filhos adquiriam dependendo do tipo de família. Sendo assim, perceber nas entrelinhas dos registros paroquiais as possíveis estratégias e os variados tipos de articulações dos pais ou mães em tornar os resultados da maternidade, legítima ou ilegítima, os mais benéficos possíveis.

Referências Bibliográficas

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. *Da ilegitimidade para a legitimidade: a paternidade tardia na Porto Alegre do início do século XIX*. XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA História, Memória e Patrimônio 23 a 27 de julho de 2012 - Rio Grande - RS. Disponível: <http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/> Acessado em: 21/09/2012.

123

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo, condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colonial*. 2ªed. São Paulo: UNESP, 2009.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Curitiba: Apicuri, 2008.

MORR, Maria Lúcia de Barros. *Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio*. R. História, São Paulo, 120, p. 85-96, jan/jun.1989.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História, 2006.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.

RAMOS, Donald. *Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro*. Varia Historia, Belo Horizonte, n. 31, p. 41-68, jan. 2004.

SÀ, Isabel Guimarães. Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal. In: MOREDA, Vicente Pérez (coord.) *Expostos e Ilegítimos*

na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente. Actas do III congresso da ADEH (Associação Ibérica de Demografia Histórica). Vol. 3. Biblioteca das Ciências do Homem. Edições Afrontamentos, 1996.

SILVA, Jonathan Fachini. “*Quando os anjos batem em sua porta*”: *exposição e mortalidade de crianças na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre no final do período colonial*. 2010. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

SOUZA, Laura de Souza e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e a religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. 10º d. São Paulo: Contexto, 2011.

Fontes:

124

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo, 1853.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). **Livro de registro de Batismo (1772-1835)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1797. Vol. 1. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). **Livro de registro de Batismo (1772-1835)**. [manuscrito]. Porto Alegre, 1820-1828. Vol. 6. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

TERMOS DE VEREANÇA DE PORTO ALEGRE. [manuscrito]. Livro 3 cópia da Atas da Câmara de Vereadores, fl. 218 v. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

TERMOS DE VEREANÇA DE PORTO ALEGRE. [manuscrito]. Livro 8 de Atas da Câmara de Vereadores, fl. 85. Localização: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

PARECERISTAS

.....

Contribuíram neste número como pareceristas Ad hoc

Renato Pinto Venancio (UFMG)

Mônica Almeida Kornis (CPDOC/FGV)

Jocelito Zalla (UFRGS)

Carlos Fico (UFRJ)

Suely Creusa Cordeiro de Almeida (UFRPE)

Jaqueson Luiz da Silva (UNICAMP)

Priscila Ribeiro Dorella (UFV)

Virginia Albuquerque de Castro Buarque (UFOP)

Cristina Monteiro de Andrada Luna (UNEB)

Mateus Henrique de Faria Pereira (UFOP)

Antônio Fernando de Araujo Sá (UFS)

Demian Bezerra de Melo (UFRJ)